

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA
MOVIMENTO NACIONAL ALÉM DO ACOLHIMENTO



**MINHA VIDA FORA
DO ACOLHIMENTO**

BOAS PRÁTICAS



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

Fernanda Flaviana de Souza Martins
(organizadora)

**MINHA VIDA FORA
DO ACOLHIMENTO**

BOAS PRÁTICAS

Belo Horizonte
PUC Minas
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M664 Minha vida fora do acolhimento: boas práticas / Fernanda
Flaviana de Souza Martins, organizadora. Belo Horizonte: PUC Minas, 2026.
260 p. : il.

ISBN: 978-65-5295-055-0

1. Jovens - Assistência em instituições - Brasil. 2. Acolhimento. 3. Jovens -
Direitos fundamentais. 4. Adolescentes. I. Martins, Fernanda Flaviana de Souza. II.
Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.7

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

ADMINISTRAÇÃO DA PUC MINAS

Grão-Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Secretária geral

Prof^ª. Dr^ª. Anne Shirley de Oliveira Rezende
Martins

Pró-reitores e Secretários

Extensão – Prof^ª. Dra. Cláudia Venturini

Gestão Financeira – Prof. Me. Paulo Sérgio
Gontijo do Carmo

Logística e Infraestrutura – Prof. Me. Rômulo
Albertini Rigueira

Pesquisa e Pós-graduação – Prof. Dr.
Martinho Campolina Rebello Horta

Recursos Humanos – Prof^ª. Dr^ª. Liza
Fensterseifer

Secretaria de Comunicação – Prof. Dr.
Mozahir Salomão Bruck

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários
– Prof. Dr. Jorge Sündermann

*Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional* – Prof. Dr. Marcos André Silveira
Kutova

Pró-reitores Adjuntos e responsáveis de Campus:

Barreiro – Prof. Dr. Luis Renato Junqueira

Betim – Prof. Dr. Rafahel Carvalho de Souza

Contagem – Prof. Lúcio Mauro Pereira

Lourdes – Prof. Me. Carlos Barreto Ribas

Poços de Caldas – Prof. Dr. Iran Calixto
Abrão

PUC Virtual – Prof^ª. Dr^ª. Sara Pimenta
Resende

São Gabriel – Prof. Me. Tarcísio José de
Almeida

COORDENADORES ACADÊMICO- ADMINISTRATIVOS

Arcos – Prof. Me. Eugênio Batista Leite

Serro – Prof^ª. Dra. Wilba Lúcia Maia
Bernardes

EQUIPE TÉCNICA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Prof^ª. Dra. Cláudia Venturini

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Colamarco Ferreira Resende
(Departamento de Fisioterapia - PUC Minas)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Madalena Loredó Neta
(Departamento de Filosofia - PUC Minas)

Prof^ª. Dr^ª. Renata Dumont Flecha
(Departamento de Filosofia - PUC Minas)

Me. Ana Cláudia Xavier – Funcionária

Me. Izabela Moreira - Funcionária

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC MINAS

Prof. Dr. Waldeir Eustáquio dos Santos

Prof.^a. Dr^ª. Fernanda Flaviana de Souza
Martins

Prof.^a. Dr^ª. Mônica Hallak Martins da Costa

Prof.^a. Dr^ª. Ada Kallyne Sousa Lopes

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ- CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Claudia Cabral

*Fundadora e Secretária Executiva (2014 – 2017)
Associação Brasileira Terra dos Homens*

Patrick Reason

*Secretário Executivo (2017 – 2021)
Encontro com Deus*

Fernanda Flaviana de Souza Martins

*Secretária Executiva (2022 – atual)
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana*

MEMBROS E CONSULTORES MNPCFC PRESENTES NO SEMINÁRIO MINHA VIDA FORA DO ACOLHIMENTO 2

Antônio José Santo dos Anjos

Consultor - Movimento Além do Acolhimento / BA

Débora Vigevani

Instituto Fazendo História / SP

Edervanio de Souza Lucas

Consultor - CIDESLESTE / MG

Eliacir Pedrosa

*Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção –
AMPARA / MT*

Elma Alves Garcia Lopes

Casa Novella / MG

Estella Argolo

Aconchego / DF

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Providens – Ação Social Arquidiocesana / MG

Ivan Ferreira da Silva

Providens – Ação Social Arquidiocesana / MG

Maria do Amparo Seibel

*Consultora - Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Social/SEDES / MA*

Patrick Reason

Associação Encontro com Deus / PR

Sandra Sobral

Instituto Geração Amanhã / PR

Sérgio Marques

Aldeias Infantis SOS Brasil / DF

Rafael Alves de Lima

Associação AMORADA / SP

Raum Batista

Terra dos Homens / RJ

MOVIMENTO NACIONAL ALÉM DO ACOLHIMENTO

Antônio José Santo dos Anjos

Presidente

Kênia Cristina Mourão de Amorim

Vice-presidente

Erick Costa Rosa

Jackson Ferreira dos Santos

Juracy Bahia

Coordenação-geral

PROVIDENS AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA

Presidente: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Diretora-geral: Fernanda Flaviana de Souza Martins

Organização da publicação: Fernanda Flaviana de
Souza Martins

Revisão: Fernanda Flaviana de Souza Martins, Maila
Lima e Raíza Lucas Pereira

Diagramação: Leonardo Fontes, Maila Lima e Raíza
Lucas Pereira

Apoio: Erilene Martins

PREFÁCIO

“Um único fragmento da verdadeira beleza
basta para iluminar a existência humana inteira”.

Joaquim Nabuco

Prefaciар um livro como este é uma grande responsabilidade, principalmente em um momento que a democracia está ameaçada, que toda a construção por trás deste livro está em risco. Foram anos, décadas de muita luta até chegar à realidade do **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**. Aproveito para parabenizar e agradecer o Movimento Além do Acolhimento e o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, juntas e juntos vocês movimentaram e movimentam o Brasil, fizeram a boa e verdadeira política. O mais belo é saber que de fato alguém precisou enxergar um único fragmento, uma única possibilidade e a partir daí iluminar a existência de várias crianças, adolescentes e jovens pelo Brasil e pelo mundo.

A mim em especial, encanta o fato de que essas vidas são de muito valor e muita luz, como já dizia um texto muito antigo e de conhecimento popular “que não se pode acender uma lâmpada e deixá-la escondida debaixo da mesa”. Portanto, a Luz e a Vida já estava por aí, mas precisou que uma voz ou algumas, gritassem, que pessoas se posicionassem, que grupos se mobilizassem, para que pudéssemos ver, ouvir, falar e mesmo ler sobre tudo que estava “meio oculto” e agora floresceu, é primavera. A verdadeira beleza está aqui em nosso meio, e podemos tocá-la, sentir seu perfume, escutar sua voz, falar com ela e continuar acreditando que é possível um país melhor, mais justo e mais fraterno.

Este livro “Minha Vida Fora do Acolhimento – Boas Práticas”, que tenho a honra de prefaciар, apresenta algumas das mais belas vivências com crianças, adolescentes e jovens pós-acolhimento pelo território nacional. São 18 experiências relacionadas ao bem-viver, à moradia, aos desejos e

sonhos, geração de emprego e renda, ao acolhimento, às políticas públicas de forma geral. Desejo que você leitora, você leitor aproveite ao máximo essa leitura e principalmente que faça parte dessa construção. Nossa caminhada ainda está inconclusa, temos muita estrada para pavimentar, mas essas “boas práticas” servirão de incentivo, de impulso para que continuemos caminhando e cantando.

Obrigado a cada pessoa que com seu esforço faz a vida de crianças, adolescentes e jovens ser mais bela. Como um bom brasileiro e mineiro que sou continuo sonhando que ainda veremos um Brasil muito melhor, cada vez mais soberano e que compartilhe/distribua riqueza. Obrigado a vocês dos Movimento Além do Acolhimento e Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária por nos permitirem sonhar e nos ensinar a construir novas realidades e oportunidades. Obrigado por nos ensinarem que a arte da política pode fazer de fato a diferença na vida de muita gente. Que todas e todos possamos usufruir muito deste livro e que venham muitos outros com mais “boas práticas” espalhadas pelo Brasil e pelo mundo.

Termino parafraseando um título de uma autobiografia:

“Ao lado das crianças, adolescentes e jovens, está o traço todo da Vida”

Belo Horizonte, Primavera, 2026!

Prof. Dr. Waldeir Eustáquio dos Santos¹

Doutor em Relações Internacionais

Chefe de Departamento do Curso de Serviço Social/PUC MINAS

¹ Chefe de Departamento e professor do Curso de Serviço Social da PUC Minas. Doutor em Relações Internacionais pela PUC Minas, realizou doutorado Sanduíche na Turquia (Ankara University). É membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Oriente Médio e Magreb (GEOMM), vinculado ao Departamento de Relações Internacionais/ PUC Minas. Membro pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração; Membro pesquisador do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e da Família; Membro do Grupo de Estudos Anticoloniais – todos vinculados ao Departamento de Serviço Social da PUC Minas.

APRESENTAÇÃO

Há surpresas que não podem ficar guardadas.

Este **Caderno de Boas Práticas**, fruto do Seminário **Minha Vida Fora do Acolhimento**, nasceu assim: como uma surpresa muito especial, construída a partir da riqueza das experiências compartilhadas por profissionais, serviços, organizações, movimentos e, sobretudo, por pessoas comprometidas com a construção de novos caminhos para adolescentes e jovens que vivenciam a transição do acolhimento para a vida adulta.

Ao conhecermos tantas iniciativas desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, compreendemos que não poderíamos permitir que essas experiências permanecessem apenas na memória daqueles que participaram do Seminário. Era preciso registrá-las, dar-lhes visibilidade e fazê-las circular.

Cada prática apresentada neste Caderno revela que, em diferentes territórios, existem pessoas e instituições buscando respostas para um dos grandes desafios do sistema de garantia de direitos: **como preparar e apoiar adolescentes e jovens para a vida após o acolhimento, assegurando que o desligamento não signifique ruptura, desproteção ou solidão?**

A publicação ganha ainda mais significado neste momento histórico, em que o Brasil conta com um **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária atualizado**, que dedica atenção específica aos adolescentes e jovens em processo de desligamento ou que já deixaram os serviços de acolhimento. A presença dessa temática no Plano reafirma algo que temos defendido há muitos anos: **o direito à convivência familiar e comunitária não termina aos 18 anos, nem pode terminar no portão de uma**

instituição de acolhimento.

Construir autonomia exige tempo, vínculos, oportunidades, pertencimento, acesso à educação, trabalho, moradia, renda e, principalmente, pessoas e redes com quem se possa contar. Nenhum jovem deveria precisar construir sozinho o seu lugar no mundo.

Por isso, este Caderno é mais do que o registro de boas práticas. É um convite à troca, à inspiração e à construção coletiva. As experiências aqui reunidas mostram que há caminhos sendo construídos em todo o país e que conhecer o que já está sendo feito pode fortalecer novas iniciativas, políticas públicas e formas de cuidado.

Que estas páginas possam aproximar pessoas, territórios e experiências. Que uma prática realizada em uma cidade possa inspirar outra em um município distante. E que possamos transformar experiências ainda isoladas em referências capazes de contribuir para a consolidação de uma política pública que acompanhe adolescentes e jovens **antes, durante e depois do desligamento do acolhimento.**

Acima de tudo, que saibamos reconhecer o lugar de fala, a experiência e o protagonismo de quem viveu o acolhimento. Aos profissionais, pesquisadores, gestores, organizações e apoiadores cabe também uma tarefa fundamental: **criar espaços, abrir caminhos, garantir condições e, sobretudo, escutar.**

São os próprios jovens que vêm nos ensinando, com força e clareza, um princípio que deve orientar qualquer iniciativa construída sobre suas vidas e seus futuros:

“Nada de Nós Sem Nós.”

Que este Caderno seja também uma expressão desse compromisso:
**não falar pelos jovens, mas contribuir para que suas vozes sejam
ouvidas, respeitadas e consideradas na construção das políticas, dos
serviços e das práticas que lhes dizem respeito.**

Fernanda Flaviana de Souza Martins²

*Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária
Diretora da Providens Ação Social Arquidiocesana
Professora do Departamento de serviço social da PUC MINAS*

² Atual Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. Assistente Social, Diretora da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, Professora do Departamento de Serviço Social da PUC Minas, Doutora em Psicologia pela PUC Minas. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), realizando estágio em Paris/França na Université Cergy-Pontoise. É membro do Conselho Consultivo da Rede Latino-Americana de Acolhimento Familiar (RELAF), representando o Brasil. Tem diversos livros publicados na área da infância.



SUMÁRIO

- 1. QUANDO O FUTURO AINDA NÃO TEM PALAVRAS: A
Leitura de Minha Vida Fora do Acolhimento como dispositivo de
construção de Projetos de Vida com Adolescentes 15**
Wender Rodrigo Faria
- 2. QUANDO A ESCUTA PRODUZ MOVIMENTO: A Dramatização
na Construção da Transição para o Pós-Acolhimento 25**
Luciana Vieira Martins; Maria da Penha Oliveira Silva
- 3. RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDALAR PARA A VIDA –
Autonomia, pertencimento e vínculos significativos na preparação
para a vida adulta: “Completar 18 anos é uma data. Tornar-se
adulto é um processo” 47**
Rafael Alves de Lima
- 4. CASA DE OPORTUNIDADES SALVADOR DA SAÍDA DO
ACOLHIMENTO À TRANSIÇÃO APOIADA: Uma Experiência
Territorial de acompanhamento de adolescentes e jovens
na construção da autonomia 61**
Cristiane Leoncio Gonçalves
- 5. PROJETO MAIS AUTONOMIA - Relato de experiência sobre
acompanhamento após o acolhimento e fortalecimento da vida
independente em Limeira, São Paulo 73**
Michele Bombarda Valadares Luiz
- 6. TRILHAS PARA AUTONOMIA: Protagonismo e Projetos de vida
no Acolhimento Institucional — Uma experiência do NAP/AME ... 83**
*Ana Paula Boraes; Chiara Sousa Silva; José Raimundo Filho; Silvia Regina Moreira
Vale; Yasmim Muniz Alves*
- 7. PROGRAMA NOVOS CAMINHOS – Estratégias para a
autonomia e a inclusão Socioprofissional de adolescentes e jovens
com experiência em acolhimento 97**
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
- 8. PROGRAMA GRUPO NÓS - Instituto Fazendo História 109**
Igor Gomes Xavier; Sylvia Valerio

9. STAVA: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A VIDA ADULTA A PARTIR DA PROTEÇÃO SOCIAL, AFETO E AUTONOMIA	124
<i>Juliana Coelho; Michele Lopes; Pedro Steves</i>	
10. FILHOS DA NAÇÃO: RemoTerapia, Pertencimento e Construção de Autonomia de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional	132
<i>Gabriela Speziali</i>	
11. A PREPARAÇÃO PARA A VIDA FORA DO ACOLHIMENTO COMEÇA DENTRO DELE: A construção cotidiana de uma cultura de cuidado, participação e autonomia no Lar de São José	144
<i>Aline Ferreira</i>	
12. A TRANSIÇÃO DOS JOVENS QUE SAEM DOS SERVIÇOS DE CUIDADOS ALTERNATIVOS – PROGRAMA PRIMEIRA CASA	159
<i>Katia Perrone; Simone Gatti</i>	
13. FUNDO HAJA – CASA DAS JUVENTUDES (CASA CAJU): Moradia, Autonomia e Construção de Projetos de Vida para Jovens Pós-Acolhimento Institucional	164
<i>Douglas Silva; Sandra Meira</i>	
14. RELATO DE BOAS PRÁTICAS PARA JOVENS PÓS-ACOLHIMENTO	167
<i>Alessandra Alves de Campos; Alicia Gisselle Funes Luzio Dias</i>	
15. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: uma estratégia de cuidado do Núcleo de Assistência Psicológica do Grupo de Apoio à Adoção (NAP/AME)	172
<i>Silvia Regina Moreira Vale</i>	
16. SERVIÇO TRANSITAR: Oficinas de culinária com jovens e a aquisição de habilidades para a vida adulta	185
<i>Alberto Borges Valente Neto; Edir Evaristo da Silva; Jéssica Gomes Silvestre Filipov; Pamela Ferreira de Lira</i>	

17. APRENDER A MORAR, DECIDIR E CONSTRUIR A PRÓPRIA VIDA: A Moradia como Experiência Educativa de Autonomia para Jovens Pós-Acolhimento	197
<i>Lucas Jose Rodrigues</i>	

18. DEPOIS DOS 18: A Permanência do Vínculo como Dispositivo de Transição para a Vida Adulta Após o Acolhimento Institucional	213
<i>Aline Poliana Antônia Dufan</i>	

19. PRISMA – Histórias que se encontram e se propagam	227
<i>Eliacir Pedrosa da Silva; Denise Pereira de Araújo Campos</i>	

20. QUANDO A PRÁTICA PRODUZ NOVAS PERGUNTAS: Do Programa Candeia à Escuta de Jovens Pós-Acolhimento Institucional	234
<i>Luana Luiza Galoni; Isadora Teresa Paulo de Souza</i>	

21. CASA DE OPORTUNIDADES SEMEAR – Aldeias Infantis SOS Brasil	249
<i>Mariana Mendes Horacy</i>	



QUANDO O FUTURO AINDA NÃO TEM PALAVRAS: A Leitura de Minha Vida Fora do Acolhimento como dispositivo de construção de Projetos de Vida com Adolescentes

Wender Rodrigo Faria

1 APRESENTAÇÃO

A preparação de adolescentes para o desligamento dos serviços de acolhimento institucional costuma envolver questões concretas: onde morar, como trabalhar, continuar os estudos, organizar a rotina, administrar o dinheiro e manter vínculos após a saída. Essas perguntas são fundamentais, mas a experiência cotidiana no serviço de acolhimento fez surgir uma questão anterior: **como falar sobre uma vida fora do acolhimento quando o adolescente ainda encontra dificuldades para imaginar como essa vida pode ser?**

A experiência aqui apresentada surgiu a partir do acompanhamento de adolescentes próximos do desligamento por maioria e, de maneira mais específica, do acompanhamento individual de um adolescente de 17 anos, cuja identidade será preservada. Ao longo dos atendimentos, observou-se maior facilidade para falar sobre acontecimentos passados, conflitos e experiências já vividas do que para produzir narrativas sobre o próprio futuro.

Quando questionado sobre o que pretendia fazer depois do acolhimento, suas respostas tendiam a permanecer pouco desenvolvidas ou retornar para acontecimentos já vividos. O futuro aparecia como algo distante, pouco nomeado e sem elementos concretos nos quais pudesse se reconhecer.

Foi nesse contexto que teve início uma experiência piloto de leitura mediada do livro *Minha Vida Fora do Acolhimento*, utilizado como recurso de acompanhamento psicológico e psicossocial para favorecer a circulação da palavra sobre a vida depois do acolhimento.

A escolha do livro possibilitou introduzir histórias de outras pessoas no acompanhamento, permitindo que o adolescente inicialmente falasse sobre a vida do outro e, gradualmente, aproximasse essas narrativas de sua própria trajetória. A leitura passou, assim, a funcionar como ponto de partida para conversas sobre possibilidades ainda pouco formuladas.

Não se tratava de solicitar ao adolescente um projeto de vida pronto, mas de criar condições para que pudesse começar a falar sobre aquilo que ainda não estava definido. A experiência parte, portanto, de uma questão que passou a orientar o trabalho: **talvez não seja possível perguntar diretamente pelo projeto de vida quando ainda faltam palavras para imaginar o próprio futuro.**

A proposta encontra aproximação com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, atualizado em 2025, especialmente no eixo voltado aos adolescentes e jovens pós acolhimento. O documento reconhece os desafios relacionados à transição para a vida adulta e à construção da autonomia, envolvendo trabalho, moradia, escolarização, vínculos, projetos de vida e suporte social.

É nesse campo que a experiência se insere. Mais do que ensinar o adolescente a sair, busca-se construir, durante o acolhimento, um espaço para que ele possa começar a pensar **para onde sair, com quem contar, o que deseja construir e que lugar poderá ocupar na própria história.**

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Descrever uma experiência de leitura mediada do livro *Minha Vida Fora do Acolhimento* como estratégia de acompanhamento psicossocial voltada à construção de perspectivas de futuro e à preparação para a vida adulta de adolescentes em serviço de acolhimento institucional.

2.2 Objetivos específicos

Favorecer espaços de escuta e reflexão sobre a trajetória de vida dos adolescentes. Possibilitar a aproximação entre experiências narradas no livro e experiências singulares. Estimular a construção de representações acerca da vida após o desligamento. Favorecer a elaboração de perspectivas relacionadas à moradia, trabalho, estudos, relações afetivas, rotina, autonomia e rede de apoio. Utilizar a leitura como recurso para ampliar as possibilidades de fala sobre aquilo que ainda não está definido. Articular a preparação para o desligamento às dimensões subjetivas e concretas da construção de projetos de vida.

3 PÚBLICO ALVO

A experiência é destinada a adolescentes em serviço de acolhimento institucional que se encontram em processo de preparação para o desligamento, especialmente aqueles próximos à maioridade e com possibilidade de retorno à família, inserção em família extensa, encaminhamento para República ou outras formas de transição para a vida adulta.

A experiência piloto está sendo desenvolvida inicialmente com um adolescente de 17 anos, em acompanhamento individual, e posteriormente ampliada para atividades coletivas relacionadas às temáticas que emergiram durante o processo.

A escolha desse público considera que a proximidade da maioridade produz questões concretas e subjetivas relacionadas ao futuro. Entretanto, a autonomia não deve ser compreendida como algo adquirido simplesmente aos 18 anos, mas como um processo gradual, construído por meio de escolhas, decisões, hábitos, relações e experiências.

4 METODOLOGIA

A experiência caracteriza-se como um relato de boa prática em desenvolvimento, construído a partir do cotidiano de acompanhamento de adolescentes em serviço de acolhimento institucional. Não se trata de pesquisa com resultados previamente definidos.

A proposta encontra-se em fase piloto e vem sendo modificada a partir das respostas, falas, interesses e dificuldades apresentadas pelo adolescente.

A principal estratégia utilizada foi a leitura mediada do livro *Minha Vida Fora do Acolhimento*, realizada durante momentos de acompanhamento individual. A leitura não foi conduzida como atividade escolar ou tarefa de interpretação textual. O livro foi utilizado como dispositivo para provocar conversas.

Durante os encontros, buscou-se acompanhar aquilo que despertava identificação, estranhamento ou curiosidade, observando de que maneira determinadas histórias poderiam produzir associações com a própria experiência.

A mediação também procurou evitar perguntas excessivamente diretas, como “qual é o seu projeto de vida?” ou “o que você quer fazer quando completar 18 anos?”. Em seu lugar, foram utilizadas perguntas concretas e imaginativas, capazes de aproximar o futuro de situações cotidianas.

Uma das atividades construídas a partir da leitura consistiu em convidar o adolescente a imaginar que havia acordado aos 22 anos. A partir dessa situação, foram introduzidas questões sobre onde estaria morando, com quem, se estaria trabalhando ou estudando, como seria sua casa, quem faria parte de sua vida, o que saberia fazer sozinho, quem procuraria quando precisasse de ajuda e o que gostaria que fosse diferente.

A intenção não era obter respostas definitivas, mas possibilitar que o adolescente começasse a construir imagens para um futuro que anteriormente aparecia pouco representado. A metodologia foi se

organizando, assim, a partir de três movimentos:

Ler uma vida possível: contato com histórias de adolescentes e jovens que passaram pelo acolhimento, permitindo conhecer diferentes trajetórias e possibilidades.

Falar sobre a própria história: aproximação entre as narrativas do livro e a experiência singular do adolescente, incluindo identificações, diferenças, lembranças e questionamentos.

Imaginar uma história que ainda não aconteceu: deslocamento da conversa para aquilo que ainda não está definido, compreendendo o futuro não apenas como a chegada dos 18 anos, mas como construção cotidiana.

A experiência também foi ampliada para o espaço coletivo do serviço de acolhimento. A partir das questões surgidas durante a leitura, foi realizada uma atividade com os demais adolescentes, incluindo a exibição de uma produção audiovisual relacionada à trajetória de um jovem que passou por instituições de acolhimento e posteriormente construiu outros caminhos para sua vida. Após a exibição, realizou-se uma discussão coletiva sobre acolhimento, escolhas, trajetórias e possibilidades futuras.

Desse modo, a leitura não foi compreendida como intervenção isolada. Ela passou a compor uma estratégia mais ampla de preparação para a vida adulta, articulada às experiências concretas vivenciadas no cotidiano institucional, como escola, trabalho, convivência familiar, circulação pelo território, organização da rotina e desenvolvimento da autonomia.

5 DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

A proposta nasceu de uma inquietação presente no acompanhamento cotidiano. O adolescente apresentava facilidade para falar sobre aquilo que já havia acontecido. O passado possuía acontecimentos, pessoas, conflitos, escolhas e experiências concretas. Havia uma história para contar.

Quando a conversa se deslocava para o futuro, entretanto, essa

narrativa perdia consistência. O futuro aparecia principalmente relacionado à ideia de “sair do acolhimento”, mas não necessariamente ao que aconteceria depois da saída.

Essa diferença passou a ser considerada uma questão importante. Falar sobre uma vida fora do acolhimento não significa apenas informar que o adolescente terá de morar em outro lugar, trabalhar, estudar, administrar dinheiro ou cuidar da própria rotina. É necessário que exista algum espaço para que essa vida possa ser imaginada.

A leitura possibilitou inicialmente um deslocamento. Ao falar sobre outras pessoas, o adolescente não precisava começar falando diretamente de si. Uma história podia produzir uma lembrança; uma escolha feita por outro jovem podia provocar uma opinião; uma dificuldade podia ser comparada com alguma experiência própria; uma conquista podia abrir uma pergunta.

Gradualmente, a narrativa do outro começou a funcionar como uma ponte para a própria narrativa. O livro deixou de ocupar apenas o lugar de material de leitura e passou a funcionar como recurso de mediação da escuta.

O trabalho não buscou conduzir o adolescente para determinada resposta sobre seu futuro. Ao contrário, procurou sustentar as perguntas que apareciam: o que gostaria? O que não gostaria? Como imagina? O que seria difícil? Quem poderia estar perto? O que já sabe fazer? O que ainda precisa aprender?

Nesse sentido, a preparação para o desligamento passou a ser pensada não apenas como uma lista de competências que o adolescente precisa adquirir, mas também como um processo de construção de referências para uma vida que ainda está por vir.

Essa perspectiva dialoga com o PNCFC 2025 ao compreender a autonomia como processo gradual e relacionado às experiências concretas de vida diária. Cozinhar, organizar a casa, circular pelo território, administrar dinheiro, trabalhar, estudar e estabelecer vínculos são aprendizagens que podem ocorrer simultaneamente à construção de

perspectivas sobre o futuro.

Assim, a palavra e a experiência caminham juntas. O adolescente pode falar sobre trabalhar e posteriormente ser acompanhado na busca por uma oportunidade. Pode imaginar morar sozinho e experimentar responsabilidades relacionadas à própria rotina. Pode falar sobre vínculos e participar de experiências de convivência familiar e comunitária.

A preparação para a vida adulta acontece, portanto, tanto nas experiências concretas quanto na possibilidade de falar sobre elas.

6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Por se tratar de uma experiência piloto ainda em desenvolvimento, não é possível apresentar resultados quantitativos ou afirmar efeitos definitivos da proposta. Os resultados descritos são observações preliminares produzidas a partir do acompanhamento da experiência.

O primeiro aspecto observado foi a ampliação das possibilidades de conversa sobre o futuro. Questões que anteriormente apareciam de maneira distante passaram a poder ser introduzidas a partir das histórias apresentadas no livro e das situações imaginadas durante os encontros.

A utilização de uma narrativa externa pareceu diminuir, em determinados momentos, a exigência de que o adolescente produzisse imediatamente uma resposta sobre sua própria vida. Era possível começar falando sobre alguém e, posteriormente, aproximar a conversa de si.

Também foi possível deslocar a preparação para o desligamento de uma perspectiva exclusivamente prática. Trabalhar, estudar, morar, cuidar da casa e administrar dinheiro permanecem dimensões fundamentais, mas a experiência passou a evidenciar uma questão anterior: a possibilidade de o adolescente se reconhecer como alguém que terá uma vida para organizar.

Nesse sentido, a pergunta sobre o futuro passou a ser menos “o que você vai fazer?” e mais “como você imagina que estará vivendo?”. Essa mudança possibilitou outras formas de conversa.

O exercício de imaginar o adolescente aos 22 anos, por exemplo, permitiu trabalhar com elementos concretos de uma vida futura sem exigir um projeto definido. A distância em relação aos 18 anos retirou parte da pressão de uma resposta imediata e permitiu imaginar uma vida já em andamento.

Também se observou maior participação do adolescente nas conversas relacionadas à própria preparação para o desligamento. Algumas questões passaram a ser apresentadas não apenas como orientações da equipe, mas como perguntas a serem pensadas conjuntamente.

Esse movimento produziu uma mudança importante no lugar ocupado pelo adolescente no acompanhamento. Ele não aparece somente como alguém que precisa ser preparado para sair, mas como alguém que pode participar da construção daquilo que será sua vida.

A experiência também ultrapassou o atendimento individual. As questões levantadas pela leitura puderam circular no espaço coletivo da instituição, possibilitando que outros adolescentes discutissem trajetórias, escolhas, acolhimento e possibilidades de vida.

Ainda não é possível afirmar que o adolescente tenha construído um projeto de vida estruturado. Essa não é a conclusão alcançada até o momento. O que se observa é algo mais inicial: **o futuro começou a aparecer como assunto possível.**

7 DISCUSSÃO

A experiência parte de uma questão que ganha complexidade quando observada no cotidiano do acolhimento: a existência de um futuro cronológico não significa necessariamente a existência de um futuro simbolicamente construído.

A proximidade dos 18 anos pode ser objetiva para a instituição, para o sistema de proteção e para os profissionais. Para o adolescente, entretanto, essa mesma data pode aparecer apenas como o momento em que alguma coisa termina.

O PNCFC 2025 reconhece a complexidade da transição para a vida adulta e aponta para a necessidade de que a autonomia seja trabalhada de maneira gradual, desde o período de acolhimento. A experiência aqui apresentada procura acrescentar a essa discussão uma dimensão relacionada à linguagem, à narrativa e à imaginação.

Um adolescente pode saber que precisará trabalhar e ainda assim não conseguir imaginar a si mesmo trabalhando. Pode saber que poderá morar em uma República e não conseguir representar como será viver naquele espaço. Pode saber que terá de administrar seu dinheiro e não conseguir imaginar o que fará com ele.

Por isso, a leitura aparece como um dispositivo possível. Ela oferece histórias sem impor respostas. Permite falar sobre o outro antes de falar de si, reconhecer diferenças e semelhanças, produzir perguntas e abrir espaço para aquilo que ainda não possui forma.

Nesse sentido, a experiência também se aproxima de uma compreensão de autonomia que não a reduz à independência. Autonomia não significa simplesmente deixar o adolescente sozinho. A transição para a vida adulta precisa ser acompanhada por vínculos, rede de apoio, acesso a direitos e condições concretas para a construção de escolhas.

A leitura, portanto, não pretende substituir as ações concretas de preparação para o desligamento. Ela procura ocupar outro lugar: **o de possibilitar que o adolescente encontre palavras para aquilo que ainda não consegue imaginar.**

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência ainda está em construção e não permite afirmar que a leitura do livro *Minha Vida Fora do Acolhimento* produza, por si só, projetos de vida ou resultados mensuráveis na preparação para o desligamento. O que se sustenta até o momento é uma hipótese de trabalho: **talvez seja necessário criar espaços para imaginar o futuro antes de perguntar diretamente por ele.**

No cotidiano do serviço de acolhimento, é necessário trabalhar simultaneamente com questões concretas como documentos, escola, trabalho, saúde, família, moradia, renda, rotina e desligamento. Essas dimensões são fundamentais para a construção da autonomia.

Entretanto, a experiência sugere que existe algo que atravessa todas elas. O adolescente precisa também poder perguntar, imaginar e construir uma narrativa sobre quem poderá ser depois que deixar de ser acolhido.

Nesse sentido, o livro não é tomado como solução, mas como possibilidade de abertura. Ler uma história pode permitir falar de outra vida. Falar de outra vida pode permitir falar da própria. Falar da própria pode permitir imaginar uma vida que ainda não aconteceu.

A preparação para o desligamento, portanto, não acontece somente dentro da sala de atendimento. Ela acontece quando o adolescente aprende a cozinhar, circula pela cidade, começa um trabalho, administra seu dinheiro, fortalece um vínculo, participa de uma atividade comunitária e experimenta novas formas de ocupar o mundo. Mas acontece também quando consegue dizer onde gostaria de estar daqui a alguns anos, mesmo que ainda não saiba.

Talvez, nesse momento, não seja necessário exigir um projeto. Talvez seja suficiente começar a construir palavras.

Porque antes de construir uma vida fora do acolhimento, pode ser necessário conseguir imaginá-la.

E talvez uma das tarefas do acompanhamento seja justamente essa: oferecer espaço para que o futuro, pouco a pouco, deixe de ser apenas uma data e possa começar a se tornar uma possibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: PNCFC 2025**. Brasília, DF, 2025

QUANDO A ESCUTA PRODUZ MOVIMENTO: A Dramatização na Construção da Transição para o Pós-Acolhimento³

⁴Luciana Vieira Martins

⁵Maria da Penha Oliveira Silva

RESUMO

Este relato apresenta a utilização da dramatização, a partir de referenciais do Psicodrama, como dispositivo de escuta e participação de adolescentes em acolhimento e jovens no pós-acolhimento. A experiência integrou o Projeto Jovem em Movimento e reuniu 23 participantes, entre 16 e 29 anos. A oficina percorreu quatro momentos: entrada no acolhimento, permanência, preparação para a saída e vida no pós-acolhimento. Por meio das cenas, os participantes expressaram percepções, sentimentos e expectativas sobre o percurso vivido e construíram representações de como gostariam que essas experiências acontecessem. A metodologia incorporou os conceitos de espontaneidade e realidade suplementar, favorecendo a experimentação de novas respostas e possibilidades. As dramatizações evidenciaram necessidades concretas, subjetivas e relacionais, além da percepção de julgamentos das equipes sobre determinados adolescentes. Os conteúdos produzidos provocaram a

³ Este relato contou com a colaboração de Soraya Pereira, Mestre em Psicologia e Presidente do Aconchego, e de Júlia Matinato Salvagni, Doutora em Psicologia e Vice-Presidente do Aconchego, na revisão do texto, bem como dos profissionais que compõem a equipe técnica do Projeto Jovem em Movimento, psicólogos, assistentes sociais e educadores, que participaram da realização da oficina, atuando na mediação dos grupos, observação e apoio à construção das cenas.

⁴ Luciana Vieira Martins. Assistente Social. Pós-graduada em Elaboração de Projetos Sociais e Captação de Recursos. Subcoordenadora do Projeto Jovem em Movimento, uma iniciativa do Aconchego com apoio do CONANDA e parceria da SDHCA/MDS.

⁵ Maria da Penha Oliveira Silva. Psicóloga. Psicodramatista e Pós-graduada em Clínica da Infância e da Adolescência. Coordenadora do Projeto Jovem em Movimento, uma iniciativa do Aconchego com apoio do CONANDA e parceria da SDHCA/MDS.

revisão de práticas de acompanhamento, aproximando-as das situações cotidianas e da experiência dos jovens. A experiência reafirma a escuta como prática capaz de produzir participação, reflexão e movimento nas formas de cuidado e preparação para a vida adulta.

Palavras-chave: Autonomia; Dramatização; Escuta; Participação; Pós-acolhimento; Psicodrama.

1 APRESENTAÇÃO

A preparação para a saída do acolhimento e o acompanhamento no pós-acolhimento vêm adquirindo maior centralidade nas discussões sobre o direito à convivência familiar e comunitária. O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC 2025, trata ao longo de seu texto da importância da qualidade dos serviços de acolhimento, enfatizando a relevância de um trabalho de investimento em transições seguras e dedica um eixo aos adolescentes e jovens que deixam os serviços de acolhimento, reconhecendo a necessidade de respostas articuladas para essa transição (BRASIL, 2025). Há um número crescente de produções construídas a partir da experiência de jovens que também evidenciam a importância de considerar suas perspectivas na formulação das práticas e políticas que lhes dizem respeito (MARTINS, 2025).

Ao longo do acolhimento, adolescentes são frequentemente chamados a falar sobre si em atendimentos, avaliações, audiências, reuniões e planos, o que é utilizado como forma de assegurar o princípio da participação social. Todavia, a existência desses espaços não assegura que sua experiência seja efetivamente escutada nem que aquilo que expressam produza efeitos sobre as respostas construídas para eles.

Importa destacar que a preparação para a vida adulta de adolescentes acolhidos encontra respaldo nas normativas da Política Nacional de Assistência Social. No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, a PNAS (BRASIL, 2004) estabelece, entre as

seguranças socioassistenciais, a acolhida, o convívio familiar, comunitário e social, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência. Nos serviços de acolhimento, as Orientações Técnicas (CONANDA; CNAS, 2009) traduzem essas garantias em diretrizes que articulam cuidado e escuta, fortalecimento de vínculos e construção progressiva da autonomia, de modo a evitar que a proteção resulte em isolamento, dependência ou institucionalização prolongada.

Ou seja, na prática dos serviços é preciso que a preparação para a vida adulta articule aspectos concretos: documentação, escolarização, trabalho e renda, moradia, saúde, organização financeira e rede de serviços, e dimensões subjetivas e relacionais, como segurança emocional, vínculos, capacidade de escolher, lidar com incertezas, reconhecer necessidades e pedir ajuda. A autonomia, portanto, não se reduz à aquisição de habilidades cotidianas. Nesse percurso, coloca-se uma questão fundamental: quanto conhecemos, de fato, e o quanto nos interessa a maneira como adolescentes e jovens vivem essa transição?

Faz-se necessário, assim, distinguir ouvir para conhecer de escutar para produzir movimento: reconhecer a experiência do adolescente como conhecimento capaz de interrogar e participar da construção das práticas que lhe dizem respeito.

Essa questão torna-se especialmente relevante na aproximação da maioridade. Durante o acolhimento, muitas necessidades e decisões cotidianas contam com a mediação de adultos e equipes; à medida que os 18 anos se aproximam, espera-se que sejam progressivamente assumidas pelo jovem. Entretanto, a maioridade jurídica estabelece uma data, mas não produz automaticamente autonomia.

Preparar para a saída, portanto, não pode se limitar à transmissão de informações. Requer compreender como o jovem percebe sua trajetória, que oportunidades teve de participar e escolher, quais recursos e vínculos ele reconhece como disponíveis e que expectativas, dúvidas e receios atravessam a perspectiva de deixar o serviço.

Parte dessa experiência nem sempre se torna acessível por perguntas diretas. Adolescentes podem reproduzir aquilo que reconhecem como esperado, afirmar que estão preparados, silenciar ou demonstrar aparente desinteresse. Sentimentos relacionados à solidão, ao fracasso, à perda de vínculos ou à necessidade de pedir ajuda podem encontrar dificuldades para adquirir forma verbal.

Há quase três décadas, o Aconchego atua junto a crianças e adolescentes que estão ou passaram por medida protetiva de acolhimento, tendo a escuta ativa, responsável e sensível como marca de sua trajetória. Compreendida como postura ética e metodológica, essa escuta orienta a construção de práticas e tecnologias sociais a partir das experiências e demandas desse público, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas dos processos que lhes dizem respeito. Essa perspectiva constitui a base ética da proposta metodológica apresentada neste relato.

Nesse contexto, o **Projeto Jovem em Movimento** tem utilizado metodologias de ação como recursos para ampliar as possibilidades de expressão e participação de adolescentes e jovens. Entre essas metodologias, a dramatização ocupa lugar relevante por possibilitar que experiências, relações, sentimentos e expectativas sejam expressos não apenas pela palavra, mas também pela ação, ao serem colocados em cena.

Essa utilização encontra fundamento no Psicodrama de Jacob Levy Moreno, que reconhece a ação e a dramatização como vias de expressão e elaboração da experiência humana (MORENO, 1993). Entre seus conceitos, a realidade suplementar amplia os limites da realidade cotidiana no espaço dramático, possibilitando que dimensões não inteiramente vividas ou expressas adquiram concretude na cena. Na formulação apresentada por Zerka T. Moreno, Blomkvist e Rützel (2001), esse campo permite trabalhar não apenas com o que aconteceu, mas também com possibilidades, desejos, temores e experiências que não puderam ou ainda não puderam realizar-se. A cena abre, assim, um espaço para experimentar outras configurações e respostas possíveis.

Outro conceito moreniano particularmente importante para esta experiência é o de espontaneidade. Em Moreno (1993), ela se relaciona à possibilidade de responder de modo novo a uma situação conhecida ou de produzir uma resposta adequada diante de uma situação nova. Não se confunde, portanto, com impulsividade ou ausência de direção. No contexto da transição para a vida adulta, essa perspectiva adquire especial relevância: preparar-se para a saída não significa apenas aprender respostas previamente definidas, mas ampliar recursos para agir diante do novo, do imprevisto e daquilo que não pode ser inteiramente antecipado. A dramatização pode favorecer esse exercício ao criar um espaço protegido para experimentar outras respostas e possibilidades de ação.

Neste relato, a dramatização não foi realizada em um enquadre psicoterapêutico, mas utilizada como dispositivo de escuta e participação. Isso não exclui a possibilidade de efeitos terapêuticos produzidos pela experiência de ser escutado, de colocar em cena aspectos de sua trajetória e de compartilhar sentidos com o grupo. Ao construir uma cena, o adolescente pode expressar aspectos de sua experiência por meio de personagens, relações, movimentos e silêncios, produzindo material para o compartilhamento e a reflexão coletiva. A ação não substitui a palavra; pode criar condições para que ela emergja.

Em janeiro de 2026, adolescentes e jovens participantes do Projeto Jovem em Movimento foram convidados a dramatizar quatro momentos do percurso: entrada no serviço, permanência, preparação para a saída e vida fora do acolhimento. Após representarem como percebiam cada etapa, foram convidados a colocar em cena também como gostariam que essas experiências acontecessem.

Constituiu-se, assim, um percurso metodológico que pode ser sintetizado no movimento: experiência – cena – escuta – elaboração – proposição. Esse deslocamento permitiu que os participantes deixassem de ocupar apenas o lugar daqueles para quem se planeja a transição e assumissem também o lugar de sujeitos capazes de produzir conhecimento sobre como essa transição pode ser construída.

As dramatizações fizeram emergir experiências e contradições: o acolhimento apareceu associado à proteção e ao sofrimento; a preparação para a saída, fortemente apoiada em orientações e conselhos; e a vida fora do acolhimento, atravessada por questões de ordem prática: moradia, trabalho, organização cotidiana e disponibilidade de apoio.

Ao reconstruírem as cenas a partir do desejado, os participantes apontaram maior diálogo, cuidado emocional, experiências práticas, planejamento realista, tempo para amadurecimento e continuidade do apoio. Uma manifestação sintetizou o desafio colocado às equipes: “Antes de sair deveria ter escuta técnica de verdade.”

É dessa provocação que parte este relato. Mais do que reafirmar o direito de adolescentes e jovens à expressão, interessa discutir **em que medida aquilo que dizem encontra lugar nas práticas construídas para acompanhá-los** e como a escuta pode produzir movimento nos processos de preparação para a saída, desligamento e pós-acolhimento.

O Projeto Jovem em Movimento, desenvolvido pelo Aconchego – Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária, em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e com apoio do CONANDA, busca desenvolver e experimentar estratégias de transição assistida para adolescentes em acolhimento e jovens no pós-acolhimento, articulando participação, autonomia, vínculos, rede de proteção e continuidade do cuidado.

Entre suas ações, o projeto realiza oficinas de escuta, participação e experimentação sobre história de vida, identidade, pertencimento, vínculos e redes de apoio, projeto de vida, autonomia, trabalho e renda, escolarização, moradia, vida cotidiana, rede de serviços, preparação para a saída e pós-acolhimento. A dramatização analisada correspondeu à 11ª oficina.

2 OBJETIVO

Compartilhar a aplicação da dramatização, a partir de referenciais do Psicodrama, como dispositivo de escuta de adolescentes e jovens com experiência de acolhimento, buscando compreender como suas percepções sobre o percurso vivido podem contribuir para qualificar as práticas de preparação para a saída e de acompanhamento no pós-acolhimento.

Pretende-se, ainda, refletir sobre as possibilidades de uma escuta que não se encerre na expressão dos adolescentes e jovens, mas que **produza movimento nas práticas das equipes**, articulando as dimensões concretas, subjetivas e relacionais envolvidas na construção progressiva da autonomia e na continuidade do cuidado.

3 PÚBLICO-ALVO

A experiência foi desenvolvida com adolescentes em acolhimento e jovens no pós-acolhimento participantes do Projeto Jovem em Movimento que estiveram presentes na 11ª oficina. Participaram da atividade 23 adolescentes e jovens, com idades entre 16 e 29 anos, sendo 15 adolescentes em acolhimento e oito jovens no pós-acolhimento.

A presença conjunta de participantes em diferentes momentos da transição foi relevante: os adolescentes ainda acolhidos trouxeram expectativas, receios e percepções construídas durante o acolhimento, enquanto os jovens no pós-acolhimento trouxeram elementos da experiência concreta da vida após a saída. Assim, a atividade colocou em diálogo o futuro imaginado e a experiência vivida.

O trabalho parte da compreensão de que adolescentes e jovens com experiência de acolhimento não constituem apenas público destinatário das ações de preparação para a vida adulta. Suas experiências produzem conhecimento sobre os próprios serviços, podem revelar lacunas nas práticas existentes e contribuir para a construção de respostas mais coerentes com as necessidades daqueles que realizam essa travessia.

4 METODOLOGIA

A experiência relatada integrou a 11ª Oficina do Projeto Jovem em Movimento, intitulada **“O fluxo do acolhimento: o caminho vivido e o caminho que continua”**. A atividade teve como objetivo favorecer a compreensão do percurso entre acolhimento, desligamento e pós-acolhimento, fortalecer a participação dos adolescentes e jovens e realizar o fechamento simbólico do ciclo de oficinas.

A oficina foi conduzida por uma psicóloga/psicodramatista, com participação da equipe técnica do projeto nas funções de mediação, observação e registro.

A proposta metodológica foi estruturada a partir de referenciais do Psicodrama, contemplando as etapas de **aquecimento, dramatização e compartilhamento/ processamento**. Nesse contexto, a dramatização não foi empregada com finalidade psicoterapêutica, mas como dispositivo de escuta e participação, possibilitando que os adolescentes e jovens expressassem, por meio da ação e da cena, suas percepções sobre diferentes momentos do percurso de acolhimento e transição para a vida adulta.

A sequência metodológica partiu do aquecimento corporal, avançou para a representação do vivido e do desejado e culminou no compartilhamento coletivo e no registro dos conteúdos produzidos.

4.1 Aquecimento: diferentes jeitos de caminhar

A atividade iniciou-se com os participantes dispostos em círculo, em ambiente preparado com música suave. Foi realizado o aquecimento corporal denominado **“Jeitos de caminhar”**, destinado a favorecer a mobilização corporal e emocional para a etapa de dramatização.

Os participantes foram convidados a circular pelo espaço experimentando diferentes formas de caminhar: devagar, rapidamente, de maneira pesada ou leve, olhando para o chão ou para a frente, como alguém

que chega a um lugar desconhecido e como alguém que se despede. Ao final, foi apresentada a consigna: **“Cada fase da vida tem um jeito de andar. Agora vamos transformar isso em cena.”**

O aquecimento introduziu o tema pela experiência corporal, aproximando os movimentos de chegar, permanecer, sair e seguir o caminho da experiência dos participantes e preparando a passagem do corpo para a cena.

4.2 Dramatização: o percurso vivido em cena

Após o aquecimento, os participantes foram distribuídos aleatoriamente em quatro grupos, cada um correspondente a um momento do percurso: **entrada no serviço de acolhimento; tempo de permanência no serviço; planejamento da saída e desligamento; e vida fora do acolhimento.**

Cada grupo elaborou uma cena breve sobre como percebia ou vivenciava a etapa sorteada. Personagens, situações e objetos foram definidos pelos próprios participantes; sugestões previamente previstas funcionariam apenas como recursos facilitadores, caso necessárias, preservando-se a espontaneidade das escolhas.

Para favorecer a elaboração das cenas, foram utilizadas perguntas orientadoras específicas para cada etapa. Na entrada no acolhimento, as questões abordavam como havia sido a chegada, os sentimentos despertados e as informações recebidas ou não recebidas. Durante a permanência, buscava-se identificar aspectos da rotina que ajudavam ou produziam sofrimento. Na preparação para a saída, as questões se relacionavam às preocupações, aprendizagens consideradas necessárias, recursos disponíveis, vínculos de apoio e necessidades ainda percebidas. Para a vida fora do acolhimento, as perguntas focalizavam moradia, necessidades cotidianas e pessoas ou serviços aos quais poderiam recorrer.

As perguntas funcionaram como estímulos à dramatização, e não como roteiro de entrevista, favorecendo a comunicação das percepções também pela ação e pelas relações estabelecidas em cena.

4.3 Do vivido ao desejado: novas possibilidades em cena

Após a representação de como percebiam cada etapa, os grupos foram convidados a **colocar em cena também como gostariam que aquela experiência acontecesse**, incorporando elementos, relações ou situações que considerassem importantes.

Esse segundo momento ampliou a dramatização para além da reprodução do vivido, aproximando-se da realidade suplementar (MORENO; BLOMKVIST; RÜTZEL, 2001). Ao passar do “como é?” para o “como gostaríamos que fosse?”, o espaço cênico pôde acolher não apenas acontecimentos percebidos e vividos, mas também aquilo que faltou, o desejado, o imaginado e outras possibilidades ainda não experimentadas.

Metodologicamente, a proposta articulou duas questões: **“Como é?”** e **“Como gostaríamos que fosse?”**. A passagem de uma representação à outra permitiu que os participantes não apenas expressassem suas percepções sobre o percurso, mas também formulassem alternativas e indicassem elementos que consideravam necessários para qualificar essas experiências.

A dramatização assumiu, assim, função expressiva e participativa: ao colocar em cena o vivido e o desejado, adolescentes e jovens produziram elementos para refletir sobre as práticas de acolhimento, preparação para a saída e acompanhamento no pós-acolhimento.

4.4 Compartilhamento e processamento coletivo

Concluídas as dramatizações, realizou-se o compartilhamento coletivo, orientado pelas questões: “O que apareceu de mais forte nas cenas?”, “O que foi difícil?”, “O que ajudou?” e “O que vocês gostariam que fosse diferente nesse caminho?”

Essa etapa permitiu que os sentidos das cenas fossem construídos com os próprios participantes, evitando interpretações exclusivamente profissionais. O que havia sido expresso pela ação retornava ao grupo pela palavra, possibilitando esclarecimentos e elaboração coletiva.

A equipe assumiu mediação, observação e registro. Conforme o planejamento, “a cena deve ser criada pelos adolescentes/jovens”, cabendo aos profissionais oferecer condições para sua realização sem definir previamente conteúdos ou sentidos.

4.5 Registro e sistematização

Durante as dramatizações e o compartilhamento, a equipe registrou, em cada etapa, sentimentos expressos, dificuldades identificadas, elementos desejados pelos adolescentes e jovens e frases consideradas significativas.

O registro reuniu conteúdo das cenas e do compartilhamento, buscando reconhecer percepções, necessidades e proposições dos participantes sem interpretar o material exclusivamente pelo olhar técnico. Posteriormente, foi retomado pela equipe para reflexão sobre as práticas de acolhimento, preparação para a saída e pós-acolhimento.

4.6 Fechamento: da cena ao corpo

Como encerramento da dramatização e do compartilhamento, os participantes foram convidados a retornar ao círculo e expressar, por meio de **uma palavra acompanhada de um movimento corporal**, como se percebiam naquele momento.

A proposta retomou a linguagem corporal do aquecimento, permitindo que cada participante sintetizasse brevemente a experiência. Entre as palavras que emergiram estiveram presença, cuidado, autonomia, protagonismo, esperança e gratidão, acompanhadas por gestos ou movimentos escolhidos pelos participantes.

O fechamento retomou a articulação entre corpo, ação e palavra: se o caminhar abriu o percurso cênico, o corpo voltou ao final como forma de síntese da experiência.

O percurso metodológico da dramatização constituiu, desse modo, um movimento circular: **corpo** → **cena** → **palavra** → **corpo**.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A dramatização possibilitou que adolescentes e jovens expressassem percepções sobre entrada, permanência, preparação para a saída e pós-acolhimento. Os resultados não correspondem a uma avaliação de impacto, mas aos conteúdos produzidos nas cenas e no compartilhamento, aos registros da oficina e aos desdobramentos que suscitaram na prática da equipe.

A representação das quatro etapas favoreceu uma compreensão integrada do percurso, indicando que desligamento e pós-acolhimento se articulam às oportunidades de participação, escolha, aprendizagem, construção de vínculos e exercício progressivo da autonomia durante o acolhimento.

5.1 Entrada no acolhimento: proteção e compreensão da experiência

Na cena da entrada, o próprio adolescente reconhecia a necessidade de proteção e solicitava o acolhimento. A chegada, porém, foi marcada por dificuldades de vaga e por uma recepção concentrada na apresentação do espaço, do quarto, da cama e das regras.

Ao expressarem como gostariam que essa etapa acontecesse, os participantes mencionaram sentimentos de medo, ansiedade, confusão e sensação de aprisionamento, além da necessidade de uma recepção mais acolhedora e explicativa, com informações claras sobre os motivos do acolhimento, seus direitos, as regras e o funcionamento do serviço.

Os elementos apontam para uma distinção entre os procedimentos formais de admissão e a experiência subjetiva de chegada: organizar espaço, regras e aspectos materiais pode não ser suficiente para que o adolescente compreenda o que acontece e se situe diante da medida de proteção. A cena sugere uma tensão importante: nem sempre a resposta é construída a partir das necessidades singulares do adolescente; muitas vezes, é ele quem precisa se adequar às condições da vaga disponível.

5.2 Permanência no acolhimento: coexistência entre cuidado e sofrimento

Na cena da permanência, duas adolescentes conversavam em voz baixa, quase em sussurros. No compartilhamento, surgiram tristeza, vergonha e necessidade de ajuda, ao lado de avaliações positivas sobre o acolhimento e o cuidado recebido.

A coexistência desses elementos evidencia uma experiência não homogênea, na qual proteção, cuidado, sofrimento, restrições e desejo de liberdade podem coexistir. Ao indicarem como gostariam que esse período fosse vivido, os participantes destacaram escuta ativa, incentivo à expressão, cuidado emocional, relações respeitadas, convivência e maior participação.

Entre os registros produzidos, uma das manifestações sintetizou uma percepção recorrente: **“Falta ação.”**

A expressão recoloca o desafio central deste relato: espaços de fala não asseguram que as manifestações dos adolescentes sejam incorporadas às decisões e práticas. A ausência de resposta pode fragilizar a confiança na fala e na denúncia. A escuta requer, portanto, passagem da expressão à resposta.

5.3 Preparação para a saída: da orientação à experiência

Na preparação para o desligamento, os participantes representaram uma prática baseada sobretudo em orientações e conselhos, além de maior atenção aos adolescentes percebidos como mais adequados às expectativas adultas, enquanto os considerados mais difíceis permaneciam à margem.

A cena trouxe, ainda, uma dimensão que atravessou de modo significativo as manifestações dos participantes: a percepção de julgamento por parte das equipes. Apareceram referências a adolescentes vistos como “mais fáceis”, “mais responsáveis” ou mais correspondentes às expectativas dos adultos, em contraste com aqueles percebidos como “difíceis”, resistentes ou pouco comprometidos. Na experiência expressa pelos participantes, essas leituras podiam interferir na atenção, nas orientações e nas oportunidades de preparação oferecidas a cada jovem.

Não se trata de tomar a dramatização como descrição objetiva ou generalizável das práticas das equipes, mas de reconhecer que sentir-se julgado ou desacreditado compõe a experiência relacional do adolescente e pode repercutir em sua confiança, participação e disponibilidade para pedir ajuda. A cena convida, portanto, a interrogar também os papéis que podem se cristalizar nas relações de cuidado: quando um adolescente passa a ser reconhecido predominantemente como “difícil”, pode haver menos espaço para que novas respostas sejam percebidas e sustentadas. Nesse sentido, a espontaneidade não diz respeito apenas ao jovem; convoca também os adultos a permanecerem abertos ao encontro e à possibilidade de respostas diferentes das já esperadas.

A cena evidenciou uma questão central para a preparação para a vida adulta: a diferença entre **receber informações e ter oportunidades de experimentar, de forma progressiva, situações relacionadas à autonomia.**

Conhecer documentos, trabalho, organização financeira, moradia, saúde e rede de serviços é necessário, mas dispor dessas informações não significa saber mobilizá-las diante das situações concretas da vida cotidiana.

Ao indicarem como gostariam que essa etapa fosse conduzida, os participantes mencionaram planejamento realista, apoio psicológico, articulação com a rede, suporte financeiro e maior tempo para amadurecimento. Uma das formulações registradas foi: **“Fazer o adolescente se sentir realmente preparado. Não ser induzido a isso.”**

A manifestação coloca em discussão os tempos e critérios da preparação. A proximidade dos 18 anos é uma referência jurídica, mas não corresponde necessariamente ao processo singular de construção da autonomia, reforçando a necessidade de preparação antecipada, gradual e articulada às experiências cotidianas.

Nesse sentido, a oficina contribuiu para explicitar uma distinção que passou a orientar o acompanhamento posterior: **informar é necessário, mas preparar pressupõe também criar oportunidades para experimentar.**

5.4 Vida fora do acolhimento: autonomia e continuidade do apoio

Na representação da vida após o acolhimento, uma jovem deixou o serviço carregando uma mala e uma criança no colo. A cena apresentou dificuldades relacionadas à moradia, ao trabalho e à organização da vida cotidiana, bem como a necessidade de recorrer à rede de apoio.

No compartilhamento, o pós-acolhimento foi associado à insegurança, solidão, dificuldades de acesso a recursos e necessidade de suporte. Simultaneamente, os participantes manifestaram o desejo de continuidade do acompanhamento, desde que este preservasse sua autonomia.

Esses elementos problematizam a autonomia entendida como independência absoluta. Reconhecer necessidades, identificar recursos, estabelecer vínculos e saber a quem recorrer diante de dificuldades também integram seu exercício. Essa compreensão encontra respaldo em Cassarino-Perez, Montserrat e Sarriera (2020), que destacam a relevância das redes de apoio e dos fatores protetivos no processo de transição do acolhimento para a vida adulta.

Preparar para o pós-acolhimento envolve, portanto, fortalecer tanto a capacidade de pedir ajuda quanto redes efetivamente disponíveis quando ela for necessária.

5.5 Da expressão à proposição

Um aspecto central da metodologia foi a passagem da representação da experiência para a formulação de possibilidades: após dramatizarem como percebiam cada etapa, os participantes colocaram em cena elementos de como gostariam que ela acontecesse.

Esse movimento permitiu formular alternativas: maior acolhida e informação na entrada; escuta, cuidado emocional e participação durante a permanência; experiências concretas, planejamento, apoio e tempo para amadurecimento na preparação; e continuidade de vínculos e suporte compatível com a autonomia no pós-acolhimento.

A dramatização constituiu uma forma de participação na análise do percurso de cuidado, oferecendo subsídios para a reflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos serviços.

Sua utilização por outras equipes não depende da reprodução literal das cenas ou perguntas, mas do princípio de criar condições para que adolescentes e jovens expressem como percebem o percurso de cuidado e participem da formulação de outras possibilidades.

5.6 Repercussões da escuta na prática de acompanhamento

Os conteúdos produzidos na oficina passaram a subsidiar a organização dos encontros de acompanhamento realizados pelo Projeto Jovem em Movimento. Entre os principais desdobramentos esteve a necessidade de aproximar a preparação para a saída das **situações concretas da vida cotidiana**, superando uma abordagem centrada predominantemente na transmissão de orientações.

A partir dessa reflexão, os acompanhamentos passaram a dedicar maior atenção, conforme as necessidades de cada jovem, a documentação, escolarização, currículo e trabalho, relações profissionais, organização financeira, alimentação, transporte, moradia e conhecimento dos serviços do território.

Esse redirecionamento não substituiu as dimensões subjetivas e relacionais por uma abordagem instrumental. As cenas evidenciaram que demandas cotidianas são atravessadas por medo, vergonha, insegurança, solidão, dificuldades para pedir ajuda e necessidade de vínculos; aprendizagens práticas mobilizam afetos, expectativas e receios.

A equipe passou a articular mais intencionalmente as dimensões concretas, subjetivas e relacionais da autonomia: não apenas verificar documentos, mas se o jovem conhecia sua finalidade e sabia providenciá-los; não apenas identificar o desejo de trabalhar, mas abordar relações profissionais, horários, remuneração, responsabilidades e frustrações; não apenas perguntar onde gostaria de morar, mas aproximá-lo de custos, transporte, serviços e apoios no território.

A oficina contribuiu para compreender que habilidades cotidianas não se dissociam das condições subjetivas e relacionais para exercê-las. A autonomia passou a ser considerada tanto no “saber fazer” quanto na maneira como o jovem se percebe, se posiciona e mobiliza recursos diante do que precisa realizar.

Um dos principais resultados, portanto, foi a capacidade da escuta de produzir movimento na própria prática de acompanhamento.

5.7 Da escuta ao movimento

A experiência evidenciou que criar espaços de expressão não garante participação. Esta pressupõe que o comunicado possa ser considerado na reflexão, no planejamento e, quando pertinente, na revisão das práticas. As cenas produziram informações não apenas sobre adolescentes e jovens, mas também sobre o cuidado e a preparação que lhes eram oferecidos.

Assim, a questão que permaneceu após a oficina não foi somente **“o que os adolescentes nos disseram?”**, mas: **o que aquilo que escutamos nos convoca a fazer de modo diferente?**

É nesse movimento entre expressão, escuta, reflexão e resposta que a dramatização, para além de recurso metodológico, pode constituir um

dispositivo de participação capaz de contribuir para a qualificação das práticas de preparação para a saída e de acompanhamento no pós-acolhimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência partiu da questão de como ampliar as possibilidades de escuta de adolescentes e jovens sobre o acolhimento, a preparação para a saída e o pós-acolhimento e, ao longo da oficina, acrescentou outra: de que maneira aquilo que emerge dessa escuta pode repercutir nas práticas construídas para acompanhá-los?

A dramatização, a partir de referenciais do Psicodrama, mostrou-se um dispositivo relevante de expressão e participação. Ao colocar o percurso em cena, os participantes comunicaram percepções por meio da palavra, da ação, dos personagens, das relações e dos movimentos. A passagem do “como é” para o “como gostaríamos que fosse” ampliou esse processo, permitindo não apenas expressar o vivido, mas construir outras possibilidades para a acolhida, a convivência, a saída e o pós-acolhimento.

As cenas evidenciaram que a preparação para a vida adulta articula dimensões concretas, subjetivas e relacionais. Documentação, escola, trabalho, renda, moradia e conhecimento da rede não se dissociam de medo, insegurança, confiança, pertencimento, vínculos, capacidade de decidir e possibilidade de pedir ajuda. Essa compreensão repercutiu no acompanhamento posterior realizado pela equipe, aproximando-o das situações cotidianas e ampliando oportunidades para que os jovens pudessem escolher, experimentar, assumir responsabilidades, rever decisões e mobilizar apoios.

Os resultados também apontam para uma autonomia que não se confunde com autossuficiência. Preparar para o pós-acolhimento implica fortalecer recursos individuais e, simultaneamente, construir vínculos, referências e redes que permaneçam acessíveis após a saída. Nesse sentido,

a experiência sugere a ideia de presença sem substituição: sustentar apoio sem retirar do jovem seu lugar de decisão, reduzindo progressivamente a intensidade do acompanhamento sem produzir uma ruptura abrupta do cuidado.

A dramatização também tornou visível a percepção de julgamento nas relações com as equipes. Reconhecê-la não significa desconsiderar limites, responsabilidades ou avaliações técnicas, mas interrogar classificações que podem cristalizar determinados adolescentes em papéis já conhecidos e dificultar o reconhecimento de mudanças. A abertura ao novo, própria da espontaneidade moreniana, torna-se, assim, uma tarefa compartilhada: do jovem, ao experimentar outras respostas, e dos adultos, ao permanecerem disponíveis para percebê-las.

Experiências como esta, construídas no cotidiano dos serviços, podem contribuir para o aprimoramento das práticas, mas não substituem a responsabilidade das políticas públicas. A efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do PNCFC e das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento é condição para que escuta, participação e preparação gradual para a saída não dependam apenas da sensibilidade, disponibilidade ou continuidade de equipes específicas. Reafirma-se, ainda, a necessidade de ações e políticas voltadas aos jovens no pós-acolhimento, com diretrizes, fluxos intersetoriais e recursos capazes de sustentar a continuidade do cuidado.

A experiência não pretende estabelecer um modelo único nem pressupõe que a dramatização seja aplicável indistintamente a todos os contextos. Sua possibilidade de adaptação reside, sobretudo, no princípio de criar condições para que adolescentes e jovens expressem como percebem o cuidado que recebem e participem da construção das respostas que lhes dizem respeito. Participação não se esgota, portanto, em oferecer espaços de fala: implica considerar aquilo que é dito, inclusive quando diverge das avaliações adultas, e permitir que essa escuta produza consequências.

A experiência reafirma, assim, a questão que atravessa este relato: mais do que perguntar se adolescentes e jovens têm espaços para falar, importa perguntar em que medida aquilo que expressam produz movimento nas práticas construídas para acompanhá-los.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC 2025.** Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Aprovadas pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009. Brasília, DF: CNAS/CONANDA, 2009.

CASSARINO-PEREZ, Luciana; MONTSERRAT, Carme; SARRIERA, Jorge Castellá. **Fatores protetivos e de risco na transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 142–167, 2020. DOI: 10.12957/epp.2020.50794.

MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza (org.). **Minha vida fora do acolhimento: a transição de jovens que saem dos serviços de cuidados alternativos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2025.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1993.

MORENO, Zerka T.; BLOMKVIST, Leif Dag; RÜTZEL, Thomas. **A realidade suplementar e a arte de curar**. Tradução de Eliana Araújo Nogueira do Vale. São Paulo: Ágora, 2001

RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDALAR PARA A VIDA – Autonomia, pertencimento e vínculos significativos na preparação para a vida adulta “Completar 18 anos é uma data. Tornar-se adulto é um processo”

Rafael Alves de Lima

1 APRESENTAÇÃO

Completar 18 anos é uma data. Tornar-se adulto é um processo.

Para adolescentes que vivem em serviços de acolhimento, essa afirmação ganha uma dimensão ainda mais profunda. A chegada da maioridade representa a aproximação de uma importante transição: deixar o espaço institucional que, apesar de suas limitações, tornou-se referência de cuidado, e ingressar em uma vida que precisa ser construída com autonomia, vínculos, responsabilidades e perspectivas de futuro.

Foi a partir dessa inquietação que o SAICA Casa Abrigo Amorada, da Associação Amorada, em Lençóis Paulista/SP, vem desenvolvendo uma prática voltada à construção progressiva da autonomia, da convivência comunitária, dos vínculos significativos e do projeto de vida de adolescentes acolhidos.

Não queremos apenas preparar adolescentes para sair do acolhimento. Queremos que eles tenham uma vida para a qual possam sair.

Essa diferença muda a forma de compreender a preparação para a vida adulta. Não se trata de esperar que o adolescente complete 17 anos e, então, iniciar uma lista de tarefas para que aprenda a cozinhar, lavar roupa, organizar uma casa ou administrar dinheiro. Essas habilidades são importantes, mas representam apenas uma parte da autonomia.

Autonomia também significa conhecer o território, circular por ele,

utilizar os serviços disponíveis, fazer escolhas, assumir responsabilidades, reconhecer riscos, pedir ajuda, construir relações, identificar oportunidades, desenvolver interesses, descobrir potencialidades e compreender que existe um lugar possível para si na comunidade.

Essa perspectiva encontra forte convergência com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC 2025–2035, instituído pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 23 de dezembro de 2025. O Plano atualizado dedica atenção específica aos adolescentes e jovens pós acolhimento e, em seu Objetivo 6.1.2, propõe medidas voltadas às especificidades dos adolescentes acolhidos e à preparação para a transição para a vida adulta.

O PNCFC 2025 reforça que a autonomia não deve ser compreendida como algo que acontece apenas quando o adolescente completa 18 anos. A preparação deve ser gradual, incorporada ao cotidiano dos serviços, articulada ao Projeto Político-Pedagógico e ao Plano Individual de Atendimento e desenvolvida ao longo da trajetória de acolhimento.

É justamente nessa direção que a Casa Abrigo Amorada vem construindo sua prática. A cidade deixa de ser apenas o lugar onde o serviço está localizado e passa a ser um espaço de aprendizagem, convivência, pertencimento e proteção.

Que um dia seja possível soltar as mãos e confiar que eles podem pedalar sozinhos.

1 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Apresentar a experiência do SAICA Casa Abrigo Amorada na construção progressiva da autonomia, da convivência comunitária, dos vínculos significativos e do projeto de vida de adolescentes acolhidos, especialmente daqueles que se aproximam da transição para a vida adulta,

em diálogo com o Eixo 6 e o Objetivo 6.1.2 do PNCFC 2025–2035.

2.2 Objetivos específicos

- Desenvolver progressivamente a autonomia dos adolescentes antes da maioridade;
- Ampliar circulação e participação nos espaços do território;
- Favorecer vínculos significativos para além do serviço;
- Estimular potencialidades, interesses e habilidades;
- Fortalecer a participação dos adolescentes na construção de seus projetos de vida;
- Trabalhar escolhas, riscos, responsabilidades e consequências sem transformar cuidado em controle ou punição;
- Fortalecer articulação com a rede e com pessoas de referência;
- Favorecer a permanência das redes construídas após o desligamento;
- Compartilhar uma prática que possa contribuir para o debate sobre autonomia e transição para a vida adulta.

2 PÚBLICO-ALVO

A experiência é desenvolvida com adolescentes acolhidos no SAICA Casa Abrigo Amorada, especialmente a partir da adolescência média e, de maneira mais intensificada, a partir dos 14 anos, considerando características individuais, estágio de desenvolvimento, história de vida, potencialidades, fragilidades e projeto de vida de cada adolescente.

Embora exista atenção especial aos adolescentes próximos da maioridade, a metodologia não é compreendida como um “projeto para os 18 anos”. A autonomia é entendida como processo contínuo, individualizado e progressivo, iniciado durante a trajetória de acolhimento.

3 METODOLOGIA

4.1 Autonomia antes dos 18 anos

A metodologia parte do princípio de que ninguém se torna autônomo no dia em que completa 18 anos. A autonomia é construída por meio de experiências.

A equipe técnica, em conjunto com os educadores, avalia as condições individuais para que novas experiências sejam gradualmente introduzidas. O processo começa com maior acompanhamento e proteção, reduzidos conforme o adolescente demonstra condições para assumir novas responsabilidades.

Essa progressividade não significa ausência de limites. Significa adequar o nível de proteção à capacidade que o adolescente está desenvolvendo para cuidar de si mesmo.

4.2 A cidade como espaço pedagógico

A cidade não é apenas o lugar onde o abrigo está localizado. A cidade é um espaço de aprendizagem.

Praças, parques ecológicos, teatro municipal, Casa da Cultura, biblioteca, escolas, academias, igrejas, locais de trabalho, cursos, equipamentos públicos, eventos culturais e esportivos e espaços naturais passam a fazer parte do repertório dos adolescentes.

A participação inclui atividades culturais e comunitárias, como música, pintura, artesanato, teatro, coral, eventos municipais e atividades esportivas. No território rural, trilhas, cachoeiras, nascentes e outros espaços naturais ampliam experiências e a relação com o lugar onde vivem.

O objetivo não é simplesmente proporcionar passeios. É fazer com que o adolescente reconheça o território como seu também: que saiba onde ir, como chegar, com quem contar e quais recursos estão disponíveis.

“Eu pertencço a este lugar.”

4.3 Da circulação acompanhada à circulação autônoma

Após avaliação da equipe técnica, os adolescentes começam a realizar determinadas atividades acompanhados por educadores. Progressivamente, quando demonstram condições, passam a realizar deslocamentos de maneira autônoma para escola, cursos, trabalho, saúde, CAPS, terapia, esporte, academia, igreja, atividades culturais, compromissos pessoais e convivência com amigos.

A equipe articula-se com os serviços da rede para acompanhar a participação e o vínculo do adolescente com essas atividades. A autonomia não significa desaparecimento da equipe. O adolescente passa a circular mais, mas continua sabendo onde encontrar apoio.

4.4 A bicicleta como ferramenta de autonomia

A bicicleta surgiu inicialmente como ferramenta de circulação e lazer. Progressivamente, tornou-se instrumento pedagógico.

As pedaladas são utilizadas para conhecer caminhos, descobrir lugares, estabelecer rotas, conversar sobre histórias da cidade, reconhecer referências geográficas e experimentar diferentes formas de circulação. Enquanto pedalam, adolescentes e educadores conversam sobre histórias, relações, dificuldades, sonhos, medos e possibilidades.

A bicicleta permite que o território seja descoberto ao mesmo tempo em que novas dimensões da própria história do adolescente também são descobertas.

No começo, alguém segura. Depois, acompanha. Depois, observa de longe. Até que chega o momento em que é preciso soltar.

4.5 O erro como parte do processo

Aprender a pedalar envolve desequilíbrio, medo, quedas e novas tentativas. A construção da autonomia também.

Por isso, a metodologia procura trabalhar o erro como oportunidade de aprendizagem, e não automaticamente como motivo para punição ou

retirada de confiança.

Quando um adolescente ultrapassa um horário, escolhe uma companhia inadequada, toma uma decisão equivocada ou enfrenta uma consequência de uma escolha, a equipe busca compreender o acontecimento e trabalhar seus significados.

Responsabilizar é diferente de humilhar. Proteger é diferente de controlar.

Isso não significa relativizar riscos ou deixar de estabelecer limites. Significa trabalhar a responsabilidade a partir da reflexão, da reparação quando necessária e da possibilidade de fazer diferente.

“O que aconteceu? O que podemos aprender com isso? O que precisa mudar para que você possa fazer diferente na próxima vez?”

4.6 O adolescente como construtor de sua própria rede

Na experiência da Amorada, busca-se avançar de uma lógica em que somente os adultos procuram pessoas para estabelecer vínculos para uma perspectiva em que o próprio adolescente participa ativamente dessa construção.

O adolescente também escolhe quem deseja que faça parte de sua história.

Durante atividades comunitárias, pode convidar amigos, familiares, pessoas de referência, voluntários, professores, colegas de trabalho e integrantes de grupos esportivos ou culturais com quem tenha desenvolvido relações significativas.

Assim, deixa de ser apenas alguém para quem os adultos procuram construir uma rede e passa a ser protagonista na construção de sua própria rede.

4.7 Projeto de vida

No último ano de acolhimento, o trabalho relacionado ao projeto

de vida é intensificado, tornando visíveis potencialidades, fragilidades, interesses, desejos, redes de apoio, possibilidades profissionais, organização financeira, alternativas de moradia, organização doméstica, aquisição de móveis e utensílios, planejamento de compras, cuidados com medicamentos, saúde, saúde mental, formação profissional e relações familiares e comunitárias.

A pergunta deixa de ser apenas:

“Como ou onde você vai morar quando sair daqui?”

E passa a ser:

“Que vida você deseja construir?”

A partir dessa pergunta, o trabalho procura transformar desejos em possibilidades concretas.

4.8 Convivência familiar e comunitária como experiência de pertencimento

A convivência comunitária não é tratada como atividade complementar. É compreendida como parte do próprio processo de proteção.

Adolescentes acolhidos já passaram por experiências de ruptura, perda e afastamento de vínculos importantes. Chegam ao serviço, muitas vezes, para um espaço onde encontram pessoas inicialmente desconhecidas, regras que não escolheram e uma rotina que não construíram.

Por isso, uma proteção que produz isolamento pode aprofundar justamente uma das experiências de ruptura que o acolhimento deveria ajudar a superar.

É necessário construir pontes: com a escola, a cultura, o esporte, o trabalho, os serviços públicos, pessoas de referência, a comunidade e a própria cidade.

4.9 Uma outra forma de colocar limites

Como proteger sem reproduzir a violência da qual estamos tentando proteger?

Crianças e adolescentes acolhidos já vivenciaram diferentes formas de violência, abandono, negligência, rupturas e violações. Nesse contexto, não parece coerente que a resposta institucional reproduza continuamente a mesma lógica de opressão, ameaça, humilhação ou punição que marcou parte de suas trajetórias.

Isso não significa defender uma prática sem limites. Ao contrário.

Limite é cuidado. Mas cuidado também é escuta. É presença. É proteção. É responsabilização. É vínculo. É humanidade.

O desafio está em construir limites que ensinem responsabilidade sem destruir pertencimento. Quando uma resposta institucional reproduz a lógica de violência que deveria combater, corre-se o risco de transformar uma medida de proteção em uma nova experiência de violação de direitos.

O amor de que se fala aqui não é permissividade, ausência de regras ou ingenuidade. É amor em forma de cuidado, proteção, presença, responsabilidade e humanidade.

4.10 A experiência da Amorada à luz do PNCFC 2025

A experiência encontra especial convergência com o Eixo 6 do PNCFC 2025–2035, especialmente com o Objetivo 6.1.2, voltado às especificidades dos adolescentes acolhidos e à preparação para a transição à vida adulta.

O alinhamento aparece em dimensões concretas: autonomia trabalhada antes dos 18 anos; preparação gradativa para o desligamento; articulação com PPP e PIA; desenvolvimento de habilidades para a vida diária e educação financeira; construção de projetos de vida; participação comunitária; formação e inserção profissional; cuidados em saúde física e saúde mental; e fortalecimento de vínculos significativos dentro e fora do serviço.

A experiência procura materializar esses princípios no cotidiano.

A maioria não é compreendida como ruptura abrupta com toda a rede construída durante o acolhimento. A transição precisa ser apoiada, e para ser verdadeiramente apoiada precisa começar antes.

Nesse sentido, a experiência pretende contribuir para o debate nacional ao mostrar que a preparação para a vida adulta pode ser construída no cotidiano, por meio de experiências reais de participação, pertencimento e autonomia.

Mais do que ensinar o adolescente a sair do acolhimento, trata-se de ajudá-lo a construir condições para permanecer conectado à vida depois dele.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

A experiência produziu mudanças percebidas pela equipe no cotidiano dos adolescentes e na relação deles com o território.

- maior autonomia na circulação pela comunidade;
- ampliação da participação em atividades escolares, culturais, esportivas e profissionais;
- fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território;
- ampliação das redes de relações externas ao serviço;
- redução de conflitos internos;
- redução da destruição de patrimônio;
- redução significativa das saídas não autorizadas;
- redução dos registros de ocorrências envolvendo os adolescentes e forças de segurança;
- maior capacidade de diálogo após situações de conflito;
- fortalecimento do projeto de vida;
- descoberta e desenvolvimento de potencialidades;
- ampliação de vínculos que permanecem após o desligamento.

Esses resultados são observações da equipe a partir da experiência cotidiana do serviço e não pretendem estabelecer relação causal exclusiva entre a metodologia e cada mudança observada. Revelam, contudo, uma

transformação importante na relação dos adolescentes com o serviço, com o território e consigo mesmos.

5.1 Quando uma rede construída na comunidade protege

Um dos adolescentes acompanhados pela instituição apresentava uma personalidade intensa, grande força física e dificuldade em lidar com situações de abordagem e conflito com autoridades. Ao longo do acolhimento, construiu vínculos na escola, trabalho, igreja, futebol e em uma academia de jiu-jitsu.

Próximo do desligamento, após sair da escola no período noturno, vivenciou uma situação de conflito com agentes da Guarda Municipal. A tensão aumentou rapidamente, até que um dos agentes o reconheceu: eles já haviam treinado juntos na academia de jiu-jitsu.

A relação construída anteriormente permitiu que aquele encontro assumisse outro significado. O adolescente não era apenas alguém sendo abordado por uma autoridade; era alguém conhecido, com quem havia compartilhado experiências. A presença daquela pessoa ajudou a reduzir a tensão e contribuiu para que a situação não evoluísse para consequências mais graves.

Um vínculo comunitário pode tornar-se uma rede concreta de proteção.

Após o desligamento, esse jovem manteve vínculos com pessoas da igreja, da escola, da organização e do esporte, que podem ser acionadas em momentos de dificuldade.

Ele não saiu do acolhimento para uma vida sem rede. Saiu levando uma rede consigo.

5.2 Quando uma bicicleta abre uma porta

Outro adolescente chegou ao serviço após uma trajetória marcada por conflitos familiares graves, agressividade, dificuldades escolares e aproximação com contextos de risco. No acolhimento, apresentava comportamentos agressivos e sucessivas dificuldades na escola.

Demonstrava forte interesse pelo jiu-jitsu, mas a equipe inicialmente tinha receio de que a atividade pudesse reforçar comportamentos agressivos. Foram estabelecidos acordos, acompanhamentos terapêuticos e estratégias para trabalhar respeito, impulsividade e responsabilização, mas a evolução foi limitada.

Foi então que a bicicleta abriu uma possibilidade inesperada. Durante pedaladas com um educador de referência, o adolescente começou a demonstrar interesse crescente pelo ciclismo. Participou da escolha dos trajetos, aprendeu sobre manutenção, acompanhou ciclistas pelas redes sociais, fez novas amizades, descobriu competições e quis participar.

Com apoio da equipe e das pessoas que havia conhecido, começou a competir. Vieram resultados, pódios, roupas esportivas, equipamentos, reconhecimento e convites para representar a cidade em eventos.

Para participar da equipe de competição do município, precisava manter a frequência escolar. A escola, antes associada a conflitos e evasão, passou a estar ligada a uma possibilidade que fazia sentido para ele. Novos amigos foram ocupando espaços antes preenchidos por relações de risco.

O esporte ofereceu reconhecimento. A bicicleta ofereceu pertencimento. A comunidade ofereceu vínculos.

Hoje, já desligado do serviço, segue estudando e vivendo a experiência de buscar reconhecimento por meio do esporte.

A bicicleta não resolveu sua história. Ela abriu uma porta.

E, pela porta que se abriu, entraram novas pessoas, novos lugares, novas experiências e novas possibilidades de futuro.

5.3 O que mudou no cotidiano

A equipe passou a perceber que adolescentes que se sentiam mais pertencentes à comunidade também demonstravam maior capacidade de reconhecer o serviço de acolhimento como espaço de proteção e cuidado.

A liberdade experimentada fora dos muros não necessariamente

afastou os adolescentes da instituição. Em muitos casos, produziu o efeito contrário. Quanto mais confiavam que poderiam circular, escolher e experimentar, mais conseguiam compreender que as regras existentes tinham relação com proteção e responsabilidade.

As saídas não autorizadas diminuíram significativamente. Quando ocorreram atrasos, a resposta passou progressivamente a ser construída por meio do diálogo sobre confiança, companhias, horários, caminhos, riscos e escolhas.

Essas conversas muitas vezes, são acompanhadas de orientações compreendidas pelo adolescente como expressão de cuidado, e não como tentativa de controle.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Casa Abrigo Amorada não pretende apresentar uma fórmula. Cada adolescente possui uma história, um ritmo, uma personalidade, potencialidades e necessidades diferentes.

O que a experiência demonstra é uma direção: autonomia não é abandono; liberdade não significa ausência de proteção; limite não precisa significar humilhação; responsabilização não precisa destruir vínculos; e cuidado não precisa ser confundido com controle.

O PNCFC 2025–2035 representa um importante avanço ao conferir visibilidade específica aos adolescentes e jovens pós acolhimento e ao estabelecer, no Eixo 6, uma direção para o desenvolvimento da autonomia e a preparação para a transição à vida adulta.

“Que vida estamos ajudando esse adolescente a construir enquanto ele ainda está conosco?”

Porque o acolhimento não deveria preparar apenas para o momento da saída. Deveria preparar para o depois.

- Para o primeiro aluguel.
- Para o primeiro emprego.
- Para a primeira grande dificuldade.

- Para a escolha de uma amizade.
- Para o momento de pedir ajuda.
- Para administrar o próprio dinheiro.
- Para cuidar da própria saúde.
- Para construir uma relação afetiva.
- Para escolher onde estar.
- Para saber voltar.
- Para saber recomeçar.

Autonomia não significa nunca cair. Significa saber que, quando cair, será capaz de levantar. Por isso, a bicicleta se tornou uma metáfora tão poderosa. No começo, alguém segura. Depois, acompanha. Depois, solta. E quando chega o momento de deixar o adolescente pedalar sozinho, não significa que deixamos de nos importar. Significa que confiamos no que foi construído.

Talvez seja essa a essência de preparar alguém para a vida adulta: não ensinar a viver sem ninguém, mas ajudá-lo a construir uma vida na qual ele possa fazer escolhas, assumir responsabilidades, pertencer e saber com quem pode contar.

Não queremos apenas que os adolescentes saiam do acolhimento. Queremos que tenham uma vida para a qual possam sair.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC 2025–2035**. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 23 de dezembro de 2025**. Institui o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC 2025. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, DF, 2009.

CASA DE OPORTUNIDADES SALVADOR DA SAÍDA DO ACOLHIMENTO À TRANSIÇÃO APOIADA: Uma Experiência Territorial de acompanhamento de adolescentes e jovens na construção da autonomia

Cristiane Leoncio Gonçalves

1 APRESENTAÇÃO

A chegada aos 18 anos representa o encerramento de uma etapa jurídica para adolescentes acolhidos, mas não significa que estejam concluídas as condições necessárias para uma vida autônoma. Moradia, renda, escolarização, trabalho, vínculos de confiança, saúde, documentação, participação social e capacidade de acessar políticas públicas são dimensões construídas progressivamente e que não se consolidam automaticamente com a maioridade.

Foi a partir desse desafio que se estruturou a Casa de Oportunidades Salvador, uma iniciativa das Aldeias Infantis SOS Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio do Termo de Fomento nº 970796/2024, com duração de vinte e quatro meses. A iniciativa é voltada para adolescentes em processo de desligamento dos serviços de acolhimento e jovens que já vivenciaram essa transição, com o objetivo de contribuir para uma saída mais autônoma e segura, fortalecendo o acesso a direitos fundamentais e o desenvolvimento de habilidades para a vida adulta, por meio de oficinas, atividades e espaços de participação.

A experiência parte de uma compreensão simples, mas determinante para sua metodologia: o desligamento é um evento, enquanto a autonomia é um processo.

O diagnóstico territorial realizado em Salvador ajudou a dimensionar essa questão. No período analisado, foram identificados dez serviços de

acolhimento nas modalidades Casa Lar e Abrigo Institucional, duas repúblicas para jovens, aproximadamente 216 pessoas acolhidas e 42 adolescentes de 16 e 17 anos em processo de aproximação da maioridade. Também foram identificados nove desligamentos por maioridade no período considerado.

Mais importante que o contingente identificado foi a constatação de fragilidades nos mecanismos de transição. Entre os serviços analisados, apenas 16,7% apresentavam plano formal de desligamento, 60% não possuíam fluxos ou protocolos definidos, mais de 70% não dispunham de mecanismos sistemáticos de identificação de jovens pós acolhimento e a localização efetiva desses jovens pela rede alcançava cerca de 20%.

O diagnóstico indicou, portanto, que o território dispõe de diferentes serviços, políticas e oportunidades, mas ainda enfrenta dificuldades para conectá-los em torno da trajetória do adolescente ou jovem.

A Casa de Oportunidades nasce nesse espaço. Sua proposta não é criar dentro de uma única organização todas as respostas de que um jovem necessita. Sua função é contribuir para que essas respostas sejam articuladas, acessíveis e acompanhadas ao longo do percurso de transição.

Por isso, a experiência desloca o foco da atividade isolada para a trajetória juvenil. Educação, trabalho, renda, moradia, saúde mental, documentação, proteção, participação social e fortalecimento dos vínculos passam a ser compreendidos como dimensões relacionadas de um mesmo processo de construção da autonomia.

A Casa funciona, assim, como um espaço de referência e articulação territorial, conectando jovens, oportunidades, serviços, políticas públicas e redes comunitárias em torno de percursos acompanhados.

2 OBJETIVO

A Casa de Oportunidades Salvador tem como objetivo apoiar 80 adolescentes e jovens que vivenciaram o acolhimento institucional em seu processo de transição para a vida adulta, promovendo o desenvolvimento

progressivo da autonomia por meio de acompanhamento individualizado, construção do Projeto de Vida, acesso a oportunidades, participação juvenil e articulação da rede territorial.

A proposta busca enfrentar especialmente a fragmentação que pode ocorrer entre o período anterior ao desligamento, o momento da saída e os primeiros anos de vida independente.

Mais do que realizar atividades para os jovens, a Casa procura construir continuidade. Isso significa conhecer cada trajetória, identificar necessidades e potencialidades, pactuar prioridades com o próprio jovem, mobilizar recursos existentes no território e acompanhar os resultados das ações realizadas.

A experiência também possui uma segunda frente de atuação. Ao trabalhar com serviços de acolhimento, organizações da sociedade civil, políticas públicas e demais atores do território, busca fortalecer a capacidade da própria rede de responder às necessidades dos adolescentes e jovens em transição.

Dessa forma, a prática atua simultaneamente sobre dois campos: a trajetória do jovem e a capacidade territorial de sustentá-la.

3 PÚBLICO ALVO

A Casa de Oportunidades Salvador atende dois públicos que representam momentos diferentes de uma mesma transição.

O primeiro é formado por adolescentes de 16 e 17 anos que ainda se encontram em serviços de acolhimento institucional e estão se aproximando do processo de desligamento.

Com esses adolescentes, a atuação busca antecipar e qualificar o planejamento da saída, fortalecer competências para a vida autônoma, identificar e fortalecer referências de apoio, ampliar o acesso a oportunidades e construir perspectivas concretas para o período posterior ao acolhimento. Todo esse processo é desenvolvido de forma articulada e colaborativa com as equipes dos serviços de acolhimento, reconhecendo

seu papel fundamental como guardiãs e principais referências desses adolescentes durante a trajetória de acolhimento. Essa parceria é essencial para garantir que as ações sejam integradas ao cotidiano e às necessidades de cada adolescente, favorecendo uma transição planejada, segura e progressiva para a vida autônoma.

O segundo público é constituído por jovens pós acolhimento, entre 18 e 24 anos.

Nesse momento da trajetória, podem estar presentes desafios relacionados a moradia, renda, trabalho, escolarização, documentação, saúde mental, vínculos sociais, acesso a benefícios e continuidade da relação com a rede de proteção.

A presença dos dois públicos permite que a Casa atue antes e depois do desligamento, contribuindo para que a maioridade não represente uma ruptura abrupta do acompanhamento.

4 METODOLOGIA

O principal diferencial da experiência está menos na existência isolada de suas atividades e mais na maneira como elas são integradas.

A metodologia articula gestão de caso, Projeto de Vida, educação e permanência escolar, trabalho e renda, saúde mental, direitos e proteção, participação juvenil e rede territorial. Esses componentes não são tratados como projetos independentes, são mobilizados de acordo com a trajetória e as prioridades construídas com cada adolescente ou jovem.

O percurso de acompanhamento pode ser compreendido em cinco movimentos articulados, que são:

Vinculação e escuta. O primeiro movimento é a construção do vínculo. O jovem é acolhido como sujeito de sua própria trajetória. A escuta busca compreender sua situação atual, seus interesses, expectativas, recursos, relações de apoio e necessidades imediatas.

Leitura da trajetória. A equipe procura compreender não apenas uma demanda específica, mas o conjunto de condições que interferem na

autonomia.

Escolarização, renda, moradia, saúde, vínculos, documentação, trabalho, mobilidade e acesso a serviços são observados de forma integrada.

Plano individual. A partir dessa leitura, jovem e equipe constroem prioridades e próximos passos. O Projeto de Vida não funciona como uma declaração abstrata de sonhos, mas como referência para organizar decisões e ações possíveis.

Oportunidades e rede. A Casa mobiliza recursos próprios e, principalmente, recursos existentes no território. Cursos, oportunidades de trabalho, serviços públicos, benefícios, experiências culturais, apoio psicossocial, documentação e outros recursos passam a ser conectados ao percurso individual.

Autonomia progressiva. O acompanhamento procura ampliar gradualmente a capacidade do jovem de tomar decisões, acessar recursos, construir relações de apoio e conduzir seu próprio percurso, evitando que apoio seja confundido com substituição de sua autonomia.

A metodologia está estruturada em duas frentes de atuação, que se articulam de forma integrada, contínua e permanente. Essa combinação é fundamental para garantir uma abordagem integral e consistente, capaz de responder às diferentes necessidades dos adolescentes e jovens, fortalecendo tanto o acompanhamento individual quanto as ações coletivas e de articulação com a rede.

A primeira frente reúne ações desenvolvidas diretamente com adolescentes e jovens, contemplando ciclos temáticos, mentorias, vivências, encontros de partilha, construção do Projeto de Vida e acompanhamento individualizado. Essas ações buscam fortalecer competências, ampliar repertórios, favorecer o autoconhecimento e apoiar cada participante na construção de caminhos possíveis para sua trajetória de autonomia.

A segunda frente está voltada ao fortalecimento da rede territorial, por meio da articulação com os serviços, capacitação dos profissionais,

diagnóstico dos recursos disponíveis, identificação de lacunas e construção ou aprimoramento de fluxos de atendimento. Essa atuação reconhece que a garantia de direitos e a construção da autonomia não dependem apenas do desenvolvimento individual, mas também da existência de uma rede preparada, articulada e capaz de responder às necessidades dos adolescentes e jovens.

Isso porque o adolescente e jovem podem desenvolver competências pessoais e, ainda assim, encontrar barreiras estruturais para acessar moradia, trabalho, renda, saúde, educação e outras oportunidades. Da mesma forma, a existência de políticas, serviços e oportunidades no território não garante, por si só, resultados concretos quando o jovem não consegue acessá-los ou quando os diferentes serviços não se comunicam e atuam de forma integrada.

É justamente nessa interface entre o desenvolvimento individual e as condições oferecidas pelo território que a experiência da Casa de Oportunidades busca atuar, aproximando adolescentes e jovens das oportunidades existentes e, simultaneamente, fortalecendo a rede para que ela seja mais acessível, articulada e responsiva às suas demandas.

A participação do jovem constitui um elemento transversal de todo o processo de acompanhamento, reconhecendo-o como sujeito de direitos, com voz ativa e capacidade de participar das decisões que dizem respeito à sua própria trajetória.

Nesse processo, o jovem é convidado a refletir sobre sua realidade, identificar necessidades e potencialidades, definir prioridades e construir, de forma compartilhada, seu Projeto de Vida. A metodologia busca, assim, superar práticas pautadas pela decisão unilateral da equipe, valorizando a escuta, o diálogo e o protagonismo juvenil na definição dos caminhos a serem percorridos.

Nessa perspectiva, autonomia não significa ausência de apoio ou a responsabilização individual do jovem por sua trajetória. Significa ampliar, de forma progressiva e acompanhada, sua capacidade de tomar decisões, realizar escolhas, acessar direitos e recursos, desenvolver competências e

construir relações e redes de suporte que possam sustentá-lo para além do período de acompanhamento.

A proteção oferecida durante esse processo de transição, portanto, deve funcionar como suporte para o exercício da autonomia, e não como substituição da capacidade de decisão do jovem. Busca-se oferecer o apoio necessário para que ele avance com maior segurança e protagonismo, evitando a reprodução ou o prolongamento de relações de tutela.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados disponíveis correspondem à fase inicial de implementação e devem ser compreendidos como indicadores preliminares de acompanhamento, não como avaliação de impacto.

No período analisado, 31 adolescentes e jovens estavam sendo acompanhados pela Casa de Oportunidades Salvador.

Desse conjunto:

61,3% eram jovens pós acolhimento e 38,7% adolescentes ainda acolhidos.

Entre os resultados registrados no acompanhamento: 16,1% retornaram aos estudos.

9,7% foram inseridos em cursos.

9,7% deixaram situação de rua.

6,5% foram encaminhados para benefícios sociais.

16,1% dos participantes, identificados como pessoas com deficiência, apresentaram ampliação de autonomia registrada pelo acompanhamento.

Embora os resultados apresentados correspondam a uma amostra referente ao estágio inicial da experiência, eles já permitem identificar avanços importantes que ultrapassam os indicadores individuais. A atuação do projeto também tem contribuído para o fortalecimento de vínculos, a ampliação do acesso a oportunidades e a aproximação dos jovens com a rede de proteção e atendimento. Esses aspectos são fundamentais para

apoiar a construção de trajetórias mais autônomas, seguras e sustentáveis.

O alcance dos resultados também perpassa pela construção de uma trajetória de referência para cada adolescente e jovem acompanhado. A existência de uma equipe responsável pelo acompanhamento permite reduzir a fragmentação entre os diferentes encaminhamentos e necessidades que atravessam suas vidas, garantindo maior continuidade e conexão entre as ações desenvolvidas.

Nesse sentido, a trajetória passa a ser compreendida como um conjunto, e não como uma sequência de demandas isoladas. O acompanhamento possibilita identificar essas conexões, antecipar necessidades, articular respostas e construir, junto ao jovem, caminhos mais consistentes para a autonomia e a vida adulta.

A presença de adolescentes que ainda estão acolhidos permite que o trabalho de preparação para a autonomia não se inicie apenas após o desligamento. A construção do Projeto de Vida, o fortalecimento de competências, a identificação de referências de apoio e a aproximação com oportunidades podem começar ainda durante o acolhimento, de forma articulada com a equipe responsável pelo adolescente.

Assim, a saída deixa de ser um momento pontual e passa a ser compreendida como um processo, reduzindo rupturas e ampliando as possibilidades de uma transição mais segura e autônoma.

Desse modo, podemos afirmar que o projeto demonstra resultados relevantes, evidenciando seu potencial de impacto e a efetividade das ações desenvolvidas desde o início. Nesse sentido, a Casa de Oportunidades se destacou por oferecer aos adolescentes e jovens um espaço seguro de escuta e acolhimento, fortalecendo vínculos, promovendo a expressão de emoções e apoiando a construção de projetos de vida. A boa integração entre a equipe técnica e os participantes gerou um ambiente de confiança e trocas significativas, além do reconhecimento e apoio da rede de serviços. A articulação com a rede foi um avanço importante, com a inserção da equipe em diferentes grupos de trabalho intersetoriais, fortalecendo a continuidade das ações e possibilitando a identificação e o cuidado das

demandas de saúde mental e acesso a benefícios pelos participantes.

Entre os desafios identificados durante a implementação estão dificuldades para abertura de contas bancárias, ausência ou fragilidade de fluxos entre serviços, sofrimento psíquico que exige acompanhamento especializado, baixa escolaridade, insegurança de moradia e fragilidade das redes familiares e comunitárias.

Essas situações demonstram que a autonomia não pode ser produzida exclusivamente pelo esforço individual do jovem.

A implementação também tem permitido identificar funções territoriais necessárias para uma transição protegida: identificação antecipada de adolescentes próximos ao desligamento, construção participativa do Projeto de Vida, gestão de caso, articulação de recursos materiais, construção de fluxos psicossociais, monitoramento e busca ativa após a saída.

Esse aprendizado é relevante porque permite que a experiência ultrapasse seus próprios limites institucionais. O que pode ser reaplicado não é necessariamente o formato físico de uma Casa de Oportunidades, mas uma forma de organizar responsabilidades que hoje aparecem dispersas entre diferentes serviços.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Casa de Oportunidades Salvador parte de uma questão que permanece aberta no sistema de proteção: quem acompanha a trajetória quando termina o acolhimento?

A existência de serviços, benefícios, moradia, cursos e oportunidades é indispensável, mas não resolve, por si só, o problema da transição. Entre a existência de uma oportunidade e sua transformação em possibilidade concreta na vida de um jovem há um percurso que precisa ser construído.

A principal contribuição da Casa de Oportunidades está na tentativa de organizar esse percurso.

A experiência propõe que o desligamento do acolhimento seja compreendido como processo, e não apenas como momento administrativo. Esse processo começa antes da saída, atravessa a maioridade e continua enquanto o jovem consolida condições materiais, relacionais e pessoais para conduzir sua vida com maior autonomia.

Também evidencia que autonomia não deve ser confundida com fazer tudo sozinho. Jovens da população geral atravessam a entrada na vida adulta contando, em diferentes graus, com apoio familiar, financeiro, afetivo e comunitário. Para jovens que viveram em acolhimento, construir referências equivalentes de suporte constitui parte fundamental da proteção.

Por isso, a Casa de Oportunidades procura combinar autonomia e apoio, participação e proteção, trajetória individual e responsabilidade territorial.

Os primeiros resultados são promissores, mas a experiência permanece em implementação e precisa continuar sendo acompanhada, sistematizada e avaliada. Seu valor, neste momento, está tanto nas mudanças já registradas nas trajetórias dos participantes quanto na capacidade de tornar visíveis os mecanismos necessários para que a saída do acolhimento não produza uma nova situação de desproteção.

Como boa prática, a Casa de Oportunidades Salvador oferece especialmente cinco aprendizados que podem dialogar com outros territórios: iniciar a preparação para a vida adulta antes do desligamento;

- a. manter uma referência de acompanhamento após a saída;
- b. tratar a trajetória, e não a atividade isolada, como unidade do trabalho;
- c. construir o Projeto de Vida e as decisões de acompanhamento com participação efetiva do jovem;
- d. articular serviços, políticas e oportunidades do território em torno de responsabilidades compartilhadas.

A experiência não propõe um modelo fechado a ser simplesmente reproduzido. Propõe uma arquitetura de trabalho que pode ser adaptada às

características de cada território.

Seu princípio central, entretanto, permanece: a saída do acolhimento pode ter uma data; a construção da autonomia precisa de percurso, vínculos, oportunidades e continuidade.

PROJETO MAIS AUTONOMIA - Relato de experiência sobre acompanhamento após o acolhimento e fortalecimento da vida independente em Limeira, São paulo

Michele Bombarda Valadares Luiz

1 APRESENTAÇÃO E CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

O Projeto Mais Autonomia é uma iniciativa desenvolvida pela Aldeias Infantis SOS Brasil no município de Limeira, São Paulo, para acompanhar jovens pós acolhimento institucional durante a continuidade de sua transição para a vida adulta. A experiência foi iniciada em julho de 2026, após o encerramento, em junho do mesmo ano, do serviço de acolhimento executado pela organização no município.

O encerramento do serviço trouxe uma questão concreta. Jovens que haviam construído vínculos de confiança com a equipe e que permaneciam no território, mesmo apresentando média a alta autonomia, deixariam de contar com uma referência institucional conhecida em uma etapa da vida marcada por novas responsabilidades, decisões e mudanças. A experiência parte do entendimento de que a capacidade de trabalhar, estudar, organizar a própria rotina ou conduzir a moradia não elimina a possibilidade de surgirem necessidades de orientação, acesso a oportunidades, apoio emocional, suporte diante de situações imprevistas ou articulação com serviços e redes.

A resposta construída em Limeira procura enfrentar essa questão sem prolongar a lógica do acolhimento e sem criar uma relação de dependência. O projeto mantém uma referência de apoio acessível, de adesão voluntária, orientada pelo protagonismo do jovem e pela construção conjunta das estratégias de acompanhamento. Em vez de aguardar o agravamento de uma dificuldade para iniciar uma intervenção, busca preservar proximidade suficiente para que necessidades possam ser percebidas e trabalhadas de maneira oportuna.

Essa escolha desloca o foco de uma atuação centrada apenas na crise para uma lógica de sustentação da autonomia. O jovem continua responsável por suas decisões e por sua trajetória. A equipe atua como referência para escuta, planejamento, articulação de oportunidades e apoio diante de necessidades específicas, respeitando o ritmo, as escolhas e os objetivos definidos pelo próprio participante.

Além do acompanhamento técnico, a experiência prevê apoio financeiro pontual quando esse recurso é identificado como necessário para a continuidade da trajetória de vida independente. A utilização é individualizada e vinculada às necessidades concretas do jovem, podendo viabilizar, entre outras situações já previstas pelo projeto, acesso a cursos, acompanhamento terapêutico e apoio relacionado à moradia.

O projeto foi estruturado para acompanhar até dez jovens durante seis meses. No momento registrado neste relato, seis jovens estão inscritos e em acompanhamento. Por se tratar de uma experiência recente, os achados apresentados a seguir devem ser compreendidos como resultados iniciais de implementação e aprendizados produzidos nos primeiros meses de execução.

2 OBJETIVO

Acompanhar jovens pós acolhimento institucional da Aldeias Infantis SOS Brasil em Limeira que apresentam média a alta autonomia, contribuindo para a consolidação de suas trajetórias de vida independente por meio da manutenção de uma referência de apoio, do fortalecimento de vínculos e redes, da ampliação do acesso a serviços e oportunidades e da oferta de suporte individualizado diante de necessidades que possam surgir na vida adulta.

2.1 Objetivos operacionais

a) Manter uma referência de apoio acessível após o encerramento do acolhimento, sem substituir a autonomia e a

responsabilidade do jovem por sua própria trajetória.

b) Identificar potencialidades, necessidades e objetivos definidos pelos próprios jovens e incorporar essas definições ao acompanhamento.

c) Apoiar o acesso a direitos, serviços, oportunidades de formação, trabalho, saúde, moradia e outros recursos relacionados à vida independente.

d) Fortalecer redes de apoio no território e ampliar a possibilidade de apoio entre os próprios jovens.

e) Utilizar recursos pontuais, quando necessários, como instrumentos vinculados ao plano individual e à continuidade da trajetória de autonomia.

f) Criar espaços de participação nos quais os jovens possam influenciar prioridades e ações do próprio projeto.

3 PÚBLICO PARTICIPANTE

Participam do Projeto Mais Autonomia jovens pós acolhimento institucional da Aldeias Infantis SOS Brasil que residem em Limeira, apresentam média a alta autonomia e permaneceram no território após o encerramento do serviço. O ingresso ocorre por adesão voluntária.

Os participantes estão em diferentes momentos de sua vida independente. Entre as situações observadas estão inserção ou busca por inserção no trabalho, continuidade ou retomada dos estudos, organização da vida cotidiana, diferentes condições de moradia e distintas configurações de rede de apoio. O projeto não parte de um percurso único. O acompanhamento é ajustado às necessidades, potencialidades, escolhas e projetos de vida de cada jovem.

4 CARÁTER INOVADOR DA EXPERIÊNCIA

O caráter inovador do Projeto Mais Autonomia não está associado à

criação de uma ação isolada, mas à forma como diferentes estratégias são combinadas para responder a uma lacuna concreta da transição após o acolhimento. A experiência propõe acompanhamento para jovens que já possuem recursos importantes de autonomia, mas que podem se beneficiar da continuidade de uma referência confiável enquanto consolidam a vida adulta.

4.1 Continuidade sem prolongamento da tutela

A experiência diferencia continuidade de vínculo e continuidade de acolhimento. O apoio permanece disponível, mas a lógica institucional muda. O jovem não é tratado como alguém que precisa ser conduzido pela equipe. A relação se organiza a partir de sua adesão, de seus objetivos e das situações que ele reconhece como relevantes.

4.2 Apoio antes do agravamento das dificuldades

O projeto procura romper com uma dinâmica em que o suporte somente é acionado quando uma situação já se transformou em crise. A presença por meio de encontros, contatos e escutas cria uma referência que pode ser mobilizada mais cedo, favorecendo orientação, articulação e busca de alternativas no momento em que a necessidade aparece.

4.3 Apoio individualizado conectado ao projeto de vida

As respostas não são padronizadas. A avaliação inicial e o Plano Individual de Transição permitem relacionar necessidades concretas com objetivos de vida. Assim, uma demanda por formação, saúde emocional ou moradia não é tratada como evento isolado, mas como parte de um percurso mais amplo de autonomia.

4.4 Uso estratégico de apoio financeiro pontual

Outro diferencial é a possibilidade de utilizar apoio financeiro de maneira pontual e planejada quando ele se mostra decisivo para remover

uma barreira concreta. O recurso não substitui renda regular nem se apresenta como benefício automático. Ele é incorporado à gestão de caso quando pode sustentar uma escolha ou evitar a interrupção de um processo relevante para a vida independente.

4.5 Rede entre pares e participação juvenil

A experiência também amplia a ideia de rede de apoio ao criar espaços coletivos entre jovens com trajetórias semelhantes. Esses encontros favorecem troca de experiências, reconhecimento mútuo e pertencimento. Ao mesmo tempo, a participação dos jovens na definição de ações do projeto busca posicionar os jovens como participantes ativos na construção da própria experiência.

5 METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO

O Projeto Mais Autonomia utiliza acompanhamento individualizado, gestão de caso, articulação territorial e momentos coletivos. A metodologia é organizada em seis movimentos complementares.

5.1 Entrada e avaliação inicial

Acolhida do jovem e leitura inicial de sua trajetória, condições de vida, potencialidades, necessidades, projetos de vida e redes de apoio.

5.2 Plano Individual de Transição

Construção conjunta de objetivos e estratégias de acompanhamento, considerando dimensões como trabalho e renda, educação, saúde emocional, vida cotidiana, gestão financeira, moradia, alimentação e redes de apoio.

5.3 Gestão de caso

Acompanhamento das demandas identificadas e articulação com

serviços, equipamentos, oportunidades e recursos disponíveis no território. Quando necessário ao plano individual, podem ser utilizados apoios financeiros pontuais relacionados a necessidades específicas.

5.4 Acompanhamento continuado

Realização de encontros, atendimentos, contatos e visitas conforme as necessidades de cada jovem. A frequência e a intensidade do acompanhamento podem variar de acordo com o momento vivido pelo participante.

5.5 Avaliação periódica

Revisão conjunta das estratégias a partir de mudanças nas condições de vida, avanços, novas necessidades e desafios identificados durante o percurso.

5.6 Encerramento e avaliação final

Análise conjunta do percurso desenvolvido, das redes fortalecidas e dos encaminhamentos necessários para que a trajetória siga com o máximo possível de autonomia e apoio territorial.

Os momentos coletivos complementam o acompanhamento individual. Eles são utilizados como espaços de convivência, escuta, compartilhamento de experiências e fortalecimento de vínculos. A expectativa é que a rede construída entre os participantes possa produzir apoios que ultrapassem a relação entre cada jovem e a equipe técnica.

6 RESULTADOS INICIAIS E EVIDÊNCIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Nos primeiros meses, os registros disponíveis mostram que o projeto já conseguiu ativar diferentes tipos de apoio a partir de necessidades apresentadas pelos participantes. Como a experiência ainda é recente e envolve seis jovens, os dados não permitem avaliar impacto de médio ou

longo prazo. Eles permitem, contudo, observar a capacidade do modelo de responder de forma concreta e individualizada.

1. Duas jovens iniciaram curso de inglês, ampliando oportunidades de formação e desenvolvimento pessoal e profissional.

2. Um jovem iniciou acompanhamento terapêutico após a identificação de uma necessidade relacionada à saúde emocional.

3. Duas jovens receberam apoio financeiro pontual relacionado à caução de moradia diante de dificuldades financeiras no processo de organização da vida adulta.

4. Foi realizado o primeiro encontro coletivo entre os participantes, criando um espaço de aproximação, troca de experiências e fortalecimento de vínculos entre jovens com trajetórias semelhantes.

5. A participação dos jovens nas ações do projeto vem sendo estimulada por meio de espaços de escuta e construção conjunta.

6. Os participantes estão sendo envolvidos na preparação de uma atividade vinculada ao seminário Minha Vida Fora do Acolhimento, previsto para setembro de 2026, com a proposta de apresentar experiências, oportunidades relevantes e apoios considerados necessários para uma transição mais protegida.

Os casos registrados ajudam a evidenciar a lógica do projeto. A necessidade apresentada não é interpretada automaticamente como falta de autonomia. Ela é situada no percurso do jovem e, quando possível, respondida por meio de orientação, articulação, recurso específico ou fortalecimento da rede. Esse modo de atuar procura preservar a

capacidade de decisão do participante ao mesmo tempo em que reduz a possibilidade de que uma dificuldade pontual interrompa uma trajetória em construção.

Nesta fase, é mais adequado tratar esses achados como evidências iniciais de funcionamento do modelo do que como comprovação de impacto. A continuidade do acompanhamento poderá produzir uma base mais consistente para analisar permanência dos resultados, mudanças nas redes de apoio e consolidação da autonomia ao longo do tempo.

7 POTENCIAL DE REPLICABILIDADE

A experiência de Limeira apresenta componentes que podem ser adaptados a outros territórios que acompanham jovens após o encerramento do acolhimento. Sua replicação não depende de reproduzir exatamente as mesmas respostas oferecidas a cada participante. O elemento transferível é a arquitetura do acompanhamento, que combina referência continuada, adesão voluntária, plano individual, gestão de caso, articulação territorial, apoio pontual e participação juvenil.

8 COMPONENTES ESSENCIAIS PARA ADAPTAÇÃO EM OUTROS TERRITÓRIOS

a) Identificação clara do grupo de jovens que necessita de acompanhamento após o acolhimento, considerando diferentes níveis de autonomia e condições de vida.

b) Existência de uma equipe de referência capaz de construir vínculo, realizar acompanhamento individualizado e articular recursos do território.

c) Uso de avaliação inicial e plano individual construído com o jovem, evitando respostas padronizadas.

d) Flexibilidade para ajustar intensidade, frequência e tipo de apoio conforme a necessidade e o momento de cada participante.

e) Articulação com serviços, oportunidades e redes locais, para que o projeto não funcione de maneira isolada.

f) Disponibilidade de mecanismos para responder a necessidades pontuais quando uma barreira concreta ameaça a continuidade da trajetória de autonomia.

g) Criação de oportunidades de convivência entre pares e de participação dos jovens na definição das ações.

A replicabilidade, portanto, está menos na reprodução de um conjunto fixo de atividades e mais na preservação de princípios

operacionais. A experiência pode ser ajustada ao tamanho do território, ao perfil dos jovens, à rede existente e aos recursos disponíveis, desde que mantenha a centralidade do protagonismo, do vínculo, da individualização e da articulação com a vida real de cada participante.

9 APRENDIZADOS E LIMITES DA FASE INICIAL

Os primeiros meses apontam um aprendizado central. Autonomia e apoio não são termos opostos. Para jovens que deixam o acolhimento, a possibilidade de recorrer a uma referência de confiança pode coexistir com responsabilidade, independência e protagonismo. A experiência sugere que a qualidade do acompanhamento depende justamente da capacidade de apoiar sem substituir e de permanecer próximo sem reproduzir tutela.

Outro aprendizado é que necessidades aparentemente pontuais podem ter grande relevância no percurso de vida. Uma caução de moradia, o início de um acompanhamento terapêutico ou o acesso a um curso podem funcionar como condições para que um projeto já escolhido pelo jovem continue sendo viável. Isso exige leitura individualizada e capacidade de conectar recursos concretos a objetivos definidos no acompanhamento.

A experiência ainda apresenta limites importantes. O tempo de execução é curto, o número de participantes é reduzido e ainda não há base suficiente para avaliar a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo. Também será necessário observar como a intensidade do acompanhamento varia entre os jovens, quais tipos de apoio são mais recorrentes e em que medida as redes construídas permanecem ativas após o encerramento formal do projeto.

Reconhecer esses limites fortalece o relato. O valor atual da experiência está em demonstrar uma resposta operacional possível para uma etapa frequentemente marcada pela descontinuidade de vínculos e suportes, e em produzir aprendizados que possam orientar o aperfeiçoamento da própria iniciativa e sua adaptação em outros contextos.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Mais Autonomia foi construído a partir de uma pergunta simples e decisiva. O que acontece com o jovem quando o acolhimento termina, mas a vida adulta ainda está sendo consolidada?

A experiência de Limeira oferece uma resposta prática. O encerramento do acolhimento não precisa significar o desaparecimento de toda referência de apoio. É possível manter vínculo e disponibilidade sem prolongar a tutela. É possível reconhecer a autonomia do jovem e, ao mesmo tempo, construir condições para que ele tenha a quem recorrer diante de novas escolhas, oportunidades ou dificuldades.

O principal diferencial da proposta está nessa combinação. Acompanhamento voluntário, vínculo de referência, respostas individualizadas, gestão de caso, recursos pontuais, articulação territorial e rede entre pares são organizados em torno de um mesmo princípio, fortalecer a capacidade do jovem de conduzir a própria vida.

Ainda em fase inicial, o projeto não pretende apresentar conclusões definitivas sobre impacto. O que os primeiros meses permitem mostrar é a viabilidade de uma forma de acompanhamento que reconhece a vida adulta como processo e a autonomia como capacidade que pode ser sustentada por relações, oportunidades e redes. Esse desenho oferece uma base promissora para continuidade da avaliação e para discussão sobre estratégias replicáveis de acompanhamento de jovens após o acolhimento em outros territórios.

**TRILHAS PARA AUTONOMIA:
Protagonismo e Projetos de vida no Acolhimento
Institucional — Uma experiência do NAP/AME**

*Ana Paula Boaes
Chiara Sousa Silva
José Raimundo Filho
Sílvia Regina Moreira Vale
Yasmim Muniz Alves*

1 APRESENTAÇÃO

O acolhimento institucional integra o conjunto de medidas de proteção destinadas a crianças e adolescentes cujos direitos se encontram ameaçados ou violados e que, em determinadas circunstâncias, necessitam ser afastados temporariamente do convívio familiar. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, trata-se de medida provisória e excepcional, orientada pela proteção integral e pela garantia do direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes reforçam que a organização desses serviços deve considerar a singularidade, a história de vida, as necessidades específicas e as diferentes etapas do desenvolvimento dos sujeitos acolhidos (BRASIL, 2009).

A experiência do acolhimento, entretanto, não pode ser compreendida exclusivamente em sua dimensão jurídico-protetiva. Crianças e adolescentes permanecem em processo de desenvolvimento durante esse período, vivenciando experiências que envolvem dimensões psicológicas, sociais, afetivas, relacionais e comunitárias. Nesse sentido, a proteção integral pressupõe considerar, para além das circunstâncias que motivaram o acolhimento, as condições necessárias ao desenvolvimento, à construção da identidade, ao fortalecimento de vínculos, à participação social e à ampliação de recursos para lidar com as diferentes transições que atravessam suas trajetórias (Moreira; Paiva, 2015; Scott; Oliveira; Siqueira, 2017).

Na adolescência, essas questões assumem contornos particulares. Trata-se de uma etapa marcada por importantes transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, bem como pela intensificação de processos relacionados à construção da identidade, à ampliação das relações sociais, à tomada de decisões e à elaboração de perspectivas para o futuro (Papalia; Feldman, 2013). Para adolescentes em situação de acolhimento institucional, esses processos podem ocorrer simultaneamente às experiências de ruptura e reorganização de vínculos e, em determinados casos, à aproximação da maioridade e do desligamento do serviço de acolhimento.

Nesse contexto, o fortalecimento da autonomia constitui uma dimensão importante do cuidado e não deve ser iniciado apenas quando o adolescente se aproxima dos 18 anos. As

▪ Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento recomendam seu desenvolvimento progressivo, associado à participação nas decisões relacionadas à própria vida e à construção de condições para a inserção social, educacional e profissional, considerando as capacidades e o estágio de desenvolvimento de cada adolescente (BRASIL, 2009). A autonomia é compreendida, portanto, para além da aquisição de habilidades instrumentais para a vida independente, envolvendo autoconhecimento, tomada de decisões, reconhecimento de interesses, habilidades e potencialidades, relações sociais, participação comunitária, manejo de recursos e construção de perspectivas educacionais, profissionais e de projetos de vida.

Nessa direção, a aproximação com o mundo do trabalho constitui uma de suas dimensões, devendo ser articulada às trajetórias dos sujeitos e às condições sociais nas quais suas escolhas e possibilidades são construídas (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011).

É diante dessa necessidade que se insere o **Projeto Trilhas para Autonomia**, desenvolvido pelo **Grupo de Apoio à Adoção – AME**, sediado em São Luís, Maranhão, por meio de seu **Núcleo de Assistência Psicológica – NAP**. O projeto integra as ações destinadas a adolescentes

em situação de acolhimento institucional, especialmente aqueles que se aproximam da maioria e para os quais as possibilidades de reintegração familiar ou colocação em família substituta podem se apresentar reduzidas.

O Projeto Trilhas para Autonomia foi elaborado e planejado pelo Grupo de Apoio à Adoção – AME, por meio do NAP, inspirado em experiência originalmente desenvolvida pelo Grupo de Apoio à Adoção Pontes de Amor, de Uberlândia, Minas Gerais, e contextualizado às características dos adolescentes, das instituições parceiras e da realidade local. Essa contextualização permitiu estruturar uma proposta voltada às necessidades identificadas no trabalho com adolescentes acolhidos e às possibilidades concretas de intervenção no território.

A proposta articula ações relacionadas ao autoconhecimento e à construção da identidade, ao desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, à tomada de decisões, à orientação profissional e aproximação com o mundo do trabalho, à educação financeira, à participação comunitária e à construção de projetos de vida. Busca, desse modo, ampliar repertórios e experiências que contribuam para o desenvolvimento pessoal, social e profissional e para a construção progressiva da autonomia.

A atuação da Psicologia que sustenta essa proposta considera que as trajetórias dos adolescentes não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de características individuais. As experiências de acolhimento, as relações estabelecidas, as condições institucionais, as redes de apoio, as oportunidades e os contextos sociais também participam da produção das possibilidades de desenvolvimento e construção de projetos de vida. Desse modo, intervenções nesse campo requerem uma perspectiva capaz de articular subjetividade, relações sociais, condições institucionais e garantia de direitos (Moreira; Paiva, 2015; Oliveira; Pereira; Miura, 2021).

O Trilhas parte, assim, de uma concepção de autonomia que procura evitar que o adolescente seja compreendido apenas como alguém que precisa ser **“preparado para sair”** do acolhimento. O adolescente é reconhecido como sujeito de direitos e participante ativo de sua trajetória,

cujas possibilidades de construção de autonomia envolvem tanto seus interesses, habilidades, escolhas e potencialidades quanto as oportunidades, relações, redes de apoio e condições concretas disponíveis.

Nesse sentido, o presente relato sistematiza a experiência do **Projeto Trilhas para Autonomia como uma Boa Prática em Psicologia**, apresentando seus objetivos, público-alvo, organização metodológica, ações desenvolvidas e resultados alcançados. Ao explicitar o percurso construído pelo NAP/AME, busca-se também compartilhar aprendizados, potencialidades e desafios de uma experiência orientada ao fortalecimento do protagonismo, da participação social, da construção de projetos de vida e da autonomia de adolescentes em situação de acolhimento institucional.

2 OBJETIVO

O Projeto Trilhas para Autonomia compreende a autonomia como um processo progressivo e multidimensional, envolvendo desenvolvimento pessoal, social e profissional, autoconhecimento, tomada de decisões, participação social e construção de perspectivas para o futuro. A partir dessa concepção, o projeto estabelece os seguintes objetivos:

- promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional, favorecendo a construção progressiva da autonomia e do protagonismo;
- favorecer o autoconhecimento, a construção da identidade e o reconhecimento de interesses, habilidades e potencialidades;
- fortalecer repertórios relacionados à tomada de decisões, realização de escolhas, relações interpessoais e situações da vida cotidiana;
- ampliar as relações com a comunidade e o território, favorecendo experiências sociais, culturais, educacionais e profissionais;
- possibilitar aproximação com o mundo do trabalho, profissões, possibilidades formativas, habilidades e competências profissionais, educação financeira e geração de renda;
- favorecer a construção de projetos de vida, articulando

interesses, escolhas, potencialidades, oportunidades e recursos para as transições relacionadas à vida adulta.

3 PÚBLICO-ALVO

O Projeto Trilhas para Autonomia tem como público-alvo adolescentes em situação de acolhimento institucional, com atenção especialmente dirigida àqueles que se aproximam da maioridade e para os quais as possibilidades de reintegração à família de origem ou de colocação em família substituta se apresentam reduzidas. Na organização continuada da proposta, estabeleceu-se como público adolescentes entre 14 e 17 anos, considerando as especificidades dessa etapa do desenvolvimento e a importância da construção progressiva de recursos pessoais, sociais e profissionais relacionados à autonomia e às transições para a vida adulta.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como **relato de experiência, de caráter descritivo-reflexivo**, construído a partir da sistematização do desenvolvimento do Projeto Trilhas para Autonomia pelo Núcleo de Assistência Psicológica do Grupo de Apoio à Adoção – NAP/AME. A sistematização contempla a concepção orientadora da proposta, o público participante, a organização das ações, os conteúdos e as estratégias metodológicas utilizadas, bem como os resultados identificados no processo de desenvolvimento do projeto. Por se tratar de uma prática institucional, o foco recai sobre o processo de trabalho e os aprendizados decorrentes da experiência, e não sobre a análise individual dos participantes.

O Projeto Trilhas para Autonomia foi elaborado e planejado pelo Grupo de Apoio à Adoção – AME, de São Luís (MA), por meio do NAP, inspirado em experiência originalmente desenvolvida pelo Grupo de Apoio à Adoção Pontes de Amor, de Uberlândia (MG), e contextualizado às

• características do público e à realidade local. A proposta compreende a autonomia como processo progressivo e multidimensional, articulando autoconhecimento, desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, participação comunitária, construção de projetos de vida e aproximação com o mundo do trabalho, em consonância com as diretrizes para o fortalecimento gradual da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento (BRASIL, 2009).

4.1 Organização da experiência

Em sua trajetória de desenvolvimento pelo NAP/AME, o projeto assumiu diferentes formatos de intervenção. Em 2023, foi desenvolvida a proposta denominada **“Encontrão”**, caracterizada pela reunião de adolescentes provenientes das instituições parceiras do AME para participação em atividades coletivas relacionadas à construção de vínculos, ao autoconhecimento, à autonomia e ao mundo do trabalho.

Foram realizados **três Encontrões ao longo de 2023**, organizados de maneira progressiva. O primeiro contou com **34 participantes** e priorizou a apresentação dos adolescentes, a construção de vínculos e a reflexão sobre a importância do trabalho coletivo. O segundo reuniu **22 participantes** e incorporou conteúdos relacionados às profissões, juventude, primeiro emprego e mundo do trabalho. O terceiro, com **20 participantes**, avançou para atividades de autoconhecimento, reconhecimento de habilidades e competências, elaboração de currículo e aproximação com situações relacionadas à inserção profissional, conforme apresentado no Quadro 1.

A experiência dos Encontrões contribuiu para a estruturação posterior de uma proposta de caráter continuado, organizada com **grupo fixo de adolescentes entre 14 e 17 anos**, encontros mensais com duração aproximada de duas horas e programação distribuída ao longo de nove encontros, realizados em espaços internos e externos à instituição parceira.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas nos três Encontros – 2023

Encontro e participantes	Atividades desenvolvidas	Objetivos do encontro
1º – 18/03/2023 34 participantes	Apresentação dos adolescentes; Semelhanças; A teia	Favorecer a construção de vínculos e a compreensão da importância do trabalho coletivo
2º – 08/07/2023 22 participantes	Mímica de profissões; vídeo sobre juventude, mercado de trabalho e primeiro emprego; Baralho das Situações de Trabalho; oficina de construção de currículo	Fomentar conhecimentos acerca do primeiro emprego, das profissões e da importância do currículo profissional
3º – 23/09/2023 20 participantes	Análise SWOT; construção/atualização de currículo; oficina prática de checklist de entrevista de emprego	Favorecer o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à elaboração do currículo e à participação em entrevistas de emprego

Fonte: Organização da autoria (2023).

4.2. Eixos e conteúdos desenvolvidos

A organização dos conteúdos considera a autonomia como um **processo multidimensional**. Assim, as atividades foram estruturadas de maneira progressiva, articulando autoconhecimento e identidade, tomada de decisões, mundo do trabalho, participação social, território e manejo de recursos, conforme apresentado no Quadro 2. A dimensão profissional é compreendida como um dos componentes da autonomia, e não como sua finalidade exclusiva, sendo articulada aos interesses, capacidades, oportunidades e condições concretas de inserção social dos adolescentes (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011).

Quadro 2 – Organização metodológica do Projeto Trilhas para Autonomia

Eixo	Conteúdos/ações	Estratégias
Autoconhecimento e identidade	Reconhecimento de características, interesses, habilidades e potencialidades	Dinâmicas, atividades reflexivas e rodas de conversa
Autonomia e tomada de decisão	Escolhas, responsabilidades, resolução de situações e recursos para a vida cotidiana	Situações-problema, atividades grupais e vivenciais
Mundo do trabalho	Trabalho e função social, profissões, habilidades e competências	Exposição dialogada, recursos audiovisuais e atividades práticas
Preparação profissional	Currículo, recrutamento, seleção e entrevista	Construção de currículo e simulação de processos seletivos
Território e participação social	Cultura, turismo, possibilidades profissionais e geração de renda	Visitas e atividades externas
Organização da vida adulta	Educação financeira e manejo de recursos	Jogos e atividades práticas

Fonte: Organização da autoria.

4.3. Estratégias metodológicas e dimensão territorial

A metodologia privilegia estratégias **grupais, participativas e experienciais**, buscando favorecer a participação ativa dos adolescentes e a articulação entre os conteúdos trabalhados e situações concretas da vida cotidiana. São utilizadas rodas de conversa, dinâmicas grupais, exposições dialogadas, recursos audiovisuais, oficinas práticas, elaboração de currículo, simulação de entrevistas, jogos educativos e atividades de autoconhecimento e aproximação com diferentes profissões.

As ações também incorporam a **dimensão comunitária e territorial**, por meio de atividades internas e externas que ampliam o contato dos adolescentes com experiências sociais, culturais e profissionais. Parte-se da compreensão de que a autonomia se constrói nas

relações com outras pessoas, instituições, oportunidades e contextos, tornando a circulação no território e a participação social componentes da proposta.

- Figura 1 – Adolescentes participantes do Projeto Trilhas para Autonomia durante atividade de autoconhecimento – Análise SWOT



Fonte: Acervo do NAP/AME (2023).

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A experiência do Projeto Trilhas para Autonomia possibilitou identificar resultados relacionados à **implementação e consolidação da proposta, participação dos adolescentes, diversificação das experiências oferecidas e aprimoramento metodológico da intervenção**. Considerando que não foram utilizados instrumentos padronizados de avaliação pré e pós-intervenção, os resultados apresentados referem-se às evidências produzidas no processo de execução da prática, não sendo atribuídas relações causais ou mudanças psicológicas individuais não mensuradas.

a) Participação e construção de espaços coletivos

Em 2023, foram realizados três Encontros, com participação de **34 adolescentes no primeiro, 22 no segundo e 20 no terceiro**, possibilitando a construção de espaços coletivos destinados à interação, ao fortalecimento de vínculos e ao desenvolvimento progressivo das atividades previstas.

b) Ampliação e diversificação das experiências

A sequência dos encontros possibilitou avançar de atividades iniciais de apresentação e construção de vínculos para experiências relacionadas ao autoconhecimento, profissões primeiro emprego, habilidades e competências, elaboração de currículo, análise SWOT e simulação de entrevistas.

c) Estruturação de um percurso metodológico continuado

A experiência dos Encontros subsidiou a organização posterior do Trilhas como proposta continuada, com delimitação de público, planejamento dos encontros, definição de eixos, conteúdos e estratégias grupais, reflexivas, práticas e territoriais.

d) Consolidação de uma concepção ampliada de autonomia

A sistematização da experiência permitiu articular autoconhecimento, tomada de decisões, relações sociais, mundo do trabalho, educação financeira, território e participação comunitária, evitando reduzir a preparação para a vida adulta exclusivamente à empregabilidade.

5.1 Potencialidades e desafios identificados

Entre as potencialidades do **Trilhas para Autonomia**, destaca-se seu caráter **grupal, participativo, experiencial e territorial**, que possibilita abordar diferentes dimensões da autonomia por meio de

atividades relacionadas ao cotidiano e às experiências dos adolescentes. A articulação entre autoconhecimento, identidade, habilidades pessoais e sociais, mundo do trabalho, educação financeira, cultura, território e participação social favorece uma compreensão ampliada da preparação para a vida adulta, não restrita à inserção profissional. Essa perspectiva reconhece que a construção de projetos de vida articula interesses e repertórios pessoais às oportunidades e condições concretas de educação, trabalho, relações sociais e acesso a direitos (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011).

Entre os desafios identificados, destacam-se a **continuidade da participação e a diversidade das trajetórias dos adolescentes**. A própria dinâmica do acolhimento institucional — envolvendo mudanças na situação jurídica, reintegrações familiares, colocação em família substituta, transferências e desligamentos — pode interferir na permanência dos participantes e na continuidade das atividades. Somam-se a isso diferenças relacionadas às histórias de vida, repertórios, escolarização, interesses e expectativas, demandando uma metodologia suficientemente estruturada para preservar os objetivos do projeto e, simultaneamente, flexível e sensível às características e necessidades do grupo.

Um cuidado fundamental da proposta consiste em evitar que o fortalecimento da autonomia seja convertido em **responsabilização individual do adolescente por seu futuro**.

Embora o desenvolvimento de repertórios pessoais, sociais e profissionais constitua dimensão importante da intervenção, as possibilidades de construção de projetos de vida também são atravessadas pelas condições socioeconômicas, oportunidades disponíveis, acesso a direitos, políticas públicas e atuação da rede de proteção. A autonomia é compreendida, portanto, como um processo construído na relação entre sujeito e contexto, de modo que o fortalecimento de recursos pessoais deve estar associado à ampliação de oportunidades, redes de apoio e condições concretas de participação social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do **Projeto Trilhas para Autonomia** evidencia uma possibilidade de intervenção psicológica e psicossocial com adolescentes em situação de acolhimento institucional orientada à construção progressiva da autonomia. Ao articular autoconhecimento, identidade, habilidades pessoais e sociais, mundo do trabalho, educação financeira, participação comunitária e experiências no território por meio de estratégias grupais, participativas e experienciais, a proposta amplia as possibilidades de atuação da Psicologia e compreende a preparação para a vida adulta para além da aquisição de habilidades instrumentais ou da empregabilidade.

A experiência reafirma, contudo, que a construção da autonomia não pode ser atribuída exclusivamente ao adolescente. O desenvolvimento de recursos pessoais, sociais e profissionais precisa estar articulado às oportunidades concretamente disponíveis, às redes de apoio, ao acesso à educação, ao trabalho, à cultura, às políticas públicas e à garantia de direitos. Desse modo, favorecer a autonomia implica tanto fortalecer repertórios quanto reconhecer as condições sociais, institucionais e relacionais que ampliam ou restringem as possibilidades de participação e construção de projetos de vida.

A sistematização do **Trilhas para Autonomia como Boa Prática em Psicologia** contribui para explicitar seu percurso metodológico, resultados, potencialidades e desafios, oferecendo subsídios para seu aprimoramento e continuidade. A experiência pode, ainda, oferecer elementos para o desenvolvimento de iniciativas voltadas a adolescentes em situação de acolhimento institucional em outros contextos, desde que sua utilização não se configure como reprodução de um modelo fechado, mas como uma proposta passível de **contextualização e adaptação às especificidades dos sujeitos, das instituições e dos territórios** em que venha a ser desenvolvida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, DF, 2009.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 63, número especial, p. 49–57, 2011.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; PAIVA, Ilana Lemos de. **Atuação do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 3, p. 507–517, jul./set. 2015.

OLIVEIRA, Estefane Firmino de; PEREIRA, Denise Barros; MIURA, Paula Orchiucci. **Psicologia e instituição de acolhimento: relato de experiência.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 327–347, 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **Acolhimento institucional: descrevendo a prática do psicólogo e a sua atuação.** *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 50, p. 263–279, jul./dez. 2017.

**PROGRAMA NOVOS CAMINHOS –
Estratégias para a autonomia e a inclusão
Socioprofissional de adolescentes e jovens com
experiência em acolhimento**

*Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça*

1 APRESENTAÇÃO

A transição para a vida adulta constitui uma etapa de profundas transformações e pode ser especialmente complexa para adolescentes e jovens que vivenciam o acolhimento institucional ou familiar. A chegada à maioridade torna-se mais difícil quando não são construídas, de forma gradual e planejada, condições para a autonomia, a continuidade dos estudos, a inserção no mundo do trabalho, o fortalecimento de vínculos e a construção de projetos de vida. A maioridade civil não produz, por si só, autonomia, e o desligamento do acolhimento pode representar uma nova ruptura de vínculos afetivos, sociais e territoriais, associada a dificuldades de moradia, geração de renda, continuidade dos estudos, qualificação profissional, acesso a serviços e construção de uma rede de suporte.

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), apresentados no *Boletim Analítico Olhares Plurais – Edição nº 8*, do Conselho Nacional de Justiça, indicavam, em maio de 2026, 10.679 adolescentes e jovens entre 14 e 18 anos nos serviços de acolhimento. A série histórica do SNA registra ainda 139.887 jovens que deixaram o acolhimento sem reintegração familiar e sem adoção ao completarem 18 anos, entre 2008 e 2026. É nesse contexto que se insere o Programa Novos Caminhos (PNC).

O Programa teve origem em 2013, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a partir da identificação dos desafios enfrentados por adolescentes e jovens após o desligamento dos serviços de acolhimento. A

experiência foi concebida para promover a preparação para a vida adulta, a autonomia, a inclusão social e a inserção qualificada no mundo do trabalho.

Reconhecendo os resultados da experiência catarinense, o Conselho Nacional de Justiça passou a atuar visando à sua nacionalização. A iniciativa foi incorporada às Diretrizes Estratégicas das Corregedorias dos Tribunais de Justiça em 2023 e, em 10 de janeiro de 2024, a Resolução CNJ nº 543/2024 instituiu o Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e de Egressos – Programa Novos Caminhos/CNJ.

A Resolução estabeleceu como público prioritário adolescentes acolhidos com idade igual ou superior a 14 anos e jovens pós acolhimento até 24 meses após o desligamento, consolidando a preparação para a vida adulta como dimensão necessária da proteção integral.

A experiência nacional demonstrou, entretanto, que o PNC não poderia ser reduzido a um programa de encaminhamento profissional. A partir da escuta dos próprios jovens e da experiência dos Tribunais, consolidou-se uma compreensão ampliada de autonomia, estruturada em quatro eixos: educação básica e profissional, empregabilidade, vida saudável e parcerias.

A integração desses eixos busca ampliar as possibilidades de inclusão social, fortalecimento da autonomia, exercício da cidadania e construção de projetos de vida. O PNC constitui, assim, uma estratégia nacional de articulação entre Poder Judiciário, rede de proteção, instituições públicas, iniciativa privada, entidades formadoras, sociedade civil e adolescentes e jovens, voltada à criação de condições para que direitos formalmente assegurados se traduzam em oportunidades concretas.

2 OBJETIVO

O Programa Novos Caminhos tem como objetivo promover condições para a autonomia e a inclusão socioprofissional de adolescentes e jovens com experiência em acolhimento, mediante a articulação de oportunidades de educação, qualificação, trabalho, vida saudável, fortalecimento de vínculos, participação social e desenvolvimento de projetos de vida.

Para alcançar esse objetivo, o Programa busca ampliar oportunidades educacionais e profissionais; favorecer o acesso à aprendizagem e à qualificação; aproximar adolescentes e jovens de oportunidades concretas de trabalho e geração de renda; fortalecer o desenvolvimento integral e a construção de projetos de vida; ampliar redes de apoio e vínculos comunitários; fortalecer a articulação entre Justiça, políticas públicas e sociedade; contribuir para uma desinstitucionalização mais segura e planejada; e produzir informações capazes de orientar o aperfeiçoamento contínuo da política.

A preparação para a vida adulta tem início antes do desligamento do serviço de acolhimento, de forma gradual e planejada, buscando evitar que a saída aos 18 anos represente uma ruptura abrupta com a rede de proteção.

3 PÚBLICO-ALVO

O Programa Novos Caminhos tem como público prioritário adolescentes acolhidos com idade igual ou superior a 14 anos e jovens pós acolhimento até 24 meses após o desligamento.

Esse público é constituído por adolescentes e jovens com diferentes histórias, capacidades, interesses, necessidades e projetos, o que demanda uma preparação para a autonomia iniciada ainda durante o acolhimento e articulada ao período de transição e pós-acolhimento. Essa perspectiva considera que a construção da autonomia ocorre de forma gradual e deve acompanhar as especificidades e os projetos de cada adolescente e jovem.

Por essa razão, o PNC não adota uma perspectiva de trajetória única, mas busca construir uma rede de possibilidades capaz de responder às necessidades de cada jovem e às especificidades dos diferentes territórios.

4 METODOLOGIA

A metodologia do Programa Novos Caminhos está estruturada na articulação interinstitucional, desenvolvida nos níveis local, estadual, regional e nacional, com a participação de atores do poder público e da sociedade civil, juntamente com adolescentes e jovens, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça. Essa articulação busca conectar a rede de proteção e instituições parceiras à oferta de oportunidades relacionadas aos quatro eixos do Programa: educação básica e profissional, empregabilidade, vida saudável e parcerias.

O modelo de governança combina coordenação nacional e atuação territorial. Nesse arranjo, o Conselho Nacional de Justiça exerce a coordenação do Programa, enquanto os Tribunais de Justiça, por meio das estruturas responsáveis pela infância e juventude, articulam a implementação e as parcerias de acordo com as características e necessidades de cada território. A estratégia permite estabelecer diretrizes comuns e, simultaneamente, considerar as diferentes realidades locais.

Figura 1 – Estratégia de articulação interinstitucional



Fonte: Elaborado pelo Autor

A construção de parcerias constitui um dos principais componentes dessa metodologia. O PNC estruturou uma rede de 10 parceiros nacionais, articulada às parcerias regionais e locais estabelecidas pelos Tribunais de Justiça. A atuação conjunta busca aproximar adolescentes e jovens de oportunidades concretas de aprendizagem, qualificação profissional, inserção no mundo do trabalho e outras possibilidades de desenvolvimento, considerando as características e necessidades de cada território.

As parcerias nacionais com instituições como Petrobras, Correios, Banco do Brasil e SEST SENAT, somadas às articulações locais, demonstram como os instrumentos de cooperação podem se desdobrar em oportunidades destinadas ao público do Programa. Essa estratégia também orienta a territorialização das ações. Na Itinerância realizada no Marajó/PA, por exemplo, o PNC contou com a participação de parceiros nacionais, entre eles SEST SENAT e Vale S.A., aproximando as ações do Programa dos adolescentes e jovens no território. A experiência integra a perspectiva de interiorização do PNC, cuja próxima etapa prevê a ampliação das ações para municípios do interior dos estados.

A participação social também integra a metodologia de construção e aperfeiçoamento do Programa. O Movimento Nacional Pró-Convivência

Familiar e Comunitária participou das discussões e dos encontros nacionais, contribuindo para incorporar perspectivas relacionadas aos jovens pós acolhimento. Essa escuta também contribuiu para o aprimoramento das estratégias de expansão e para a concepção de soluções relacionadas ao PNC Digital, instrumento de gestão integrada, monitoramento e acompanhamento do Programa.

Os encontros nacionais constituíram espaços de articulação, planejamento e aprendizagem institucional. O 1º Encontro Nacional do Programa Novos Caminhos, realizado em setembro de 2025, promoveu a troca de experiências, o planejamento estratégico, a construção colaborativa e a aproximação entre Tribunais de Justiça, parceiros e sociedade civil, além da participação de jovens pós acolhimento, representados pelo Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária.

No 2º Encontro Nacional, realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de agosto de 2026, a Oficina Colaborativa PNC 360º – Construindo os Próximos Caminhos reuniu representantes dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho, instituições parceiras e outros atores envolvidos na implementação da política. Com princípios do Design Thinking, a oficina organizou os participantes por unidades da Federação e percorreu oito etapas, da compreensão da realidade à definição de prioridades e à construção do futuro. Ao final, cada mesa produziu uma síntese de potencialidades, desafios, oportunidades de transformação e recomendações estratégicas. O processo resultou no Relatório Executivo da Oficina PNC 360º, validado pelas Coordenadorias da Infância e Juventude, que passou a subsidiar o acompanhamento, o planejamento e o aperfeiçoamento do Programa.

A metodologia contempla, ainda, a produção de conhecimento e o desenvolvimento de instrumentos de monitoramento. Além dos documentos produzidos no âmbito do PNC 360º, a experiência nacional foi sistematizada no *Boletim Analítico Olhares Plurais – Edição nº 8*, publicação do CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD), dedicada às estratégias do Programa para a autonomia de adolescentes e jovens em acolhimento institucional e pós-acolhimento.

Nesse processo, foi concebido o PNC Digital como instrumento de gestão integrada, monitoramento e acompanhamento das ações. A ferramenta reúne informações sobre adolescentes e jovens, serviços de acolhimento, unidades judiciárias, CIJs, instituições parceiras, oportunidades e indicadores, com o propósito de ampliar a organização, a rastreabilidade e a capacidade de análise. Sua concepção responde à necessidade identificada nos estados de compreender quem participa, quem permanece, quem abandona e quais fatores influenciam essas trajetórias, de modo a subsidiar o aprimoramento contínuo do Programa e da oferta de ações e serviços ao seu público-alvo.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A implementação do Programa Novos Caminhos produziu resultados em diferentes dimensões. No âmbito da institucionalização, destaca-se sua consolidação como política judiciária nacional, estabelecida pela Resolução CNJ nº 543/2024. Em relação à abrangência territorial, o Programa alcançou os 26 Estados e o Distrito Federal, com a adesão dos 27 Tribunais de Justiça, resultado consolidado no 1º Encontro Nacional do Programa Novos Caminhos, realizado em setembro de 2025.

A articulação interinstitucional também possibilitou a constituição de uma rede de 10 parceiros nacionais, somada às parcerias estabelecidas nos âmbitos regional e local. Essa atuação conjunta ampliou a capacidade de mobilização de oportunidades para adolescentes e jovens com experiência em acolhimento. Com a Petrobras, foram mobilizadas mais de 700 vagas, sendo 10% prioritárias para o público do Programa Novos Caminhos. Com os Correios, foram registradas mais de 800 inscrições, além de 239 jovens aptos à reserva prioritária. Por meio do Banco do Brasil, foram alcançados mais de 718 municípios, mediante processos

desenvolvidos com entidades formadoras e organizações sociais. O SEST SENAT, por sua vez, disponibilizou suas 174 unidades operacionais, com presença em todas as Unidades da Federação e em aproximadamente 97% dos municípios brasileiros, para a oferta de ações e serviços nos quatro eixos do Programa.

Outro resultado foi o fortalecimento das **Coordenadorias da Infância e Juventude (CIJs)**, que desempenham papel estratégico na implementação do Programa, na articulação de parceiros, na organização territorial e no acompanhamento da política. A participação do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e a escuta de jovens pós acolhimento também contribuíram para incorporar diferentes perspectivas ao processo de construção e aperfeiçoamento do PNC.

No campo da produção de conhecimento e da aprendizagem institucional, a realização do PNC 360º e a elaboração de seu Relatório Executivo permitiram sistematizar experiências, potencialidades, desafios e recomendações provenientes dos territórios. Esses registros passaram a subsidiar o acompanhamento, o planejamento e o aperfeiçoamento do Programa.

A experiência acumulada também orientou a estruturação de um ciclo estratégico de consolidação da política. Em 2025, o foco esteve na nacionalização; em 2026, nos resultados, no monitoramento e no desenvolvimento do PNC Digital; e, para 2027, está prevista a interiorização. O planejamento contempla, assim, a continuidade da expansão territorial, associada à consolidação, à avaliação e ao aperfeiçoamento do Programa.

Os resultados alcançados demonstram avanços na institucionalização, na abrangência territorial, na articulação de parceiros, na mobilização de oportunidades, na participação social e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a experiência evidencia a necessidade de ampliar a capacidade de monitoramento dos percursos dos adolescentes e jovens, aspecto que orienta a etapa seguinte de desenvolvimento do Programa.

6 DESAFIOS E APRENDIZADOS

A implementação do Programa Novos Caminhos em âmbito nacional produziu aprendizados que contribuíram para o aperfeiçoamento de suas estratégias. Um dos principais foi a compreensão de que a empregabilidade constitui uma dimensão da autonomia, mas não a sua totalidade. As manifestações de jovens pós acolhimento reforçaram a necessidade de incorporar à preparação para a vida adulta questões relacionadas à saúde mental, à educação financeira, à participação social e às escolhas que integram esse processo.

A expansão do Programa também evidenciou o desafio de aprimorar o monitoramento da política. Ainda não há um sistema nacional consolidado capaz de dimensionar, de forma integrada, o alcance das ações e acompanhar a permanência dos adolescentes e jovens nas oportunidades ofertadas. Essa lacuna orientou a concepção do PNC Digital, destinado a ampliar progressivamente a capacidade de acompanhamento e produção de indicadores sobre acesso, permanência, evasão e resultados.

A escuta realizada no âmbito do PNC 360° também apontou a necessidade de fortalecer o acompanhamento individualizado, as equipes multidisciplinares, a rede de parceiros, as estratégias de permanência, a compreensão dos fatores de evasão, a articulação interinstitucional e a produção de dados. Esses elementos passaram a integrar o processo de reflexão sobre o aprimoramento e a consolidação do Programa.

Os desafios identificados, portanto, constituem também fontes de aprendizagem institucional. A experiência acumulada demonstra a importância de associar a expansão do Programa ao acompanhamento de sua implementação, à produção de conhecimento e ao aperfeiçoamento contínuo das estratégias voltadas à autonomia e à preparação para a vida adulta de adolescentes e jovens com experiência em acolhimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Programa Novos Caminhos demonstra um processo de transformação de uma experiência iniciada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina em uma política judiciária nacional, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e implementada nos 26 Estados e no Distrito Federal. Esse percurso foi sustentado pela articulação entre Poder Judiciário, rede de proteção, instituições parceiras, sociedade civil e adolescentes e jovens, com o propósito de ampliar as condições para a preparação para a vida adulta e a autonomia.

A experiência acumulada contribuiu para consolidar uma concepção de autonomia que ultrapassa a inserção no mundo do trabalho e articula educação, vida saudável, empregabilidade, fortalecimento de vínculos, participação social e construção de projetos de vida. Também evidenciou a importância de iniciar essa preparação ainda durante o acolhimento e de mantê-la articulada ao período de transição e pós-acolhimento.

A implementação nacional revelou, ao mesmo tempo, desafios relacionados ao acompanhamento das trajetórias dos adolescentes e jovens, à permanência nas oportunidades ofertadas e à produção integrada de dados. Esses aprendizados orientam os próximos ciclos do Programa, com o fortalecimento do monitoramento, o desenvolvimento do PNC Digital e a interiorização das ações.

A experiência do PNC evidencia, assim, um percurso de ampliação de escala associado à articulação interinstitucional, à participação social, à aprendizagem produzida nos territórios e ao aperfeiçoamento contínuo de suas estratégias. Nesse percurso, sua contribuição pode ser sintetizada na ideia que orienta o Programa: “Transformar a rede de proteção em uma rede de oportunidades”.

8 IDENTIFICAÇÃO DA BOA PRÁTICA

Instituição responsável: Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Unidade responsável: Coordenadoria de Gestão de Programas e Projetos da Corregedoria Nacional de Justiça.

Abrangência: Nacional – 26 Estados e Distrito Federal, com 27 Tribunais de Justiça e 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Público-alvo: adolescentes acolhidos com idade igual ou superior a 14 anos e jovens pós acolhimento até 24 meses após o desligamento.

Responsáveis: Ministro Benedito Gonçalves - Corregedor Nacional de Justiça; Mara Lina Silva do Carmo – Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; Caio Henrique Faustino da Silva - Coordenador de Gestão de Programas e Projetos;

Colaboradores: Rodrigo Gonçalves de Souza - Juiz Federal do TRF da 1ª Região; Ana Carolina Lima – Servidora do CNJ; Elaine Rocha – Servidora do STJ; Jessyca Pozzi – Servidora do CNJ; Raquel Nunes – Servidora do STJ; Renato Amorim – Servidor do CNJ; Rogério Gonçalves – Servidor do CNJ; Valéria Rodrigues – Servidora do CNJ; Valda Calderaro – Servidora do CNJ

PROGRAMA GRUPO NÓS - Instituto Fazendo História

Igor Gomes Xavier

Sylvia Valerio

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto Fazendo História é uma organização social da cidade de São Paulo, fundada em 2005, com a missão de colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhimento, a fim de fortalecê-los para que se apropriem de suas histórias e criem alternativas saudáveis para seu percurso biográfico. Apostando no direito às histórias de vida, na franqueza das relações, no compartilhar de conhecimento, no trabalho voluntário qualificado e, acima de tudo, no compromisso com as crianças e adolescentes, busca garantir a eles o direito de se desenvolver plenamente, em família, e na comunidade.

A atuação do Instituto está baseada nas diretrizes legais que fornecem parâmetros para os cuidados com as crianças e adolescentes separados de suas famílias, buscando possibilitar a ressignificação e elaboração de suas vivências. Acompanhá-los na construção de uma narrativa sobre suas histórias, com interesse e respeito, possibilita que criem suas trajetórias como protagonistas de suas vidas, evitando repetições presentes, com frequência, em suas histórias familiares.

Nesta perspectiva, o Instituto contribui para que as vivências do delicado momento do acolhimento e anteriores a ele sejam elaboradas pelas crianças e adolescentes. Os programas desenvolvidos junto às crianças e adolescentes buscam auxiliá-las na compreensão dos fatores que levaram a esta medida de proteção a partir da construção e manutenção de vínculos afetivos com pessoas da comunidade, fortalecendo-os para o retorno à convivência familiar, para o processo de adoção ou para construção de um projeto de vida autônomo.

O Grupo Nós surgiu em 2011, a partir da constatação de que os/as adolescentes e jovens que estão nos serviços de acolhimento nessa etapa de suas vidas e, mais particularmente quando se aproximam do momento da saída do abrigo, vivem muitas dúvidas quanto às suas perspectivas de futuro e quanto ao seu preparo pessoal para lidar de modo autônomo com as novas exigências da vida na cidade. Além disso, o trabalho desenvolvido pelos demais Programas do IFH revelou a dificuldade de grande parte dos serviços de acolhimento em preparar e instrumentalizar os/as adolescentes e jovens para esse episódio importante de suas vidas, que é o desligamento do serviço de acolhimento.

Em 2024, o Programa Grupo Nós passou por uma remodelagem metodológica, construída de forma participativa com adolescentes, jovens no pós-acolhimento, especialistas e equipe do Instituto Fazendo História, com apoio técnico e financeiro da Insieme. O processo reorganizou os eixos do programa e incorporou a Educação, dando origem ao projeto piloto Grupo nÓs + Educação. A iniciativa teve início com 15 adolescentes de serviços de acolhimento da Zona Leste de São Paulo, que passaram a contar com apoio pedagógico semanal no contraturno escolar, realizado em parceria com instituição de ensino. O acompanhamento inclui diagnóstico inicial, avaliação da evolução da aprendizagem, construção de projetos de vida, até o ano de 2028.

2 OBJETIVO

Acompanhar adolescentes e jovens em processo de transição da saída do acolhimento por maioridade, promovendo ações que fortaleçam sua autonomia e ampliem suas oportunidades de desenvolvimento.

3 PÚBLICO ALVO

Adolescentes e jovens de 14 a 19 anos com experiência de acolhimento.

4 METODOLOGIA

Todas as ações do programa têm como objetivo promover a autonomia e o protagonismo de adolescentes e jovens, de modo que, no momento do desligamento dos serviços de acolhimento, tenham condições mais sólidas para construir e realizar seus projetos de vida. Para isso, é fundamental que possam estabelecer relações baseadas no respeito e na confiança com pessoas que ofereçam suporte consistente e de longo prazo, contribuindo para que desenvolvam suas escolhas e trajetórias de forma cada vez mais autônoma.

No Grupo Nós, o acompanhamento do adolescente começa aos 14 anos, enquanto ele ainda vive em um serviço de acolhimento. A partir desse momento, inicia-se a construção de seu projeto de vida, considerando seus interesses, possibilidades e necessidades ao longo da trajetória no programa e preparando-o para a saída do acolhimento aos 18 anos. Ao longo de cinco anos, os adolescentes e jovens participam de encontros em grupo e são acompanhados individualmente, de forma periódica, por um técnico de referência do Grupo Nós.

A proposta do Grupo Nós busca contribuir para que o processo de construção da autonomia seja compreendido para além do desenvolvimento de capacidades individuais, considerando também as condições concretas de vida, o acesso a direitos, as oportunidades disponíveis e a existência de redes de apoio. As ações do projeto são desenvolvidas de forma articulada com os serviços de acolhimento e com os demais atores da rede, respeitando as atribuições de cada serviço e buscando ampliar as possibilidades de acesso dos/as adolescentes e jovens a informações, oportunidades, políticas públicas e recursos necessários à construção de suas trajetórias.

É fundamental que o participante compreenda a proposta do Grupo, sinta-se seguro e esteja disponível para vivenciar e construir, junto com a equipe e os demais participantes, seu processo de desenvolvimento ao longo do tempo. Desde o início, deve conhecer a proposta, o que se

espera de sua participação e o que poderá receber a partir dela. É necessário que conheça os objetivos e manifeste um desejo genuíno de se envolver. Embora possa ser estimulado e incentivado a participar, a decisão final sobre fazer parte ou não do programa deve ser sua. Participar precisa ser uma escolha.

Após os primeiros contatos entre a equipe do serviço de acolhimento e a equipe do Grupo Nós, para apresentação do programa e dos critérios de participação, o adolescente indicado participa de um encontro de apresentação, conduzido pelos técnicos do Grupo Nós - quando possível em parceria com adolescentes e jovens participantes. Nesse momento, são apresentados os objetivos e o funcionamento do programa, além de atividades de integração e reflexão sobre temas relacionados a essa etapa da vida. Para a entrada no Grupo Nós, é necessário ter 14 anos, escolher participar do programa, comprometer-se com as atividades e contar com a concordância do serviço de acolhimento em relação à participação e aos encaminhamentos necessários. Nesse momento, também é realizado o Projeto Singular Individual para conhecer sua situação e identificar necessidades e potencialidades em relação aos objetivos do Grupo Nós.

A partir da inserção, o adolescente passa a participar das atividades do Grupo Nós e recebe uma bolsa-auxílio, cujo valor varia conforme a faixa etária e a participação nas atividades do Programa, com aumentos graduais ao longo da trajetória. Também recebe recarga de celular e, após o desligamento do serviço de acolhimento, passa a contar com vale-alimentação mensal.

Ao longo dos cinco anos de trajetória, são desenvolvidos diferentes eixos que compõem seu projeto de vida e oferecem subsídios para a preparação para a vida após o acolhimento, conforme a trilha formativa apresentada a seguir:



Fonte: Elaborado pelo Autor

O adolescente que escolhe permanecer no Grupo Nós entra em um ritmo mensal de atividades ao longo dos 5 anos, composto por:

- **Acompanhamento individual (2 vezes por mês):** realizado duas vezes por mês com um técnico de referência, a partir dos 16 anos até a saída do programa, aos 19 anos. Tem como objetivo apoiar o jovem na construção do seu projeto de vida e na transição para a saída do acolhimento, fortalecendo seu protagonismo, vínculos de confiança, acesso a direitos e construção de uma rede de apoio para uma vida autônoma e segura.

- **Grupos temáticos (1 vez por mês):** com abordagem e aprofundamento de temas de interesse e relevantes como subsídios para a realização dos projetos de vida, em conjunto com os demais participantes do programa;

- **Saída cultural (1 vez por mês) em grupo:** junto aos demais participantes do programa, com objetivo de apropriação da cidade e ampliação de referências culturais; como diferencial metodológico, parte das saídas culturais são visitas a espaços de potenciais parceiros, tanto no campo da qualificação profissional e da inserção no mundo do trabalho quanto em espaços culturais da cidade. Essas experiências contribuirão para a ampliação de repertórios e referências, além de favorecerem o acesso a oportunidades concretas de articulação com seus projetos de vida,

o reconhecimento e a afirmação de suas identidades, o exercício do direito à cidade e a ampliação das possibilidades de circulação pelo território.

Além dos encontros temáticos e das saídas culturais, os eventos especiais integram o cronograma anual com o objetivo de fortalecer a articulação entre espaços de educação, trabalho, arte, cultura e meio ambiente. Por meio dessas ações, busca-se promover a complementaridade entre diferentes linguagens e experiências formativas, convidando os/as participantes a conhecer múltiplos meios de expressão, a reconhecerem-se no mundo a partir de suas histórias de vida, vínculos e significados. Tais vivências ampliam oportunidades de reflexão, favorecendo o desenvolvimento da criticidade e o fortalecimento dos projetos de vida.

Eventos especiais:

- **Feira de profissões:** Inspirada nas feiras de profissões promovidas por instituições de ensino em todo o país, a Feira de Profissões do Grupo Nós reúne adolescentes e jovens (entre 14 e 23 anos) que estão ou já passaram por serviços de acolhimento. O objetivo é ampliar seu repertório profissional, social e cultural, aproximando-os/as do ambiente acadêmico e profissional.

- **Expedição:** a expedição tem como objetivo ampliar os repertórios cultural, social e ambiental dos/as jovens por meio de vivências em diferentes territórios e espaços, contribuindo para o seu desenvolvimento integral, ampliando horizontes, fortalecendo vínculos e possibilitando novas referências para a construção de seus projetos de vida. Ao mesmo tempo, a ação favorece o reconhecimento e a valorização de suas histórias, ancestralidades, identidades e relações de pertencimento.

- **Encontros de avaliação:** os encontros de avaliação integram o processo de monitoramento do projeto e constituem espaços de escuta e participação dos jovens. Por meio de instrumentos metodológicos e grupos focais, são coletadas percepções sobre as experiências, aprendizagens e impactos das atividades realizadas, bem como sugestões para o aprimoramento das ações. Dessa forma, o processo de monitoramento e avaliação possibilita uma escuta qualificada das vozes participantes,

contribuindo para identificar avanços, desafios e possibilidades de ajuste ao longo do projeto.

● **Confraternização:** ao término do ano, realiza-se a confraternização de encerramento do ano, definida de forma participativa com os/as adolescentes e jovens. A atividade, realizada em período integral, tem como objetivo celebrar o percurso vivenciado ao longo do ano no projeto, fortalecer os vínculos do grupo e promover momentos de lazer, convivência e integração. Como sugestão, podem ser considerados espaços que favoreçam a interação, a diversão e o bem-estar coletivo, como parques aquáticos e espaços recreativos.

● **Formatura:** a formatura é um momento de despedida e celebração, que marca o encerramento do ciclo do jovem no Grupo Nós ao completar 19 anos. Para esse momento, a turma escolhe um lugar especial, geralmente uma viagem de um dia, para vivenciar essa experiência junto aos colegas e aos técnicos de referência. É uma oportunidade de celebrar a trajetória construída no grupo, fortalecer os vínculos e marcar simbolicamente essa passagem para uma nova etapa.

Além das ações citadas acima, a equipe conta com uma profissional articuladora de **rede**, que apoia o Grupo Nós na construção e no fortalecimento das relações com os serviços e parceiros estratégicos. O Grupo Nós atua em articulação com os/as jovens, serviços de acolhimento, CREAS, equipamentos públicos, instituições de ensino, iniciativas de formação profissional, empresas, organizações da sociedade civil, movimentos de moradia e demais parceiros, de forma planejada e alinhada às necessidades identificadas no acompanhamento. Essa atuação busca integrar ações, fortalecer a rede de apoio e promover a corresponsabilização entre os diferentes atores envolvidos.

De forma complementar às ações em rede e articulação no território, a área de **Advocacy** atua em parceria com a equipe do Grupo Nós para sensibilizar gestores e profissionais da SMADS acerca das diretrizes do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em dezembro de 2025, em resolução conjunta pelo Conanda e CNAS. A nova

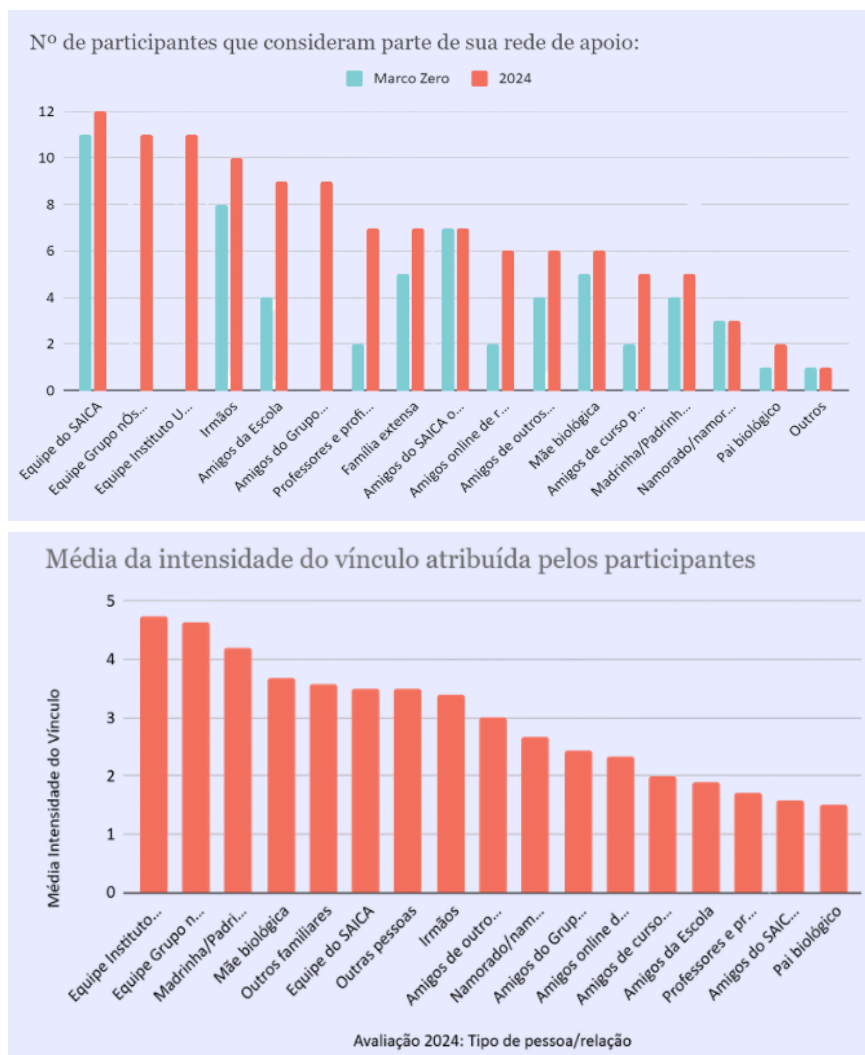
edição do Plano permite qualificar, em âmbito nacional, as políticas públicas voltadas para os jovens no pós acolhimento, uma vez que possui um eixo exclusivo contendo objetivos, ações e estratégias voltadas à formação profissional, inserção no mundo do trabalho, geração de renda, moradia e apoio emocional a esses jovens.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução do Grupo Nós contribui de forma significativa para o fortalecimento da autonomia, do senso de pertencimento e da construção de projetos de vida dos adolescentes participantes. Entre os principais resultados observados, destacam-se:

- Ampliação do repertório dos/as adolescentes e jovens sobre direitos, trabalho, moradia e políticas públicas;
- Fortalecimento da identidade pessoal e coletiva, por meio de atividades culturais, educativas e de reflexão crítica;
- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de planejamento para a vida adulta;
- Aproximação dos adolescentes a oportunidades de formação, trabalho e redes de apoio;
- Sensibilização de profissionais, instituições e da sociedade civil sobre a realidade de crianças e adolescentes em acolhimento.

Importante enfatizar que o **vínculo com os jovens** é uma estratégia pedagógica fundamental para fortalecer diferentes dimensões das vidas dos adolescentes e jovens. Entre fevereiro e dezembro de 2024, foram avaliados os vínculos de 13 adolescentes. Após um ano, a equipe do Grupo Nós passou a integrar a rede de apoio de 11 deles, apresentando a maior intensidade média de vínculo, marcada por confiança, proximidade e liberdade. Os vínculos entre pares também se destacaram. Conforme gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelo Autor

Os resultados reforçam o vínculo como elemento central do trabalho do Grupo nÓs, contribuindo para o fortalecimento, a autonomia, o protagonismo e a construção de projetos de vida dos/as participantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar a apresentação das boas práticas do Grupo Nós, compartilhamos a carta de um técnico de referência e educador do programa, Igor Gomes Xavier, que sintetiza, em linguagem autoral, alguns dos princípios que orientam o trabalho do programa: vínculo, escuta, comunidade e projeto de vida.

CARTA ABERTA de um Educador do Grupo nós

Vínculo, comunidade e Projeto de Vida

Escutar, às vezes, parece pouco. Porém, as ciências têm dito: a escuta cura. Cura tem sido muitas vezes confundida com medicalização, com o cada vez maior abuso de substâncias para acabar com um sintoma, porém, no olhar das diversas e unificadas visões de povos tradicionais, inclusive a partir da matriz africana: *curar é encontrar o equilíbrio possível*. É aí que a escuta cura, que a fala cura e digo não somente da fala oralizada, mas da fala que se expressa no silêncio, no olhar, no desenho amassado dentro da mochila, no poema que esconde na última folha do caderno, nas rimas que guarda no bloco de notas do celular, na lágrima contida, no riso sincero, no “séloko tio.”

É a partir desse encontro — que tem como instrumentos básicos a fala e a escuta — que se constrói o que, no grupo nÓs, chamamos de acompanhamento individual: um momento de encontro entre o jovem e seu “técnico de referência”. A cidade e seus espaços mediam esse encontro e a escolha desse espaço também dá o tom da conversa: bibliotecas, parques, espaços institucionais, saraus, batalhas de rima, a calçada da rua, a videochamada, a lanchonete, centro esportivo, o banco da praça. Muitos são os espaços possíveis para esse encontro em que o adolescente pode falar sobre o que deseja falar e escutar o técnico quando lhe faz sentido naquele momento. O que chamamos de “eixos de trabalho⁶” formam

⁶ **INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA.** Grupo Nós. São Paulo: Instituto Fazendo História. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

encruzilhadas na mente deste técnico (uma pessoa educadora com sua caixa de ferramentas) na busca por dar um retorno, um conselho, um sentido, uma orientação para todo aquele universo que o jovem traz consigo. Haverá dias em que podemos, enfim, cumprir nosso papel institucional de orientá-los sobre educação financeira, trabalho, educação, cidadania, cultura, identidade, moradia⁷ e tudo isso que compõem seu projeto de vida. Mas também haverá dias em que teremos que mobilizar recursos, apresentar limites e intervir na realidade para tão somente garantir a continuidade daquela vida ameaçada pelo projeto de morte⁸ estruturado em nosso país. E haverá ainda dias - e esses são os mais importantes - em que vamos só observar o universo, contar as estrelas, lembrar dos sonhos e contar de novo sobre as coisas bonitas. É nessa ginga de respeito que às vezes somos convidados a ver o desenho amassado na mochila ou a ler o desabafo escrito na última folha do caderno. Às vezes somos nós quem convidamos a olhar e lembrar que há algo escrito na última folha do caderno e que ali, onde a pessoa deságua suas fraquezas, que se esconde sua força e caminho. Temos falado sobre o direito de sonhar⁹ mas às vezes precisamos nos lembrar: de que são feitos os sonhos? Senão de desejos internos, tantas vezes soterrados pela violência, mas que encontram no outro um sentido e apoio. Aqui chamamos de vínculo: esse fio que une uma pessoa a alguém ou a um grupo. Fio construído por aproximações e distâncias, atravessado pelo território, o gênero, a raça e que se estrutura a partir da escuta e do respeito, com a mediação de todo repertório teórico e prático do educador, mas que, como diz o verso: “ao escutar uma alma humana seja apenas outra alma humana.”

A escuta - que pode até envolver o nada simples exercício de permanecer atento e em silêncio enquanto o outro fala - é esse estado de presença. Não como um burocrata que está sentado num guichê, guardando

⁷ **GRUPO NÓS.** Grupo Nós. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

⁸ **PONTE JORNALISMO.** O que é necropolítica e como se aplica à segurança pública no Brasil. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

⁹ **YOUTUBE.** Vídeo citado no texto: “direito de sonhar”. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

a solução do seu problema e pronto pra te ofertar um novo produto mas o estado de um ser humano que, mesmo atravessado por suas questões, ansiedades e precarizações¹⁰, naquele momento combinado escolhe ouvir alguém e buscar as perguntas certas para ajudá-lo a enxergar o que de melhor carrega em si e quais as melhores possibilidades para se tentar viver o bem-viver¹¹ mesmo neste sistema, respeitando e provocando-o a pensar sobre sua visão de si e do mundo mas a partir da história, do entorno e da ancestralidade do jovem e não só a partir do viés dos jornais sensacionalistas que enxergam em nossa juventude não uma vida complexa mas um problema social ou um “caso” e se essas vidas são tratadas apenas como problemas sociais então não têm o direito de ser humanos, de ser complexos, “*aquele louco que não pode errar*”¹². No fim estamos também nós, adultos, entre erros e acertos, buscando caminhos pro mundo. Não nos cabe esperar de adolescentes todas as soluções para problemas que eles não criaram. Mas nos cabe contar de como está o mundo que deixamos para eles:

“essas são nossas regras, algumas são importantes, várias são injustas, todas são questionáveis, mas são essas regras que nós, humanos, conseguimos construir até aqui, esse é o funcionamento do mundo que recebemos, é o mundo que vivemos nossa adolescência, é o mundo que temos tentado mudar e é o mundo em que vocês já vivem. Vocês podem jogar o jogo com as regras de vocês, mas serão julgados pelas regras do mundo, talvez até cedo demais em alguns casos, mas, por mais que doa, esse é o mundo. Vocês não estão sós, estamos todos juntos habitando esse mesmo planeta, dividido de maneira injusta, mas ainda o mesmo planeta. Nos sentimos sós o tempo todo, mas não estamos. Vocês podem observar as regras do mundo, criticar as regras injustas,

¹⁰ **SCIELO**. Artigo sobre precarização. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

¹¹ **ABRASCO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA**. Bem-viver e reparação: a luta das mulheres negras por saúde e equidade. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

¹² **YOUTUBE**. Vídeo citado no texto: “aquele louco que não pode errar”. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

mas jogar o jogo de um jeito que sua vida seja preservada, saudável e mais feliz. Não vai dar pra acertar sempre, mas tenta acertar com você mesmo a maior parte do tempo. Não é só sobre o conselho do tio do projeto ou da técnica do serviço, entende? Não é sobre o relatório da juíza. Lembra? Isso tudo é o jeito que os adultos encontraram para lidar com os problemas que os adultos criam. Mas o seu compromisso, o seu Projeto de Vida, é sobre você, é sobre sua vida, é sobre a vida dos seus. Que ferramentas você tem para enfrentar essa selva de pedra? Sabia que, se você fizer uma grana, preservar sua saúde e sua liberdade, talvez dê pra pegar uma praia no fim de semana? Se você se manter vivo agora, você terá a oportunidade de conhecer pessoas incríveis. Se você se ouvir agora você vai se afastar de pessoas que querem você se afundando. E eu sei, eu sei que às vezes você quer mesmo se afundar. Quando a gente sente que já não tem nada mesmo, que nossa vida nem tem valor, parece que tanto faz né? Naquelas noites, e você sabe de que noites eu to falando, naquelas noites em que o mundo desaba nas suas costas e você não tem ninguém pra conversar... Quem te levanta da cama quando o sol nasce? Sou mais você¹³ nessa guerra.”

Dizer o que cabe naquele momento. Não precisa deixar o relatório, o livro, o plano individual de atendimento na estante, dá pra trazer ele pra roda e ler junto. O projeto de vida não é só mais um protocolo jurídico. O projeto de vida é um mapa: amassado, rasurado, rabiscado, dobrado, molhado, mas que carregamos sempre no peito. O projeto de vida é um diploma que a gente levanta e vê a nossa comunidade sorrir celebrando junto com a gente. O projeto de vida se sustenta no fino fio que puxa o jovem de volta todo sábado pro grupo mesmo depois de passar a sexta curtindo um baile ou jogando no celular, mesmo depois de fugir de tudo:

¹³ **YOUTUBE.** Vídeo citado no texto: “Sou mais você”. Disponível em: . Acesso em: 22 set. 2026.

ele volta. Não só porque tem o lanche daora, porque tem a bolsa-auxílio, porque tem o passeio legal. Justamente porquê escolher o lanche, a bolsa e o passeio ainda é garantir um compromisso consigo mesmo e com sua vida, é um acesso a direitos básicos. Mas o fio fino, que sustenta o projeto de vida e faz o jovem voltar pro grupo é o vínculo: o vínculo com os profissionais de educação, fortalecimento e cuidado e o vínculo com essa comunidade, com esses semelhantes com diversas histórias, mas com uma experiência profunda, em comum: não só o acolhimento, mas os rompimentos que levam a ele. *“A criança que não é abraçada pela aldeia a queimará para sentir seu calor”¹⁴*. É desse encontro com outros jovens que também queimariam o mundo se pudessem (mas que como não podem as vezes queimam a si mesmos) que se reconstrói e se nutre um vínculo consigo mesmo e com o mundo, apesar e muito além dos abandonos. Confluência é o nome desse encontro. É nas brechas do sistema que vamos nos *confluenciando* e que nossas comunidades vão sendo recriadas e é o elo de uns com os outros, com um grupo, com um chão, um território, uma comunidade o que sustenta o nosso amor próprio, o nosso compromisso e o tronco dessa árvore que aqui escolhemos chamar de *“Projeto de Vida.”*

“Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.”
(Mestre Nego Bispo)

¹⁴ **SILVA, Patrick.** Provérbio africano do dia: “A criança que não é abraçada pela aldeia a queimará para sentir seu calor”. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/proverbio-africano-do-dia-a-crianca-que-nao-e-abracada-pela-aldeia-a-queimara-para-sentir-seu-calor/>. Acesso em: 22 set. 2026.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Adolescentes em transição: o trabalho de preparação para a vida autônoma, fora das instituições de acolhimento.** Produção de conteúdo: Isabela Lemos; João Verani; Laís Boto; Mahyra Costivelli; Manuela Fagundes; Marcelo Melissopoulos. São Paulo: Instituto Fazendo História, [s.d.].

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Relatório anual 2025.** São Paulo: Instituto Fazendo História, 2025. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/transparencia>. Acesso em: 21 set. 2026.

SILVA, Anna Beatriz da; SANTOS, VALERIO, Sylvia Prosofsky; LACKESKI, Natália; SAUTCHUK, Eduardo Arruda. **Grupo nÓs: vínculos con adolescentes en transición del acogimiento institucional a la vida adulta.** Pôster apresentado no 1er Foro de Niñas, Niños y Adolescentes en el Sistema. Monterrey, México: Organización HIC-MIC, 5–7 nov. 2025.

XAVIER, Igor Gomes. **Carta aberta de um educador do Grupo nÓs: vínculo, comunidade e projeto de vida.** São Paulo, 19 jun. 2026.

STAVA: Construindo caminhos para a vida adulta a partir da Proteção Social, Afeto e Autonomia

Juliana Coelho

Michele Lopes

Pedro Steves

1 A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA COMO RESPONSABILIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL

A chegada à vida adulta representa, para qualquer jovem, um período marcado por escolhas, descobertas, responsabilidades e construção de novos projetos. Para jovens que passaram por serviços de acolhimento institucional ou família acolhedora, entretanto, essa passagem pode ser atravessada por desafios ainda mais complexos. O desligamento do serviço de acolhimento não significa apenas a saída de uma unidade ou o encerramento de uma medida de proteção: pode representar a necessidade de construir, em um curto espaço de tempo, condições concretas para morar, estudar, trabalhar, organizar a própria vida e estabelecer novas referências de pertencimento.

É nesse contexto que o Município de Divinópolis, em Minas Gerais, construiu o STAVA – Serviço de Transição Assistida para a Vida Adulta, uma experiência voltada à construção de alternativas de proteção para jovens que chegam aos 18 anos sem possibilidade de retorno à família de origem ou colocação em família substituta.

A proposta parte de uma questão fundamental: como garantir que o desligamento dos serviços de acolhimento seja efetivamente uma transição para a autonomia, e não uma ruptura abrupta da proteção social?

A resposta construída pelo município foi a criação de um serviço específico, capaz de combinar moradia, acompanhamento técnico, suporte financeiro, convivência comunitária e construção de projetos de vida. O STAVA foi instituído pela Lei Municipal nº 9.757, de 8 de setembro de 2026, como serviço integrante da Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2 DA SAÍDA DO ACOLHIMENTO À CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS

O STAVA é destinado a jovens de 18 a 21 anos, egressos ou em processo de desligamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem possibilidade de retorno à família de origem ou colocação em família substituta.

A proposta reconhece que a autonomia não acontece de maneira automática quando o jovem completa 18 anos. Ela é construída progressivamente, mediante oportunidades, suporte, afeto, cuidado, experiências e acesso a direitos.

Por isso, o STAVA foi concebido como uma modalidade de autonomia assistida, com acompanhamento técnico contínuo e atenção à construção do desenvolvimento pessoal, social e econômico. A proposta apresentada pelo município articula três dimensões fundamentais: direito à moradia, acompanhamento técnico e afeto e suporte financeiro, possibilitando diferentes modalidades residenciais, como repúblicas estudantis ou destinadas a jovens trabalhadores, pensões familiares e residências individuais ou compartilhadas.

Essa organização permite que o jovem experimente uma forma de vida que se aproxima progressivamente da autonomia, sem que isso signifique permanecer sem proteção.

3 UMA TRANSIÇÃO PLANEJADA E CONSTRUÍDA COM O JOVEM

Um dos principais diferenciais da experiência está na compreensão de que a transição precisa começar antes do desligamento efetivo do serviço de acolhimento.

A legislação estabelece que esse processo deve ocorrer de forma gradativa, no meio município esse processo se intensifica a partir dos 16 anos, sendo registrado no Plano Individual de Atendimento (PIA) e construído conjuntamente pelo adolescente, pela equipe técnica do serviço de acolhimento e pela equipe técnica do STAVA.

Essa perspectiva desloca o desligamento de uma lógica de encerramento para uma lógica de preparação e continuidade da proteção.

A partir dessa concepção, o ingresso no STAVA não é compreendido como um evento isolado, mas como parte de um percurso. O jovem começa a participar da construção de seu futuro, identificando possibilidades de moradia, escolarização, qualificação profissional, inserção no mundo do trabalho, organização financeira, fortalecimento de vínculos e participação comunitária.

O serviço prevê, para cada jovem, a elaboração de um Plano Individual de Desenvolvimento (PID) seu Projeto de Vida, construído com acompanhamento da equipe técnica. O documento deve contemplar metas de curto, médio e longo prazo, incluindo escolarização e qualificação profissional, trabalho, saúde emocional e acompanhamento psicossocial, educação financeira, organização da vida cotidiana, fortalecimento de vínculos e planejamento do desligamento e da vida autônoma.

Assim, o planejamento deixa de ser elaborado apenas para o jovem e passa a ser elaborado pelo adolescente.

4 AUTONOMIA ACOMPANHADA: PROTEGER SEM SUBSTITUIR

Outro princípio estruturante do STAVA é a compreensão da autonomia como processo educativo contínuo. A experiência busca superar duas situações igualmente problemáticas: de um lado, a permanência indefinida de formas de cuidado excessivamente institucionalizadas; de outro, a retirada abrupta do suporte justamente no momento em que o jovem passa a enfrentar novas responsabilidades.

O serviço propõe, portanto, uma posição intermediária: oferecer suporte sem interferir nas escolhas do jovem na condução de sua própria vida.

Essa perspectiva aparece entre os princípios definidos pela legislação municipal, que estabelece a centralidade do sujeito e o protagonismo juvenil, a transição progressiva e planejada, o acompanhamento técnico interprofissional, a articulação intersetorial e territorial e a promoção da autonomia como processo educativo contínuo.

Na prática, isso significa reconhecer que aprender a administrar recursos, organizar uma residência, estabelecer rotinas, procurar emprego, continuar os estudos, utilizar os serviços públicos e construir relações comunitárias também são dimensões da proteção social.

O acompanhamento técnico, nesse sentido, não tem como finalidade controlar a vida cotidiana do jovem, mas que ele tenha a quem recorrer em situações em que nesse site de ajuda.

5 MORADIA COMO DIREITO E COMO ESPAÇO DE PERTENCIMENTO

A moradia ocupa lugar central na proposta. Mais do que oferecer um endereço, o STAVA reconhece a necessidade de que o jovem tenha um espaço no qual possa experimentar a vida cotidiana de maneira progressivamente e autônoma. A legislação estabelece que as unidades

devem estar preferencialmente localizadas em áreas residenciais, com acesso facilitado a serviços essenciais e políticas públicas.

A escolha territorial é, portanto, parte da metodologia.

Viver em uma região integrada à cidade significa ampliar as possibilidades de circulação, acesso à educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, transporte e convivência. A proposta apresentada pelo serviço também prevê diferentes arranjos residenciais, respeitando as necessidades e especificidades dos jovens.

A moradia passa, assim, a ser compreendida como um dos elementos fundamentais para a construção de pertencimento e autonomia.

6 O TRABALHO COMO CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE VIDA

O STAVA também amplia a compreensão sobre a preparação para a vida adulta ao incorporar a dimensão do projeto de vida. A inserção no mundo do trabalho e a qualificação profissional aparecem articuladas à escolarização, à participação comunitária e à organização da vida cotidiana. A proposta não reduz a autonomia à capacidade de geração de renda, mas compreende o trabalho como uma das dimensões que podem compor projetos de vida sustentáveis.

O percurso apresentado pelo serviço contempla a preparação para o desligamento, a escolha da moradia e o ingresso na vida adulta com suporte técnico. O objetivo é que esse processo aconteça gradualmente, permitindo que o jovem conheça suas possibilidades, reconheça suas necessidades e participe das decisões que dizem respeito ao seu futuro.

Também está prevista a possibilidade de concessão de auxílio financeiro temporário para custeio de moradia e despesas essenciais, de até 50% do salário mínimo pelo período máximo de 18 meses, prorrogável uma vez, condicionada ao termo de compromisso e ao cumprimento do PID.

O recurso financeiro, nessa perspectiva, constitui instrumento de proteção, segurança e suporte à transição, e não substituto do acompanhamento técnico.

7 A DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA AUTONOMIA

Uma das premissas da experiência é que autonomia não significa isolamento. Ao contrário, a construção de uma vida adulta implica a criação de novos vínculos, circulação pelo território, acesso às políticas públicas e participação em diferentes espaços sociais. Por isso, a proposta prevê o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais e a integração do jovem à vida cotidiana da cidade.

Essa dimensão também está presente na concepção do coletivo #NÓSPORNÓS, apresentado como espaço de construção compartilhada de perspectivas e possibilidades, fortalecendo estratégias coletivas para a superação de desafios.

A experiência reconhece, dessa maneira, que a autonomia individual é construída em relação com o outro e com o território. Ter condições de morar, estudar e trabalhar é fundamental, mas também o é encontrar espaços de convivência, reconhecimento e participação.

8 UMA EQUIPE PARA ACOMPANHAR PROCESSOS, NÃO APENAS SITUAÇÕES

A estrutura do STAVA também expressa essa concepção. A legislação estabelece uma equipe mínima composta por coordenação, assistente social e psicólogo, garantindo acompanhamento técnico interprofissional.

A equipe assume papel fundamental na mediação entre o jovem, o serviço, a rede socioassistencial e as demais políticas públicas.

Seu trabalho envolve acompanhar o desenvolvimento do PID, apoiar a construção de projetos de vida, favorecer o acesso a direitos, articular

serviços e políticas e contribuir para que cada jovem desenvolva, progressivamente, recursos para conduzir sua própria trajetória.

O acompanhamento não termina necessariamente com a saída da moradia. O STAVA prevê também acompanhamento pós-desligamento, por período definido no próprio PID.

Essa continuidade reforça uma concepção de proteção que reconhece que a autonomia se consolida ao longo do tempo.

9 UMA EXPERIÊNCIA DE INOVAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL

A construção do STAVA representa, para Divinópolis, uma experiência de inovação na organização da Proteção Social Especial ao criar uma resposta específica para uma etapa da trajetória dos jovens que pode permanecer descoberta entre o acolhimento e a vida adulta.

Ao reconhecer a necessidade de uma transição planejada, progressiva e acompanhada, o município estrutura uma estratégia que articula moradia, renda, acompanhamento técnico, educação, trabalho, convivência comunitária e projeto de vida.

A boa prática, nesse sentido, não está apenas na criação de uma nova modalidade de serviço. Está na mudança de perspectiva: compreender que completar 18 anos não significa deixar de necessitar de proteção e que construir autonomia não significa fazê-lo sozinho.

O STAVA parte do princípio de que a proteção social deve acompanhar o jovem na passagem entre diferentes momentos de sua trajetória, criando condições para que a saída do acolhimento possa ser também a entrada em uma nova etapa de vida.

A experiência coloca no centro o protagonismo juvenil e reconhece que cada jovem possui uma história, desejos, capacidades, vínculos e projetos singulares. Por isso, a construção da autonomia precisa respeitar subjetividades e especificidades, evitando reproduzir formas de institucionalização e criando oportunidades reais de participação social.

Mais do que preparar jovens para sair de um serviço, trata-se de construir, com eles, condições para entrar na vida adulta com direitos, escolhas, vínculos e possibilidades.

É nesse sentido que o STAVA se apresenta como uma experiência de proteção social orientada para o futuro: uma política que reconhece a necessidade de sustentar a travessia, sem impedir que cada jovem construa o próprio caminho.

FILHOS DA NAÇÃO: Remoterapia, pertencimento e construção de autonomia de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Gabriela Speziali

1 APRESENTAÇÃO

Completar 18 anos representa, para qualquer jovem, uma passagem importante para a vida adulta. Para adolescentes que vivem em serviços de acolhimento institucional, entretanto, essa transição pode adquirir contornos muito mais complexos. A maioridade pode significar também a necessidade de construir autonomia em um contexto marcado por rupturas anteriores de vínculos, redes de apoio fragilizadas e incertezas em relação ao futuro.

Foi diante dessa realidade que nasceu, em 2017, no Distrito Federal, o Filhos da Nação, iniciativa voltada a crianças e adolescentes em acolhimento institucional que utiliza os esportes a remo, o contato com a natureza e ferramentas de desenvolvimento socioemocional como caminhos para fortalecimento de vínculos, identidade, pertencimento, autorresponsabilidade e construção de perspectivas de futuro.

A experiência acumulada pelo projeto levou ao desenvolvimento da RemoTerapia, metodologia que integra a prática do Stand Up Paddle (SUP) e da canoa havaiana aos princípios da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung.

A proposta parte de uma premissa: a preparação para a autonomia aos 18 anos não deve começar às vésperas do desligamento do acolhimento. Ela pode — e deve — ser construída desde a infância. Por isso, o Filhos da Nação trabalha com crianças e adolescentes a partir dos 6 anos, compreendendo autonomia não apenas como independência financeira ou capacidade de viver sozinho, mas como um processo progressivo de desenvolvimento de recursos internos e relacionais: reconhecer-se, confiar em si, regular emoções, estabelecer vínculos,

conviver coletivamente, assumir responsabilidades, enfrentar dificuldades, formular sonhos e perceber-se como sujeito capaz de construir a própria trajetória.

O que se busca construir a partir dos 6 anos poderá ser decisivo quando esse jovem chegar aos 18. Essa compreensão tornou-se ainda mais relevante à medida que o projeto ganhou escala. Iniciado em 2017, o Filhos da Nação atendia aproximadamente 30 crianças e adolescentes por ano antes de ingressar, em 2025, em seu primeiro ciclo realizado por meio da Lei Federal de Incentivo ao esporte. A nova etapa ampliou a capacidade prevista de atendimento para 308 crianças e adolescentes ao ano, permitindo transformar uma experiência construída ao longo de anos em uma metodologia social de maior alcance.

O primeiro Ciclo Incentivado teve início em 3 de setembro de 2025. A escala trouxe uma pergunta central: como ajudar crianças que tiveram vínculos interrompidos a construir pertencimento suficiente para, progressivamente, tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas? É nesse ponto que a RemoTerapia se estrutura.

2 REMOTERAPIA: QUANDO O ESPORTE SE TRANSFORMA EM EXPERIÊNCIA SIMBÓLICA

A RemoTerapia não compreende o esporte apenas como atividade física. Sua metodologia articula corpo, emoção, vínculo, natureza e significado, utilizando situações concretas vivenciadas na água como experiências capazes de produzir reflexão sobre a própria vida. O relatório de impacto do projeto define essa proposta como a integração entre esportes a remo, princípios da Psicologia Junguiana e vivência na natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Duas experiências esportivas ocupam lugar central na metodologia: o Stand Up Paddle e a canoa havaiana. E elas não foram escolhidas por acaso. A prancha de SUP trabalha a ideia do indivíduo consigo mesmo.

Cada participante ocupa sua própria prancha. É preciso encontrar equilíbrio, posicionar o corpo, observar o ambiente, decidir para onde ir e produzir a própria remada. O educador pode orientar. Os colegas podem incentivar. A equipe pode acompanhar. Mas ninguém consegue remar no lugar daquele participante. E se ele/ela parar de remar, o vento pode acabar empurrando de volta. Por isso, o compromisso individual. Essa experiência oferece uma metáfora concreta para a autorresponsabilidade.

Na perspectiva simbólica inspirada na Psicologia Analítica, a experiência individual na prancha pode ser trabalhada como representação do processo de construção de identidade: reconhecer os próprios recursos, perceber limites, enfrentar inseguranças, experimentar competência e descobrir que é possível recuperar o equilíbrio depois de perdê-lo.

Cair da prancha, portanto, não precisa representar fracasso. Pode tornar-se parte da experiência pedagógica: cair, retornar, reorganizar-se e continuar. Para crianças e adolescentes cujas trajetórias podem ter sido atravessadas por experiências sobre as quais tiveram pouco ou nenhum controle, vivenciar situações em que suas próprias ações modificam concretamente o resultado assume significado especial.

A mensagem não é a de que cada um deve enfrentar a vida sozinho. É outra: “há movimentos que ninguém poderá fazer por mim — mas eu posso aprender a fazê-los, com confiança, preparo, motivação.” Esse é um dos primeiros fundamentos da autonomia.

Na canoa, o princípio é outro, o de que ninguém chega sozinho.

Se o SUP trabalha simbolicamente a dimensão individual, a canoa havaiana apresenta o outro lado da experiência: a colaboração.

Uma canoa não avança adequadamente apenas porque existe um remador forte. É preciso ritmo, escuta, sincronia, respeito, confiança no grupo e responsabilidade compartilhada. É preciso compreender que a remada de cada pessoa interfere no movimento de todas as outras.

A formulação pedagógica do Filhos da Nação sintetiza essa relação entre os dois esportes a remo: enquanto a canoa não se move sozinha e é, portanto, preciso o empenho coletivo para avançar; na prancha de SUP, o

esforço é individual e, por isso, parar de remar significa não sair do lugar ou até ser empurrado para trás.

Surge, então, uma aparente contradição que constitui uma das forças da RemoTerapia: para alcançar a autonomia é preciso aprender tanto a sustentar a própria remada quanto a construir relações de interdependência.

Autonomia, nessa concepção, não é isolamento. É a capacidade de conduzir a própria vida reconhecendo, simultaneamente, a importância dos vínculos, da cooperação e da rede.

3 A DIMENSÃO JUNGUIANA: TRANSFORMAR EXPERIÊNCIA EM SIGNIFICADO

A Psicologia Analítica oferece à RemoTerapia uma lente para que a experiência esportiva não termine quando a criança sai da água.

Dessa forma, a vivência é elaborada posteriormente. As rodas de conversa criam espaços de escuta nos quais situações ocorridas durante a atividade podem adquirir significado: o medo de cair, a dificuldade de acompanhar o grupo, a irritação com outro participante, a coragem de tentar novamente, a alegria de conseguir, a experiência de ajudar alguém, a frustração, a confiança e a percepção de fazer parte de uma equipe.

Não se trata de realizar psicoterapia clínica durante uma aula esportiva mas, sim, de reconhecer que experiências corporais também podem produzir linguagem simbólica. Água, travessia, equilíbrio, direção, queda, retorno, ritmo e horizonte são elementos que podem funcionar como imagens por meio das quais crianças e adolescentes elaboram experiências subjetivas. Nessa dimensão, o lago Paranoá, a prancha de SUP e a canoa se tornam um campo experiencial no qual questões abstratas como identidade, confiança, responsabilidade, medo, vínculo, cooperação e futuro — se tornam concretas.

É justamente essa passagem da experiência para o significado que diferencia a RemoTerapia de uma simples aula de esporte.

4 PERTENCIMENTO COMO EIXO DA METODOLOGIA

Ao longo da trajetória do Filhos da Nação, o pertencimento passou a ocupar posição central na compreensão da metodologia. Pertencer não significa apenas estar incluído em uma atividade. Significa perceber-se reconhecido e necessário dentro de uma experiência compartilhada. Essa distinção é particularmente relevante no acolhimento institucional. Uma criança pode estar fisicamente inserida em uma escola, em uma instituição, em uma atividade ou em um grupo e, ainda assim, não experimentar subjetivamente a sensação de pertencimento.

Os dados produzidos pelo projeto ajudam a compreender a profundidade dessa questão. No Marco Zero realizado em dezembro de 2025, foram entrevistados 51 participantes de cinco instituições de acolhimento do Distrito Federal (Lar de São José, Nosso Lar, Lar Jesus Menino, Casa de Ismael e Lar de Eurípedes/Irmão Áureo). A aplicação ocorreu presencialmente, conduzida por psicóloga, em ambiente reservado, utilizando perguntas estruturadas e abertas e preservando o anonimato dos participantes. O levantamento não possui caráter de diagnóstico clínico; constitui uma linha de base para acompanhamento longitudinal dos participantes.

Os resultados revelaram vulnerabilidades importantes. 90% relataram pelo menos uma crise de ansiedade por mês, 70% relataram quatro ou mais episódios mensais e 40%, episódios semanais ou diários. Ao mesmo tempo, 75% relataram episódios frequentes de tristeza ou desânimo, e metade afirmou ter esses sentimentos quase todos os dias ou diariamente. Quando perguntados sobre seus medos, 70% relataram que esses medos estavam relacionados à perda de vínculos familiares, incluindo perder mãe, pai ou irmãos, ficar sozinho ou serem abandonados.

Esses dados trazem uma questão central: como construir autonomia quando a própria experiência de segurança, vínculo e continuidade é frágil e, ao mesmo tempo, muitas dessas crianças e adolescentes podem chegar à transição para a vida adulta sem poder contar com referências familiares

estáveis e redes de apoio suficientemente estruturadas para acompanhá-las nessa transição?

5 PERTENCER A SI, AO GRUPO, À NATUREZA E AO FUTURO

A experiência do Filhos da Nação vem permitindo compreender o pertencimento de maneira multidimensional. Há um pertencimento a si, relacionado à construção da identidade, autoestima, confiança e autorresponsabilidade. Há também um pertencimento ao grupo, experimentado na amizade, na cooperação, na confiança e na percepção de que cada participante tem importância para o coletivo. Além disso, há um pertencimento à natureza, construído pela relação sistemática com a água e com um ambiente natural que convida simultaneamente à ação, à atenção, à diversão e à contemplação. A metodologia apontou, ainda, que existe uma dimensão especialmente importante para crianças e adolescentes em acolhimento: a de pertencer ao futuro.

O Marco Zero revelou algo aparentemente paradoxal. Quando estimulados a falar sobre sonhos profissionais ou projetos de vida, aproximadamente 85% conseguiram expressar aspirações — entre elas ser médico/a, advogado/a, psicólogo/a, policial, veterinário/a, atleta ou professor, além de ter casa própria ou constituir família. Entretanto, quando convidados a imaginar a própria vida em uma perspectiva mais distante — olhando para trás (para a vida adulta) quando fossem idosos — 54,9% responderam que não sabiam e 17,6% não responderam. Com isso, o diagnóstico apontou que existe uma diferença importante entre ter um sonho e conseguir construir uma narrativa de futuro.

E é nesse intervalo que o trabalho para a autonomia ganha profundidade no Filhos da Nação. Pela nossa vivência e convivência com os acolhidos nas atividades da RemoTerapia, percebemos que preparar um adolescente para os 18 anos não pode significar apenas ensiná-lo, pouco antes da maioridade, a procurar emprego, administrar dinheiro ou organizar uma residência. Essas competências são fundamentais, mas

existe uma pergunta anterior que precisa ser feita: esse/a jovem consegue se imaginar pertencendo e construindo uma vida no futuro?

6 OBJETIVO

O objetivo geral do Filhos da Nação é promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em acolhimento institucional por meio da RemoTerapia, fortalecendo pertencimento, identidade, vínculos, competências socioemocionais, autorresponsabilidade e capacidade de construção de projetos de vida, como bases progressivas para autonomia e transição protegida para a vida adulta.

Entre seus objetivos específicos estão promover experiências de pertencimento; desenvolver cooperação, comunicação, persistência e manejo de conflitos; fortalecer autoestima e autoconfiança; estimular hábitos saudáveis; ampliar vínculos positivos com adultos e pares; favorecer a expressão emocional; estimular sonhos e projetos de vida; e criar, desde a infância, experiências concretas de responsabilidade e protagonismo.

7 RESULTADOS INICIAIS: O QUE AS CRIANÇAS DIZEM QUE ESTÃO APRENDENDO

Os resultados iniciais são particularmente relevantes porque demonstram que os participantes não percebem a experiência exclusivamente como aprendizado esportivo.

Três meses após o início do Ciclo Incentivado, 74% mencionaram aprendizados de natureza socioemocional. Entre os conteúdos espontaneamente citados estavam comunicação, controle da raiva e manejo de conflitos, paciência, sincronia, trabalho em equipe, união, colaboração, respeito, construção de amizades, confiança, persistência, cooperação, responsabilidade compartilhada e diálogo.

Esse resultado é importante para compreender a lógica da

metodologia. As crianças estão aprendendo a remar. Mas, indo além, estão conseguindo traduzir a remada em competências para a vida.

Além disso, 90% citaram espontaneamente o remo ou a vivência na água como principal aspecto positivo do projeto e 70% mencionaram a equipe como referência de apoio e acolhimento. O dado sugere uma combinação particularmente relevante: forte adesão à experiência esportiva e forte vínculo com as pessoas que sustentam essa experiência.

Os relatos qualitativos reforçam essa interpretação. Há registros autodeclarados de participantes associando sua participação à interrupção da automutilação e do uso de drogas; de parar de fumar para melhorar sua capacidade esportiva; de jovens que tinham perdido a esperança na vida e se reencontraram e voltaram a sonhar. Esses casos não permitem inferência causal e não substituem avaliação clínica, mas constituem evidências qualitativas relevantes sobre significados atribuídos pelos próprios participantes à experiência.

8 DA PROTEÇÃO À CONSTRUÇÃO PROGRESSIVA DA AUTONOMIA

Ao longo da trajetória do Filhos da Nação, uma das questões que passou a ocupar espaço crescente nas reflexões da equipe foi a preparação das crianças e adolescentes para a autonomia e, particularmente, para a transição à vida adulta.

A convivência continuada com participantes de diferentes idades nos levou a perceber que essa preparação poderia ser trabalhada muito antes da proximidade dos 18 anos. Situações aparentemente simples vivenciadas nas atividades — cuidar do próprio equipamento, enfrentar o receio de entrar na água, tentar novamente depois de uma queda, acompanhar o ritmo da canoa, esperar o outro, assumir uma posição no grupo, remar em um equipamento novo, expressar sentimentos nas rodas de conversa ou reconhecer uma conquista — começaram a ser compreendidas pela equipe como oportunidades para trabalhar, progressivamente, responsabilidade,

autoconfiança, cooperação e protagonismo.

A experiência acumulada desde 2017 foi nos mostrando que não era necessário esperar a adolescência final para introduzir questões relacionadas à autonomia. Elas poderiam aparecer de maneira compatível com cada etapa do desenvolvimento e adquirir novos significados à medida que os participantes crescessem.

Também aprendemos que autonomia, no contexto do projeto, não precisava ser compreendida como sinônimo de independência ou de capacidade de fazer tudo sozinho. A experiência da RemoTerapia nos aproximou de uma compreensão mais relacional desse processo.

O SUP e a canoa havaiana contribuíram para essa reflexão de maneiras diferentes. Na prancha individual, o participante precisa encontrar o próprio equilíbrio, realizar sua remada e lidar com as consequências de seus movimentos. Na canoa, por outro lado, o deslocamento depende da coordenação entre todos. Essas duas experiências passaram a ser utilizadas pela equipe como recursos para conversar sobre responsabilidade individual e participação no coletivo.

Alguns relatos individuais também ajudaram a equipe a compreender como a experiência da canoa poderia ultrapassar o espaço da atividade esportiva. Um participante de 12 anos contou que antes evitava colaborar com as tarefas da instituição onde vivia e que, depois de compreender a dinâmica coletiva da canoa

— na qual todos precisam contribuir para que o grupo avance —, passou a participar das responsabilidades cotidianas. Outro jovem, de 16 anos, associou sua participação no projeto ao encontro de uma referência de pertencimento, valores, disciplina e possibilidade de voltar a sonhar com o futuro. São relatos individuais e não permitem generalizações, mas contribuíram para a reflexão da equipe sobre os significados que os participantes atribuíam à experiência.

Foi a partir de observações como essas que passamos a olhar para a RemoTerapia também como uma possível ferramenta de preparação progressiva para a autonomia. Não como resposta isolada às

complexidades do acolhimento ou da transição para a vida adulta, mas como um espaço no qual determinadas competências e experiências podem começar a ser vivenciadas ainda na infância e retomadas ao longo do desenvolvimento.

A canoa acabou se tornando uma imagem recorrente para a própria equipe. Cada participante tem uma remada que lhe cabe, mas o avanço da embarcação acontece na relação com os demais. Essa experiência nos ajudou a compreender que, para os jovens com quem trabalhamos, talvez a construção da autonomia não precise significar aprender a caminhar sozinho, mas desenvolver recursos para conduzir a própria trajetória e, ao mesmo tempo, reconhecer, construir e acessar vínculos e redes de apoio.

Foi nesse percurso que passamos a compreender também que, ao chegar aos 18 anos, o jovem não precisa começar a construir sua autonomia do ponto zero. Ela pode começar muito antes, ainda na infância, em experiências progressivas que o ajudem a reconhecer suas capacidades, assumir responsabilidades, construir e sustentar vínculos, fazer escolhas e perceber-se, pouco a pouco, como protagonista de sua própria trajetória.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERTENCIMENTO COMO CAMINHO PARA A AUTONOMIA

Desde 2017, a convivência com crianças e adolescentes em acolhimento institucional vem transformando também a forma como a equipe do Filhos da Nação compreende sua própria atuação. O projeto nasceu a partir do esporte e, ao longo do tempo, a escuta dos participantes, as situações vivenciadas na água, as rodas de conversa e os dados produzidos pelo acompanhamento começaram a revelar outras dimensões da experiência. A principal delas foi o pertencimento.

Na prática cotidiana, passamos a observar que sentir-se parte parece estar relacionado a diferentes aspectos que buscamos fortalecer: a possibilidade de reconhecer o próprio valor, estabelecer relações de confiança, encontrar referências positivas, pedir e oferecer ajuda, participar

de um coletivo e imaginar-se ocupando um lugar no futuro.

Essa percepção levou a equipe a olhar para o pertencimento não apenas como um resultado desejável da convivência, mas como um possível eixo estruturante da RemoTerapia e uma dimensão a ser investigada com maior profundidade.

No contexto da preparação para a vida adulta, essa reflexão adquiriu um significado ainda mais concreto. A experiência com os adolescentes mais velhos nos fez perceber que falar de autonomia envolve questões objetivas — educação, trabalho, renda e organização da vida cotidiana —, mas também recursos subjetivos e relacionais, como autoconfiança, capacidade de fazer escolhas, comunicação, construção de vínculos, manejo de conflitos, capacidade de pedir ajuda e de reconhecer e acessar redes de apoio, que podem contribuir para sustentar essas conquistas ao longo do tempo.

Para a equipe do Filhos da Nação, começou então a surgir uma pergunta: em que medida a experiência de pertencimento construída desde a infância pode contribuir, mais tarde, para que um jovem reconheça redes de apoio, estabeleça relações de confiança, permaneça em ambientes de formação e trabalho e enfrente com maior segurança a transição para a vida adulta?

Ainda não temos uma resposta definitiva para essa pergunta. Ela constitui, hoje, uma das hipóteses que orientam o amadurecimento da metodologia. O que a experiência acumulada tem nos levado a observar é que pertencimento, saúde emocional, autonomia e projeto de vida talvez não sejam dimensões independentes. Para permanecer em uma rede de apoio, é preciso conseguir estabelecer e sustentar vínculos. Para permanecer em um ambiente de trabalho, não bastam apenas competências técnicas: convivência, comunicação, responsabilidade, confiança, capacidade de lidar com frustrações e percepção de fazer parte também podem ter importância. São justamente algumas dessas experiências que a RemoTerapia procura trabalhar, de maneira adequada a cada idade, desde a infância.

Essa compreensão começou a produzir desdobramentos para além da própria atividade esportiva. O Filhos da Nação passou a buscar caminhos que conectassem o trabalho socioemocional realizado com crianças e adolescentes a oportunidades concretas para aqueles que se aproximam da vida adulta.

Um desses movimentos foi a celebração de Acordo de Cooperação Técnica para viabilizar a jovens de serviços de acolhimento ou em situação de vulnerabilidade social o acesso ao mercado de trabalho por meio do Programa de Aprendizagem da Neoenergia Brasília. A iniciativa representa, para o projeto, uma possibilidade de aproximar duas etapas que muitas vezes são tratadas separadamente: o desenvolvimento construído ao longo da infância e adolescência e as oportunidades concretas de inserção social e profissional na transição para a vida adulta.

Nesse percurso, a RemoTerapia também continua sendo uma metodologia em construção. A Psicologia Analítica, o esporte, a natureza e a escuta fornecem referências; os participantes, entretanto, são parte fundamental do processo pelo qual aprendemos a compreender seus significados.

10 DESAFIOS E SUSTENTABILIDADE

Entre os principais desafios do Filhos da Nação estão a sustentabilidade financeira, necessária para tornar a RemoTerapia uma prática recorrente no Distrito Federal e viabilizar sua expansão para outras regiões do Brasil, e a continuidade do monitoramento longitudinal dos participantes, permitindo acompanhar, ao longo do tempo, os resultados e o amadurecimento da metodologia.

A sustentabilidade da iniciativa passa, portanto, pela construção de parcerias de longo prazo que permitam dar continuidade ao atendimento, ampliar seu alcance territorial e aprofundar a produção de evidências sobre a RemoTerapia e seus possíveis efeitos na trajetória de crianças e adolescentes em acolhimento.

A PREPARAÇÃO PARA A VIDA FORA DO ACOLHIMENTO COMEÇA DENTRO DELE: A construção cotidiana de uma cultura de cuidado, participação e autonomia no Lar de São José

Aline Ferreira

RESUMO

Este relato apresenta o processo de construção de uma cultura institucional de cuidado, participação e autonomia no Lar de São José, serviço de acolhimento institucional, na modalidade Casa-Lar, localizado em Brasília/DF. A experiência parte da compreensão de que a preparação para a vida fora do acolhimento não deve começar apenas às vésperas da maioridade, mas ser construída cotidianamente, desde a chegada da criança ou do adolescente ao serviço. Essa construção acontece na forma como são estabelecidas as relações, compartilhadas as informações, tomadas as decisões e reconhecidos o direito à escolha, à discordância, ao erro e à participação. A prática não surgiu como uma metodologia pronta, mas de um processo gradual de revisão institucional, provocado pelas manifestações dos acolhidos, pelos questionamentos da equipe, pela formação continuada e pela necessidade de reconhecer práticas excessivamente rígidas e centradas no controle. Entre as ações desenvolvidas estão a participação nos relatórios e Planos Individuais de Atendimento, as assembleias, a construção individualizada de combinados, o acesso à própria história, a ampliação progressiva da circulação comunitária, o acompanhamento no uso do dinheiro e a valorização dos vínculos afetivos. Como efeitos, observam-se maior confiança na equipe, procura espontânea pelos profissionais, capacidade de comunicar inclusive inadequações ocorridas no próprio serviço, participação mais efetiva nas decisões e manutenção dos vínculos após o desligamento. A experiência, contudo, reconhece os limites estruturais e as contradições inerentes à institucionalização. Mais do que apresentar um modelo concluído, o relato

descreve uma instituição que decidiu continuar se perguntando se a maneira como cuida é, de fato, cuidadosa.

Palavras-chave: acolhimento institucional; autonomia progressiva; participação; protagonismo; transição para a vida adulta; vínculo.

1 APRESENTAÇÃO

Talvez a preparação para a vida fora do acolhimento comece pela forma como se vive dentro dele.

Quando se fala na transição de adolescentes acolhidos para a vida adulta, é comum que a preparação para a autonomia seja associada a ações realizadas nos anos ou meses que antecedem a maioridade: inserção profissional, educação financeira, aprendizagem de tarefas domésticas, acesso à documentação, moradia e articulação com a rede de proteção. Todas essas dimensões são importantes. Entretanto, são insuficientes quando a autonomia é compreendida apenas como um conjunto de habilidades práticas a serem ensinadas no final do acolhimento.

Autonomia também é construída quando uma criança pode escolher um objeto para o próprio quarto; quando sabe por que está sendo transferida de casa; quando é informada sobre as decisões que afetam sua vida; quando pode discordar do que um profissional escreveu sobre ela; quando participa da construção de seus combinados; quando experimenta pequenas escolhas e suas consequências; quando erra, mas não perde o direito de voltar para casa; e quando percebe que sua palavra tem capacidade real de produzir mudanças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e determina que sejam ouvidos e participem da definição das medidas de proteção que lhes dizem respeito. As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento também estabelecem princípios como atendimento personalizado e em pequenos grupos, respeito à autonomia, preservação da identidade, fortalecimento

dos vínculos e participação na organização da rotina.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária 2025–2035 amplia essa discussão ao incluir, entre seus eixos, o desenvolvimento da autonomia e a transição para a vida adulta, destacando a necessidade de ações intencionais durante o acolhimento.

É nesse campo que se situa a experiência do Lar de São José.

O Lar de São José é um serviço de acolhimento institucional, na modalidade Casa-Lar, que atende crianças e adolescentes de zero a 17 anos e 11 meses, com capacidade para até 80 acolhidos, distribuídos em oito unidades. O serviço prioriza a preservação de grupos de irmãos e atende crianças e adolescentes com idades, histórias, condições de saúde e necessidades muito diversas.

A prática aqui apresentada não nasceu pronta nem foi formalmente implantada em uma data específica. Ela resulta de um processo gradual de transformação da própria concepção institucional de cuidado.

Durante muito tempo, assim como acontece em diversos serviços, parte das práticas institucionais esteve organizada a partir da ideia de que cuidar significava proteger, orientar, corrigir, estabelecer limites e impedir riscos.

Havia intenção de cuidado, mas havia também rigidez, hierarquia e centralidade no comportamento considerado adequado. O cumprimento da regra podia se tornar mais importante do que a compreensão do comportamento. A autoridade adulta, muitas vezes, era sustentada pelo medo, pela imposição ou pela ameaça de punição.

Frases e condutas que hoje são reconhecidas como inadequadas já fizeram parte da história institucional: mandar um adolescente calar a boca; afirmar que “a porta da rua é serventia da casa”; ou impedir a entrada de quem descumpriu um horário, sem considerar onde ele permaneceria e a quais riscos estaria exposto.

A transformação começou quando se tornou impossível ignorar que os efeitos produzidos não correspondiam às intenções.

Pretendia-se construir respeito, mas percebia-se medo. Pretendia-se proteger, mas algumas práticas produziam afastamento. Pretendia-se orientar, mas, em determinadas situações, silenciava-se. Pretendia-se ser referência, mas a rigidez dificultava a confiança e a proximidade.

As manifestações dos próprios acolhidos, os questionamentos da equipe, as formações continuadas e as provocações de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos produziram um movimento gradual de revisão.

Um dos marcos desse processo ocorreu quando a própria coordenação foi questionada coletivamente pela equipe a respeito de sua forma de falar, conduzir e se relacionar. A possibilidade de reconhecer legitimidade na fala dos profissionais, sem reduzir o questionamento a uma ameaça à autoridade, produziu uma aprendizagem que posteriormente se estendeu às relações com crianças e adolescentes:

O fato de uma pessoa ocupar uma posição de responsabilidade não significa que seja dona da verdade sobre aquela relação.

Foi necessário compreender que assimetria de responsabilidades não precisa significar hierarquia de humanidade. Adultos e crianças não possuem as mesmas atribuições, mas a responsabilidade adulta não elimina o direito da criança de discordar, perguntar, compreender, participar e ser respeitada.

A mudança, portanto, não consistiu na substituição das regras pela permissividade. Procurou-se deslocar o eixo do controle para a responsabilização compartilhada; da proibição para o diálogo e a construção de combinados; da obediência para a compreensão do sentido; da padronização para a individualização; da decisão sobre a criança para a construção com ela; e da autoridade sustentada pelo medo para a autoridade sustentada pelo vínculo.

2 OBJETIVO

A experiência tem como objetivo construir e fortalecer uma cultura

institucional na qual crianças e adolescentes sejam reconhecidos como participantes ativos do próprio acolhimento, desenvolvendo progressivamente autonomia, capacidade de expressão, responsabilização, pertencimento e confiança.

Busca-se, especificamente:

- ampliar a participação das crianças e dos adolescentes nas decisões que afetam a vida cotidiana e o percurso de acolhimento;
- garantir acesso às informações e à própria história;
- individualizar regras, combinados e experiências de autonomia;
- fortalecer relações afetivas e profissionais baseadas na confiança;
- permitir experiências compatíveis com a idade e o desenvolvimento, inclusive a possibilidade de errar;
- qualificar a atuação dos profissionais por meio da escuta e da participação dos acolhidos;
- preparar para a vida adulta desde o cotidiano, e não somente na proximidade dos 18 anos.

3 PÚBLICO-ALVO

A prática é direcionada às crianças e aos adolescentes acolhidos pelo Lar de São José, com idades entre zero e 17 anos e 11 meses, incluindo grupos de irmãos, adolescentes em processo de transição para a vida adulta e jovens que permanecem vinculados ao serviço após o desligamento.

Também envolve diretamente as cuidadoras, equipes técnicas, coordenações e demais profissionais, compreendidos como participantes fundamentais da construção e da sustentação da cultura institucional.

Embora as experiências de autonomia sejam desenvolvidas de acordo com a idade, a maturidade, as condições individuais e o momento de vida de cada acolhido, a prática parte do entendimento de que participação, pertencimento, escuta e acesso à própria história são direitos de todas as crianças e adolescentes, não apenas daqueles que se aproximam da maioridade.

4 METODOLOGIA

A prática não corresponde a uma atividade isolada, a um projeto com duração determinada ou a um protocolo rígido. Trata-se de uma construção cotidiana, incorporada às relações, aos atendimentos, aos documentos técnicos, às reuniões e à organização da vida nas casas.

Sua metodologia é sustentada por alguns princípios: participação, individualização, transparência, disponibilidade afetiva, responsabilização compartilhada, direito ao erro, fortalecimento dos vínculos e revisão permanente das práticas institucionais.

4.1 Participação nos relatórios e no Plano Individual de Atendimento

Os relatórios e os Planos Individuais de Atendimento não são compreendidos apenas como documentos técnicos produzidos sobre a criança ou o adolescente. Sempre que possível, são apresentados, explicados e discutidos com eles.

Se o adolescente discorda de determinada informação, pode dizer, corrigir e registrar suas próprias considerações. Isso não significa que o profissional deva retirar toda análise que provoque discordância, mas que precisa ser capaz de explicar tecnicamente o que escreveu e reconhecer que aquela narrativa diz respeito à vida de uma pessoa que tem o direito de conhecê-la e participar de sua construção.

Essa prática também produz efeitos sobre os adultos. Profissionais relatam maior cuidado com as palavras utilizadas porque sabem que o acolhido e sua família poderão ler o documento. A participação, assim, deixa de ser somente um direito assegurado à criança e passa a funcionar como mecanismo de qualificação técnica e responsabilização institucional.

4.2 Assembleias e espaços de fala

As assembleias são realizadas como espaços de diálogo sobre a convivência, a rotina, os conflitos, as necessidades das casas e as propostas dos próprios acolhidos.

Seu sentido não é apenas consultar ou comunicar decisões já tomadas. Sempre que possível, as manifestações devem gerar respostas concretas: mudança de uma regra, reorganização da rotina, aquisição de determinado item, mediação de conflitos ou explicação transparente sobre aquilo que não pode ser atendido.

Participar não significa decidir tudo. Significa saber que a própria opinião será considerada e que, mesmo quando uma decisão não puder corresponder ao desejo manifestado, haverá explicação, respeito e espaço para reação.

4.3 Individualização de regras e combinados

A existência de regras coletivas não elimina a necessidade de considerar a idade, o desenvolvimento, a história, os vínculos, os recursos pessoais e o momento de vida de cada acolhido.

Os horários de saída, o uso do transporte público, a administração do dinheiro, a realização de atividades externas, o uso do celular e outras experiências são trabalhados de maneira progressiva e individualizada. A pergunta deixa de ser apenas “qual é a regra da casa?” e passa a incluir “do que esta criança ou este adolescente precisa neste momento?”.

Quando surge receio diante de uma autorização ou decisão, a equipe discute coletivamente. Essa coesão permite que um profissional sinalize ao outro quando o medo do risco está conduzindo a uma resposta excessivamente rígida.

4.4 Direito ao erro e permanência do vínculo

A construção da autonomia envolve escolhas, frustrações, erros e consequências. Não é possível esperar que um jovem se torne autônomo aos 18 anos se, durante o acolhimento, toda experiência de risco, decisão

ou responsabilidade foi impedida.

A equipe procura sustentar a compreensão de que:

O lugar de errar é ali, enquanto ainda estamos perto deles.

Isso não significa naturalizar comportamentos que produzam riscos. Significa orientar, responsabilizar, reparar e continuar acompanhando.

Se um adolescente dorme fora sem avisar, por exemplo, haverá conversa, orientação e responsabilização. Mas, quando retornar, entrará. É a casa dele. O descumprimento de um combinado não suspende o direito ao pertencimento nem autoriza o serviço a desistir de cuidar.

A expressão utilizada pela equipe para traduzir esse compromisso é simples:

Não desistir de insistir.

4.5 Acesso à equipe e disponibilidade afetiva

Crianças e adolescentes procuram espontaneamente os técnicos e a coordenação, possuem canais diretos de comunicação e podem solicitar ajuda, conversar ou comunicar insatisfações.

A disponibilidade afetiva não elimina limites profissionais. Significa permitir-se estar verdadeiramente presente na relação. A criança acolhida encontra adultos que conhecem detalhes profundos de sua história, família, traumas, comportamentos e processos. Por isso, é importante evitar que essa exposição aconteça diante de profissionais completamente impessoais e emocionalmente indisponíveis.

A relação precisa preservar fronteiras éticas, mas também comunicar interesse genuíno, humanidade e permanência.

4.6 A materialidade como linguagem

A estrutura física também comunica.

Um quarto impessoal, móveis quebrados, objetos padronizados e espaços sobre os quais ninguém pode decidir podem reforçar a sensação de

transitoriedade e não pertencimento. Por outro lado, escolher um lençol, participar da organização do quarto, preservar objetos pessoais e encontrar uma casa agradável são experiências que comunicam dignidade.

Uma casa bonita, confortável e cuidada não representa apenas acesso a bens materiais. Ela comunica:

Estar em casa pode ser bom. Você merece viver em um lugar cuidado.

4.7 Preparação da casa para quem chega

A teoria institucional pode estar registrada nos documentos, nas orientações da coordenação e nas reuniões da equipe técnica. Entretanto, quem realiza concretamente o acolhimento são as cuidadoras e os próprios acolhidos que já vivem na casa.

Quando alguém novo chega, não é o Projeto Político-Pedagógico que abre a porta. É uma cuidadora. E, muitas vezes, são outras crianças e adolescentes que estarão na sala para recebê-lo.

Por isso, a referência técnica é orientada a comunicar previamente a chegada de um novo acolhido, preparar minimamente a casa e conversar com as crianças e os adolescentes sobre empatia, acolhimento e respeito à história de quem chega.

Procura-se ajudá-los a pensar sobre como gostariam de ter sido recebidos quando chegaram e como podem contribuir para que o novo acolhido encontre um ambiente menos ameaçador.

Essa ação ainda não ocorre de maneira uniforme em todas as situações, especialmente diante de chegadas urgentes. Contudo, representa uma direção institucional: qualificar não somente os profissionais, mas também os modos de convivência produzidos entre os próprios acolhidos.

4.8 Formação e transmissão da cultura institucional

A construção da prática acontece por meio de reuniões, estudos de caso, orientações individuais, acompanhamento das unidades, mediação de conflitos, formações e discussões entre equipe técnica, cuidadoras e

coordenação.

Profissionais mais antigos ajudam a apresentar aos novos colaboradores o modo como o Lar procura compreender o cuidado. Ao mesmo tempo, essa cultura permanece aberta ao questionamento e à revisão.

Quando uma prática inadequada é identificada, procura-se não apenas responsabilizar quem a realizou, mas compreender quais concepções a sustentaram, orientar, acompanhar e construir outras possibilidades de atuação.

A transmissão da cultura institucional não acontece somente por documentos formais. Ela ocorre principalmente pela maneira como os profissionais observam uns aos outros, recebem orientações, discutem casos e testemunham como a instituição responde quando uma criança, um adolescente ou um trabalhador questiona determinada conduta.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A experiência ainda não dispõe de um sistema quantitativo específico para mensurar seus resultados. Entretanto, há efeitos observáveis e reiteradamente identificados pela equipe e pelos próprios acolhidos.

O principal deles é a confiança.

Crianças e adolescentes procuram os profissionais espontaneamente, contam situações que poderiam esconder, pedem ajuda, questionam decisões e expressam discordâncias.

Conseguem comunicar inclusive inadequações e possíveis violências ocorridas dentro do próprio serviço, porque acreditam que serão ouvidos e que providências serão tomadas.

Esse aspecto conduz a uma compreensão importante:

Um ambiente seguro não é necessariamente aquele em que nada de errado acontece. É também aquele em que, quando algo acontece, a criança ou o adolescente acredita que pode contar.

A ausência de denúncias nem sempre demonstra ausência de violações. Pode significar ausência de segurança para denunciá-las. Nenhuma gestão consegue garantir integralmente o comportamento de todos os profissionais, mas pode construir uma cultura na qual os acolhidos tenham voz suficiente para comunicar quando a própria instituição falhou.

Também são observados:

- redução dos grandes enfrentamentos, conflitos e evasões;
- maior procura espontânea pela equipe;
- ampliação da capacidade de expressar sentimentos e necessidades;
- maior participação nos relatórios, Planos Individuais de Atendimento e decisões;
- fortalecimento da capacidade de questionar adultos e práticas institucionais;
- maior transparência ao contar situações, mesmo quando sabem que haverá discordância da equipe;
- manutenção de vínculos após o desligamento;
- procura pelo serviço por jovens pós acolhimento em momentos de conquista, dúvida ou dificuldade;
- maior cuidado dos profissionais com a linguagem e com a forma de registrar as histórias;
- transmissão da cultura institucional entre profissionais mais antigos e aqueles que estão chegando;
- maior abertura da própria equipe para questionar a coordenação e rever decisões.

Ao saber que crianças, adolescentes e famílias poderão ter acesso aos relatórios, os profissionais passam a escrever de maneira mais cuidadosa, respeitosa e tecnicamente fundamentada. Expressões padronizadas e classificatórias se tornam mais difíceis de sustentar quando a pessoa sobre quem se escreve poderá perguntar: “Por que você escreveu isso sobre mim?”.

Há, ainda, adolescentes que conseguem contar situações mesmo sabendo que a equipe não aprovará suas escolhas. Isso demonstra que

aprenderam que o erro ou a discordância não romperão necessariamente a relação. Poderá haver orientação, responsabilização e limites, mas o vínculo sobreviverá ao conflito.

Alguns jovens também conseguem compreender determinadas intervenções somente após vivenciarem outros contextos. Aquilo que anteriormente interpretavam apenas como cobrança — acompanhamento escolar, cuidado com o dinheiro, incentivo ao trabalho, combinados e aproximação familiar — passa a ser reconhecido como manifestação de interesse genuíno por suas vidas.

Isso permite distinguir cobrança de controle:

Cuidado não é ausência de cobrança. A questão é o que sustenta a cobrança: o desejo de controlar o outro ou o compromisso de não desistir dele.

Outro resultado importante é que a cultura institucional deixou de depender exclusivamente da coordenação. Profissionais reproduzem, reinterpretem e ensinam esse modo de cuidar e também se sentem autorizados a questionar as próprias lideranças.

Talvez um dos melhores sinais de consolidação de uma cultura institucional seja quando ela consegue confrontar inclusive quem contribuiu para iniciá-la.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer uma boa prática não significa afirmar a existência de uma boa institucionalização. Há limites e contradições inerentes ao acolhimento institucional que nenhuma equipe, por mais comprometida e qualificada que seja, consegue eliminar integralmente.

O serviço de acolhimento é o lugar para onde crianças e adolescentes são encaminhados quando precisam ser afastados de situações de violência. Contudo, também pode ser um espaço que os expõe a novas violações e restrições de direitos.

A estrutura prevista pelas Orientações Técnicas de 2009 representou

um avanço histórico, mas necessita ser analisada diante das demandas contemporâneas. O atendimento de até dez crianças e adolescentes em uma mesma casa, por duas cuidadoras, pode envolver simultaneamente bebês, adolescentes, pessoas com deficiência, crianças com demandas de saúde mental e acolhidos que necessitam de acompanhamento constante.

Quando uma cuidadora precisa acompanhar alguém a uma consulta, atividade escolar ou atendimento especializado, a outra permanece responsável pelas demandas da casa e dos demais acolhidos. O cotidiano passa a ser organizado pelo enfrentamento de urgências, dificultando a disponibilidade individualizada e a construção de estabilidade.

Individualizar o cuidado dentro de uma estrutura organizada para o atendimento coletivo torna-se um exercício permanente de resistência à própria lógica institucional.

A isso se somam o subfinanciamento do serviço, a dificuldade de valorização salarial das cuidadoras, a rotatividade de profissionais, a sobrecarga e o cansaço das equipes, as diferenças de postura entre casas, plantões e profissionais, o elevado número de acolhidos e demandas e a insuficiência de tempo para escuta e convivência.

Existem casas mais rígidas do que outras e profissionais mais disponíveis do que outros. Algumas chegadas ainda acontecem sem a preparação que seria desejável. Em determinados momentos, a urgência atropela a participação. Em outros, o medo do risco quase conduz novamente ao controle excessivo.

Também existem decisões judiciais que precisam ser cumpridas mesmo diante da discordância da criança ou do adolescente. Nessas situações, como ocorre na suspensão de visitas familiares, o serviço não pode deixar de executar a determinação, mas pode cuidar da maneira como comunica, explicar o que está acontecendo e oferecer disponibilidade para acolher a dor e a reação produzidas pela decisão.

A boa prática não está na ausência de contradições. Está também na capacidade de reconhecê-las, discuti-las, repará-las e continuar aprendendo.

A experiência do Lar de São José indica que a preparação para a vida fora do acolhimento não pode ser reduzida a um programa iniciado aos 16 ou 17 anos.

Ela começa na infância e se constrói na vida cotidiana: ao escolher, compreender, participar, discordar, circular, administrar recursos, assumir responsabilidades, experimentar consequências, construir relações confiáveis e perceber que um erro não rompe necessariamente o vínculo.

Preparar para a vida adulta também significa permitir que crianças e adolescentes vivenciem relações nas quais possam ser ouvidos, frustrar-se, pedir ajuda, discordar sem perder pertencimento, ser responsabilizados sem serem humilhados, pedir e receber desculpas, cuidar e ser cuidados.

A prática aqui relatada não nasceu de uma instituição que sempre soube fazer. Nasceu justamente da capacidade de reconhecer que algumas formas de cuidar também produziam medo, silenciamento e distância.

Essa memória precisa ser preservada. Uma instituição que deseja qualificar permanentemente sua atuação deve se lembrar também daquilo que aprendeu que não pode repetir. Esquecer por que uma prática mudou é correr o risco de retomá-la.

Ainda há muito a construir: casas mais dignas e acolhedoras, equipes maiores, valorização das cuidadoras, formação sistemática, maior disponibilidade para as famílias e acolhidos e mecanismos mais consistentes de participação e avaliação.

A proposta não é apresentar o Lar de São José como modelo ideal ou defender que a institucionalização possa substituir adequadamente uma família. Trata-se de assumir uma responsabilidade ética:

Enquanto houver crianças e adolescentes que precisem viver em um serviço de acolhimento, é necessário perguntar permanentemente como fazer com que estar ali lhes retire o mínimo possível daquilo que é próprio da vida.

Talvez seja esse o principal aprendizado da experiência: promover protagonismo exige que a instituição aprenda a abrir mão de parte do protagonismo dos adultos, sem abrir mão da responsabilidade de proteger.

Não se trata de uma metodologia concluída. Trata-se de uma instituição em movimento, que procura continuar se perguntando se a maneira como cuida é, de fato, cuidadosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária 2025–2035.** Brasília, DF, 2025.

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. **Declaração dos Jovens Egressos e em Transição de Cuidados Alternativos.** Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento. Belo Horizonte, 2024.

A TRANSIÇÃO DOS JOVENS QUE SAEM DOS SERVIÇOS DE CUIDADOS ALTERNATIVOS PROGRAMA PRIMEIRA CASA

*Katia Perrone
Simone Gatti*

1 APRESENTAÇÃO

O Programa PRIMEIRA CASA é uma iniciativa da Decor Social e do Fundo FICA, voltada para jovens em situação de vulnerabilidade, jovens pós acolhimento e Repúblicas.

A DECOR SOCIAL atua, através do design social, para que crianças e jovens, em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a espaços de convivência ou moradia que promovam qualidade de vida, bem estar, saúde física e emocional. Somos especialistas em gestão e execução de projetos de reforma e humanização de espaços, pautada em uma tecnologia social apoiada por uma rede de profissionais voluntários e empresas parceiras, que possibilita a entrega de soluções ágeis, de qualidade, com custos reduzidos e elevado impacto social.

Em oito anos de atuação, já foram trinta e oito projetos entregues, mais de quatro mil crianças e jovens impactados diretamente, mais de mil profissionais e voluntários envolvidos, mais de dezenove mil metros quadrados reformados.

”Esse projeto é um sonho que temos há muito tempo na Decor Social, em dar um lar para os jovens que vivem nos abrigos e Repúblicas, e na maioria das vezes, ao completar 18 anos, não têm para onde ir.” Katia Perrone, CEO da Decor Social.

O FICA é uma organização sem fins lucrativos, que desde de 2015 atua pelo direito à moradia, incidindo sobre políticas públicas, adquirindo e gerindo imóveis em São

Paulo, com o objetivo de viabilizar Serviço de Moradia Social para famílias em situação de vulnerabilidade. Como diferencial, o FICA propõe um modelo de moradia que combina impacto social, permanência e acesso à cidade.

Em onze anos de atuação, já são 19 imóveis em gestão do FICA, cerca de 150 pessoas abrigadas, 65 unidades habitacionais e quase 2 mil metros quadrados retirados do mercado especulativo.

”O papel do FICA nessa parceria é oferecer uma moradia acessível, bem localizada e estruturada, com aluguel formalizado e gestão integrada permanente, para jovens pós acolhimento e de Repúblicas.” Simone Gatti, diretora presidente do Fundo FICA.

O Edifício SOMA foi concebido para locação social, e graças a parceria entre a Decor Social e Fundo FICA, agora faz parte do Programa Primeira Casa, onde três apartamentos foram destinados a jovens que estão deixando as Repúblicas. Desses três apartamentos, um já foi finalizado e entregue, outro está em obra e o terceiro está prestes a começar. Novos imóveis já estão em prospecção pelo FICA para a ampliação do programa.

2 OBJETIVO

Ao completar dezoito anos, os jovens que vivem em Sistema de Acolhimento

Institucional para Crianças e Adolescentes, os SAICAs, se deparam com o desafio de deixar os abrigos e seguir de forma independente, em uma realidade de completo despreparo, com baixo índice de aprendizagem e qualificação. Entre as opções disponíveis, muitos retornam às famílias de origem, comumente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, alguns são encaminhados para Repúblicas de Jovens, que não possuem vagas disponíveis para atender a todos que necessitam, e um número crescente se torna morador de rua.

Projeta-se que existam hoje entre 7.500 e 9.000 jovens de 18 a 29 anos vivendo nas ruas da capital paulista. (Observatório Brasileiro de

Políticas Públicas com a População em Situação de Rua e Prefeitura de São Paulo, 2026).

O programa tem como objetivo apoiar esses jovens jovens pós acolhimento e Repúblicas no processo de transição para uma vida mais autônoma, oferecendo moradia estruturada, bem localizada e a custo acessível, além de acompanhamento e uma rede de apoio para que possam construir suas trajetórias com mais segurança, suporte e autonomia.

Além da moradia oferecida, o diferencial desse projeto é o suporte dado aos jovens moradores, através da gestão tripla, que inclui: gestão predial, de manutenção do apartamento, gestão condominial e gestão social.

Os apartamentos destinados ao programa passam por um processo de reforma e transformação, sendo planejados para oferecer ambientes funcionais, acolhedores e adequados às necessidades dos moradores.

O projeto também tem como objetivo que o modelo aplicado seja referencial para políticas públicas, já que atualmente não existe uma que ofereça moradia acessível, bem localizada, e estruturada, para que esse público possa continuar sua vida e conquistar sua autonomia. É fundamental que o governo e a sociedade civil trabalhem em conjunto para enfrentar a crise habitacional e garantir o direito à moradia para todos, especialmente para os jovens.

3 PÚBLICO-ALVO

Trata-se de jovens dos sexos feminino e masculino, de 18 a 25 anos, em situação de extrema vulnerabilidade social - risco pessoal, social, abandono, violência ou negligência, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, jovens pós acolhimento e Repúblicas. Em sua maioria declaram-se como pretos e pardos - cerca de 58%, segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, de 2026.

4 METODOLOGIA

O FICA faz a prospecção dos imóveis, via parceria com construtoras ou projetos de impacto social para viabilizar a cessão dos imóveis para o Programa PRIMEIRA CASA. Instituições parceiras que trabalham com abrigos e repúblicas dos jovens pós acolhimento selecionam os jovens que serão beneficiados, a partir da rede de contatos em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, e Repúblicas de Jovens, reformados pela Decor Social.

Profissionais, arquitetos e designer de interiores, são recrutados pela equipe da Decor Social para desenvolver o projeto de reforma e transformação dos espaços, de forma voluntária. A fase inicial se dá a partir de um encontro entre o profissional responsável e o jovem morador para uma reunião de *briefing*, baseado na escuta qualificada dos mesmos, que é refletido diretamente no resultado final e impacto social gerado pelo projeto.

Enquanto o FICA trata da parte documental da locação social, a Decor Social faz a gestão da reforma junto ao profissional voluntário e mobiliza sua rede de parceiros para doação de itens necessários para realização do projeto.

A entrega do projeto começa com a cerimônia de assinatura do contrato de locação social, seguido da entrega das chaves do apartamento pronto para morar ao jovem beneficiado, e posteriormente é iniciado processo de gestão da moradia social pelo FICA em parceria com a gestão social das organizações parceiras.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao transformar o ambiente de forma técnica considerando não apenas a parte de melhorias estruturais, mas principalmente trazendo a expertise que articula os princípios da neuroarquitetura e o design de interiores, garante-se o direito à moradia digna aos jovens beneficiados

pelo Programa PRIMEIRA CASA.

A forma como os espaços são projetados tem um impacto profundo sobre o comportamento, as emoções e a saúde das pessoas. Isso impacta diretamente no desenvolvimento desses jovens como indivíduos, considerando aspectos relacionados à qualidade de vida, bem estar, saúde física e mental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo agora é mobilizar recursos e parceiros para dar continuidade ao projeto e ampliar esse impacto, possibilitando que mais jovens tenham acesso à moradia digna e à construção de sua autonomia.

É possível acompanhar os três primeiros apartamentos contemplados pelo Programa PRIMEIRA CASA através do perfil no Instagram exclusivamente dedicado ao projeto (@aprimeira_casa).

FUNDO HAJA
CASA DAS JUVENTUDES (CASA CAJU) -
Moradia, autonomia e construção de projetos de vida
para jovens pós Acolhimento Institucional

Douglas Silva
Sandra Meira

1 APRESENTAÇÃO

A Casa das Juventudes (Casa Caju) é uma iniciativa da Associação Haja, conhecida como Fundo Haja, voltada ao apoio de jovens pós acolhimento institucional. O projeto nasceu da percepção de que muitos jovens atingem a maioridade sem uma rede de apoio consistente para enfrentar os desafios da moradia, trabalho, renda, educação e construção da autonomia. A Casa Caju transforma um imóvel restaurado no centro de Campinas em um espaço de moradia, pertencimento, formação e desenvolvimento humano.

2 OBJETIVO

Promover a transição qualificada para a vida adulta de jovens pós acolhimento institucional por meio da oferta de moradia digna, acompanhamento psicossocial, fortalecimento da autonomia, formação cidadã, inserção profissional e participação comunitária.

3 PÚBLICO-ALVO

O projeto atende seis jovens maiores de 18 anos, pós acolhimento institucional de Campinas, que se encontram em processo de construção da vida adulta independente.

4 MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO PROJETO

A Casa Caju foi criada a partir da constatação de que muitos jovens, ao deixarem os serviços de acolhimento, enfrentam dificuldades para acessar moradia, trabalho e oportunidades de formação. O projeto busca oferecer um ambiente protegido de transição para a vida adulta, articulando moradia, desenvolvimento humano, construção de autonomia, trabalho e cidadania.

5 METODOLOGIA

A metodologia está organizada em cinco eixos: moradia digna; acompanhamento psicossocial; formação para autonomia; qualificação profissional; e fortalecimento de vínculos comunitários. São realizados atendimentos individuais, rodas de conversa, oficinas socioeducativas, mediação de conflitos, elaboração de projetos de vida, ações de empregabilidade e articulação com a rede de proteção social. A Casa Caju também desenvolve atividades de Zeladoria Ativa e está conectada à Escola de Restauro do Fundo Haja, que utiliza a preservação do patrimônio cultural como estratégia de formação profissional e cidadã.

6 ESCOLA DE RESTAURO E ZELADORIA ATIVA

Antes mesmo da inauguração da Casa das Juventudes, o Fundo Haja desenvolveu a experiência da **Escola de Restauro**, iniciativa voltada à formação de jovens e adultos nas áreas de construção civil, manutenção, conservação e restauro do patrimônio edificado. A atividade reuniu participantes oriundos de diferentes serviços e organizações parceiras. Um dos diferenciais da experiência está na integração entre moradia e formação prática. Os jovens participam de atividades relacionadas à manutenção, conservação e restauro, aprendendo técnicas de pintura, utilização de ferramentas, segurança do trabalho, organização de canteiro,

uso de EPIs e conservação do patrimônio histórico. Além do desenvolvimento técnico, essas atividades fortalecem responsabilidade, trabalho em equipe, autonomia e pertencimento à cidade.

7 RESULTADOS ALCANÇADOS

Entre os resultados observados destacam-se: acolhimento de seis jovens em moradia segura e acessível; fortalecimento dos vínculos entre moradores e equipe; construção de regras de convivência; desenvolvimento de habilidades para a vida independente; encaminhamentos para oportunidades de trabalho; articulações com empresas, instituições de ensino e serviços públicos; criação de instrumentos de acompanhamento social; e ampliação do acesso dos jovens à cidade, a seus direitos e às oportunidades de formação profissional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa Caju demonstra que o pós-acolhimento exige mais do que uma vaga de moradia. Nosso maior desafio está em oferecermos oportunidades e condições para o desenvolvimento da autonomia pelos jovens ao mesmo tempo que acolhemos e orientamos. A experiência mostra que a autonomia é construída através de oportunidades concretas, acompanhamento qualificado, fortalecimento de vínculos e acesso à educação, trabalho e participação social. Ao unir moradia, patrimônio cultural, cidadania e projeto de vida, a Casa Caju busca oferecer aos jovens condições reais para construir um futuro com dignidade e autonomia.

RELATO DE BOAS PRÁTICAS PARA JOVENS PÓS ACOLHIMENTO

Alessandra Alves de Campos

Alicia Gisselle Funes Luzio Dias

1 APRESENTAÇÃO

O Serviço de Acolhimento em República, conforme especifica a Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, integra os Serviços da Proteção Social Especial - Alta Complexidade.

O município de Presidente Prudente, adequando as Normativas e priorizando o atendimento aos jovens, que por algum motivo permaneceram acolhidos nas Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes até completarem a maioridade, aprova no dia 15 de Maio de 2018, a Lei Municipal nº 9.683/2018 que institui o benefício Bolsa de Serviço Acolhimento em República, destinado a jovens entre 18 e 21 anos, que vivenciaram o processo de transição da situação de acolhimento institucional para uma vida autônoma e inserida na comunidade. O objetivo é garantir auxílio pecuniário de um salário mínimo e acompanhamento técnico especializado visando o apoio à construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia, autogestão e autossustentação dos jovens atendidos e a construção do projeto de vida. O Serviço possui tempo de permanência limitado de 12 meses, podendo ser reavaliado e prorrogado por igual período, até o limite de 48 meses, em função do PIA do jovem formulado em conjunto com a equipe técnica de referência.

Na modalidade Bolsa Serviço de Acolhimento em República ofertada pelo município de Presidente Prudente, a individualidade do jovem é preservada, pois este utiliza o valor da Bolsa para arcar com os custos de aluguel individual, alimentação e contas de consumo e pode escolher desta forma o território de moradia de acordo com sua realidade. Há ainda a possibilidade de dois ou mais jovens atendidos morarem juntos,

caso desejem, para dividir os custos de manutenção da residência, e também a possibilidade das jovens que são mães morarem com seus filhos, garantindo assim a convivência familiar entre eles.

2 OBJETIVOS

Garantir auxílio pecuniário no montante de um salário mínimo federal aos jovens entre 18 e 21 anos, que vivenciam o processo de transição da situação de acolhimento institucional para uma vida autônoma e inserida na comunidade;

Oferecer espaço para uma escuta qualificada e orientações;

Estimular ações que possibilitem a construção de um projeto de vida autônoma; a autossustentação, autogestão e independência;

Processar a inclusão dos jovens no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme suas necessidades, assegurando acesso a direitos e políticas públicas;

Promover ações que possibilitem o fortalecimento/reestabelecimento de vínculos familiares, pautado no desejo dos jovens;

Fortalecer o sentimento de pertencimento e a convivência comunitária;

Estabelecer e aprimorar fluxos e protocolos de atendimento

Sensibilizar e orientar os atores da rede socioassistencial e intersetorial sobre as competências do Serviço de República Jovem e os objetivos do acompanhamento, qualificando os encaminhamentos e demais articulações.

3 PÚBLICO ALVO

Para acolhida e avaliação: Adolescentes com idade a partir de 16 anos em situação de acolhimento institucional, sem perspectiva de reintegração familiar, colocação em família extensa ou substituta e com

previsão de desligamento do SAICA por maioria, com condições para uma vida autônoma e independente (sem perfil para Residência Inclusiva).

Para acompanhamento técnico e recebimento da Bolsa: Jovens pós acolhimento, com idade entre 18 e 21 anos, que passaram pelo processo de acolhida e avaliação.

4 METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia de trabalho privilegia o acompanhamento especializado, contínuo e individualizado, pautado em uma abordagem participativa e dialógica, tendo como princípio a construção conjunta do PIA – Plano Individual de Atendimento. As ações desenvolvidas buscam potencializar a autonomia, a independência, o protagonismo e a capacidade de tomada de decisão dos jovens, bem como favorecer o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a construção de projetos de vida.

O acompanhamento é realizado pela Equipe Técnica de Referência, composta por uma Assistente Social e uma Psicóloga, mediante estratégias diversificadas e flexíveis, definidas de acordo com as necessidades, demandas e especificidades de cada jovem. São realizados atendimentos individuais, presenciais e remotos, em horários diurnos e noturnos; contatos e acompanhamentos contínuos por meio de aplicativos de mensagens; atendimentos coletivos e encontros noturnos, com caráter operativo e reflexivo; oficinas temáticas; visitas e entrevistas domiciliares, em períodos diurnos e noturnos; visitas institucionais; atividades externas de caráter cultural, esportivo e de lazer; articulações e encaminhamentos junto à rede intersetorial de serviços; além de outras estratégias de acompanhamento identificadas como pertinentes ao processo de cada jovem.

A metodologia adotada busca assegurar que o jovem seja sujeito ativo no processo de acompanhamento, participando da identificação de suas necessidades, da definição de objetivos e da avaliação dos avanços alcançados. Nesse sentido, as intervenções da equipe técnica não se

restringem ao atendimento de demandas imediatas, mas visam favorecer o desenvolvimento de competências para a vida autônoma, o acesso a direitos, a ampliação das oportunidades sociais e profissionais e a concretização dos projetos de vida construídos pelos próprios jovens.

Entre os resultados observados, destaca-se o fortalecimento da capacidade de autogestão, autossustentação e independência dos jovens, favorecendo a condução da própria vida e sua inserção e participação na comunidade. O acompanhamento técnico, articulado ao acesso ao auxílio pecuniário, tem ampliado as possibilidades de escolha e tomada de decisões relacionadas à moradia, formação educacional, trabalho, mobilidade, lazer e organização financeira. O recurso financeiro, para além do atendimento às necessidades imediatas, tem possibilitado aos jovens administrar seus recursos, estabelecer prioridades, poupar e realizar investimentos, contribuindo para o desenvolvimento de competências necessárias à vida adulta, maior segurança nas escolhas e melhores condições para a concretização de objetivos pessoais, educacionais e profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida no Serviço de República para Jovens – modalidade Bolsa - demonstra a importância da articulação entre acompanhamento técnico e auxílio pecuniário para o fortalecimento da independência e da capacidade de escolha dos jovens. Os resultados reforçam a relevância dessa modalidade como estratégia de apoio à transição para a vida adulta para que os jovens possam exercer seus direitos, participar da comunidade e conduzir suas trajetórias de forma gradual e cada vez mais independente. Nesse processo, a atuação da equipe técnica permanece fundamental para orientar, acompanhar e fortalecer as escolhas dos jovens, respeitando suas singularidades e seu protagonismo.

As perspectivas para a continuidade do trabalho concentram-se na qualificação do acompanhamento técnico, na implantação e fortalecimento

de estratégias de Educação Permanente e supervisão, no aprimoramento dos fluxos de encaminhamento e da articulação com a rede, especialmente nos processos de transição dos adolescentes dos SAICAs para o Serviço, bem como na ampliação das ações coletivas, oficinas, atividades culturais, de lazer e de desenvolvimento profissional. Busca-se, ainda, viabilizar recursos para a melhoria do espaço físico e fortalecer as estratégias de preparação gradual para o desligamento, considerando as singularidades, potencialidades e necessidades de cada jovem.

Assim, os avanços alcançados, embora coexistam com desafios que demandam atenção da gestão e da rede, reafirmam a relevância do Serviço de República Jovem – modalidade Bolsa - como estratégia de proteção social e apoio à transição para a vida adulta. A continuidade e o fortalecimento dessa oferta mostram-se fundamentais para assegurar condições concretas para o exercício de direitos, a ampliação de oportunidades e o desenvolvimento de trajetórias cada vez mais independentes.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: Uma estratégia de cuidado do Núcleo de Assistência Psicológica do Grupo de Apoio à Adoção (NAP/AME)

Silvia Regina Moreira Vale

1 APRESENTAÇÃO

Fundado em 15 de maio de 2016, em São Luís, Maranhão, o **AME Grupo de Apoio à Adoção (AME GAA)** é uma organização da sociedade civil dedicada à promoção, defesa e garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Filiado à Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), desenvolve ações articuladas ao Sistema de Garantia de Direitos e à rede socioassistencial, direcionadas à promoção da cultura da adoção e ao desenvolvimento de iniciativas voltadas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e familiar, famílias, pretendentes à adoção e demais atores envolvidos nesse contexto.

Entre seus núcleos de atuação encontra-se o **Núcleo de Assistência Psicológica (NAP)**, que desenvolve ações psicológicas e psicossociais voltadas à promoção da saúde mental e à proteção integral de crianças e adolescentes, bem como ao suporte às famílias e aos pretendentes à adoção. Entre suas frentes estão os projetos *Identidade e Trilhas para Autonomia*; o Grupo de Apoio Psicológico a Pais e Pretendentes à Adoção (GAPPPA); atividades de formação e supervisão técnico-ética de estudantes de Psicologia; e a frente de **Atendimentos Psicológicos Individuais (AP)**.

A frente AP foi estruturada a partir da identificação de demandas

de cuidado psicológico de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Esse contexto pode envolver trajetórias atravessadas por afastamento do convívio familiar e comunitário, rupturas ou reorganização de vínculos, mudanças nas condições de vida e diferentes experiências de violação de direitos. Diante dessas demandas, o NAP passou a ofertar acompanhamento psicológico individual como espaço de escuta e cuidado, considerando as singularidades dos sujeitos e as especificidades de suas trajetórias. Nessa perspectiva, a escuta da criança e do adolescente constitui dimensão fundamental do cuidado, reconhecendo-os como sujeitos capazes de expressar suas experiências, necessidades e modos próprios de compreender as situações vivenciadas (Rocha; Hueb; Scorsolini-Comin, 2020).

A prática parte da compreensão de que as demandas psicológicas não devem ser reduzidas à identificação de sintomas ou interpretadas de maneira exclusivamente individual. Embora o atendimento seja realizado individualmente, busca-se compreender as experiências das crianças e adolescentes em articulação com suas histórias de vida, relações, condições institucionais e contextos familiares e sociais, reconhecendo a necessidade de uma atuação psicológica contextualizada e articulada às especificidades do acolhimento institucional (Moreira; Paiva, 2015; Silva et al., 2015).

2 OBJETIVO

A frente de **Atendimentos Psicológicos Individuais (AP)** do NAP/AME tem como objetivo geral oferecer acompanhamento psicológico a crianças e adolescentes em situação de acolhimento

institucional, constituindo um espaço contínuo de escuta e cuidado voltado às demandas apresentadas, às experiências relacionadas às suas trajetórias de vida e às especificidades do contexto de acolhimento.

De modo específico, busca:

- oferecer espaço de escuta, acolhimento e acompanhamento psicológico continuado, considerando as demandas e singularidades das crianças e adolescentes atendidos;
- favorecer o autoconhecimento, a expressão e compreensão de sentimentos, pensamentos e comportamentos, respeitando as características e necessidades de cada etapa do desenvolvimento;
- auxiliar na elaboração de experiências relacionadas às trajetórias de vida, incluindo perdas, rupturas, afastamentos, mudanças e outras experiências significativas;
- ampliar repertórios e recursos de enfrentamento diante das demandas psicológicas e das situações vivenciadas nos diferentes contextos de vida;
- favorecer repertórios relacionados às relações interpessoais e à construção e manutenção de vínculos afetivos e sociais;
- compreender e acompanhar as demandas psicológicas de maneira contextualizada, considerando aspectos individuais, familiares, relacionais, institucionais e sociais;
- identificar necessidades de cuidado que demandem articulação ou encaminhamento para outros serviços e dispositivos da rede de proteção, respeitando as atribuições, os limites técnicos e os princípios éticos da atuação psicológica.

3 PÚBLICO-ALVO

A frente AP destina-se a **crianças e adolescentes, com idade entre 4 e 18 anos, em situação de acolhimento institucional**, vinculados aos serviços parceiros da rede de proteção local.

O público atendido apresenta diferentes trajetórias de vida e demandas psicológicas, que podem estar relacionadas a afastamento do convívio familiar e comunitário, fragilização ou ruptura de vínculos, perdas, negligência, violência e outras experiências que antecedem ou atravessam o acolhimento. Considera-se, ainda, que a própria medida de proteção pode implicar mudanças na rotina, nas relações e nos contextos de convivência, aspectos relevantes para a compreensão das demandas apresentadas.

A inserção na frente ocorre a partir da **identificação da necessidade de acompanhamento psicológico e do encaminhamento realizado pela equipe técnica da instituição de acolhimento parceira**, considerando as demandas apresentadas e as condições de acompanhamento pelo NAP/AME.

4 METODOLOGIA

A experiência da frente AP organiza-se como uma prática de atendimento psicológico sustentada pelos princípios técnicos e éticos da Psicologia e pela perspectiva da proteção integral e dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Seu funcionamento contempla o encaminhamento e a avaliação inicial das demandas, a realização dos atendimentos, o acompanhamento técnico e a supervisão da equipe, além

da interlocução com as instituições de acolhimento e com a rede de proteção.

4.1 Fluxo de encaminhamento e avaliação inicial

O ingresso na frente AP ocorre mediante encaminhamento da equipe técnica da instituição de acolhimento parceira. Após o recebimento da solicitação, realiza-se o levantamento inicial da demanda, com coleta de informações relevantes sobre o histórico psicossocial, contexto atual, motivo do encaminhamento e necessidades identificadas. Essa etapa subsidia a compreensão inicial do caso e a definição das condições de acompanhamento.

Definida a inclusão, o caso é direcionado ao responsável pelo atendimento, considerando as características e demandas apresentadas e as condições disponíveis na frente AP.

4.2 Organização dos atendimentos psicológicos

Os atendimentos são realizados **semanalmente, com duração aproximada de 50 minutos**, em espaços que assegurem condições adequadas de privacidade e sigilo. As sessões podem ocorrer nos consultórios do Serviço-Escola de Psicologia do Centro Universitário UNDB, instituição parceira do NAP/AME, ou em espaços reservados nas unidades de acolhimento, conforme as condições estabelecidas para cada acompanhamento.

O planejamento das intervenções considera as demandas identificadas inicialmente e aquelas que emergem ao longo do processo, respeitando a etapa do desenvolvimento, a trajetória de vida e o contexto atual de cada criança ou adolescente. Os atendimentos são registrados

individualmente em **prontuário psicológico**, observadas as orientações técnicas e éticas aplicáveis à documentação decorrente da prestação de serviços psicológicos.

O acompanhamento é organizado inicialmente em **ciclos semestrais**, com reavaliação ao término do período. São considerados o percurso realizado, os objetivos trabalhados, as demandas que permanecem e a necessidade de continuidade. O atendimento pode ser prorrogado quando indicada sua manutenção ou encerrado em razão do alcance dos objetivos estabelecidos, da avaliação técnica, de alterações nas medidas de proteção ou do desligamento do serviço de acolhimento, observando-se, sempre que possível, as condições necessárias para uma finalização cuidadosa e os encaminhamentos pertinentes.

4.3 Formação, acompanhamento técnico e supervisão

A preparação da equipe constitui componente estruturante da frente AP. Os integrantes passam por **formação teórico-prática** relacionada ao acolhimento institucional, adoção, desenvolvimento infantojuvenil, atuação psicológica, aspectos éticos e especificidades das demandas acompanhadas.

A inserção de estudantes e monitores de Psicologia ocorre progressivamente e de forma compatível com seu nível de formação, mediante atividades de observação e acompanhamento de integrantes mais experientes, sob supervisão, sem atribuição de responsabilidade técnica autônoma aos estudantes.

A sustentação técnica da prática ocorre por meio de **supervisões semanais**, conduzidas pela psicóloga designada pela coordenação do Núcleo, destinadas à discussão dos casos, análise das demandas,

planejamento e avaliação das intervenções e reflexão sobre questões técnicas e éticas relacionadas ao acompanhamento.

4.4 Articulação com as instituições de acolhimento e a rede de proteção

A frente AP mantém interlocução com as equipes técnicas das instituições de acolhimento e, quando necessário e pertinente, com outros serviços da rede de proteção. Essa articulação busca favorecer a compreensão contextual das demandas e a continuidade do cuidado, respeitando os limites da atuação profissional, o sigilo e o compartilhamento apenas das informações necessárias ao acompanhamento e à proteção da criança ou do adolescente.

Quando são identificadas necessidades que ultrapassam o escopo do atendimento oferecido, são discutidas possibilidades de articulação e encaminhamento para outros serviços ou dispositivos da rede, observando-se as demandas identificadas e as atribuições dos diferentes atores envolvidos no cuidado.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados da frente AP são apresentados a partir dos registros institucionais e da análise da experiência acumulada pelo NAP/AME, considerando o alcance e a continuidade dos atendimentos, a organização do cuidado, a supervisão técnica, a articulação institucional e os aprendizados decorrentes da prática. Como não foram utilizados instrumentos padronizados de avaliação pré e pós-intervenção, os resultados não correspondem à mensuração de mudanças clínicas individuais, mas a **evidências do alcance, da organização e do**

desenvolvimento da frente de trabalho.

5.1 Alcance e continuidade dos atendimentos

A continuidade da frente AP possibilitou a manutenção da oferta de acompanhamento psicológico individual associada à organização dos processos de encaminhamento, avaliação inicial, atendimento, registro, supervisão e reavaliação.

Os registros institucionais demonstram que, nos dois semestres de **2025**, foram realizados **85 atendimentos psicológicos individuais**, **68 sessões de supervisão técnica** e **8 reuniões de alinhamento com as equipes técnicas das instituições de acolhimento**. No primeiro semestre de **2026**, foram registrados **40 atendimentos individuais envolvendo 6 crianças e adolescentes** e **15 encontros de supervisão técnica**. Esses são os principais indicadores quantitativos disponíveis na documentação da experiência

Quadro 1 – Indicadores de execução da frente de Atendimentos Psicológicos (AP)

Período	Atendimentos psicológicos individuais	Crianças/ adolescentes acompanhados	Supervisões Técnicas	Reuniões de alinhamento
2025	85	Não informado no registro apresentado	68	8
2026.1	40	6	15	Não informado no registro apresentado

Fonte: Registros institucionais do NAP/AME (2025–2026).

Os indicadores demonstram que a execução da frente envolve,

além dos atendimentos diretos, atividades de acompanhamento técnico e interlocução institucional, articulando cuidado individual, supervisão da prática e comunicação com os serviços de acolhimento

5.2 Organização do cuidado e resultados da implementação

Para além dos indicadores quantitativos, a experiência permitiu identificar resultados relacionados à organização do cuidado, à continuidade dos acompanhamentos, à sustentação técnico-clínica e à articulação institucional. O Quadro 2 sintetiza os principais resultados e suas evidências.

Quadro 2 – Síntese dos resultados alcançados pela Frente de Atendimentos Psicológicos (AP)

Dimensão	Resultado identificado	Evidências da experiência
Oferta de cuidado psicológico	Manutenção de acompanhamento psicológico individual para crianças e adolescentes em acolhimento institucional	Atendimentos semanais, registros individualizados e organização dos acompanhamentos em ciclos semestrais
Organização do fluxo de cuidado	Consolidação de etapas para encaminhamento, avaliação inicial, acompanhamento, reavaliação e encerramento	Fluxo estruturado entre instituição parceira e NAP/AME
Continuidade do acompanhamento	Estabelecimento de acompanhamento periódico e possibilidade de continuidade conforme as demandas identificadas	Reavaliação ao final dos ciclos semestrais e definição de continuidade ou encerramento
Sustentação técnico-clínica	Consolidação da supervisão como componente permanente da frente AP	Supervisões semanais e discussão sistemática dos casos

Articulação institucional	Fortalecimento da interlocução entre a frente AP e as equipes dos serviços de acolhimento	Reuniões de alinhamento, contatos técnicos e compartilhamento das informações necessárias ao acompanhamento
Escuta e cuidado individualizado	Oferta de espaço individual de escuta e acompanhamento das demandas psicológicas	Atendimento orientado pelas singularidades, trajetória de vida, etapa do desenvolvimento e contexto de acolhimento
Compreensão contextual das demandas	Ampliação da compreensão das demandas para além de uma leitura exclusivamente individual	Consideração de aspectos familiares, relacionais, institucionais e sociais no acompanhamento
Formação e qualificação da prática	Articulação entre atendimento, formação e acompanhamento técnico dos integrantes da frente	Capacitação, inserção progressiva, supervisões e discussão sistemática dos casos

Fonte: Elaboração da autoria a partir dos registros e da experiência da frente AP/NAP/AME.

Os resultados evidenciam que a frente AP não se restringe à oferta de sessões individuais, mas se estrutura como um conjunto articulado de ações de cuidado, supervisão e interlocução institucional. Essa organização favorece uma prática sensível às singularidades das crianças e adolescentes e, simultaneamente, aos contextos relacionais, institucionais e sociais que atravessam suas experiências.

5.3 Potencialidades, aprendizados e desafios

Entre as principais potencialidades da experiência destacam-se a oferta continuada de um espaço individual de escuta e cuidado psicológico, a organização de um fluxo de acompanhamento, a supervisão técnica sistemática e a articulação com as equipes dos serviços de acolhimento. Um dos aprendizados centrais foi a

necessidade de **compreender comportamentos, emoções e formas de estabelecer vínculos em relação às trajetórias de vida e aos contextos nos quais crianças e adolescentes estão inseridos**, articulando o atendimento individual a uma **compreensão contextual e psicossocial**.

Quadro 3 – Potencialidades e desafios identificados na experiência

Potencialidades	Desafios
Oferta continuada de espaço Individual de escuta e cuidado psicológico	Interrupções decorrentes da dinâmica e da provisoriedade do acolhimento
Organização de fluxo de encaminhamento e acompanhamento	Reintegrações familiares, adoções, transferências e desligamentos durante o acompanhamento
Supervisão técnica sistemática	Compatibilização de horários, espaços e rotinas institucionais
Articulação com as equipes dos serviços de acolhimento	Necessidade permanente de articulação entre os diferentes atores envolvidos
Compreensão contextual e psicossocial das demandas	Conciliar interlocução institucional, proteção integral e preservação do sigilo
Flexibilidade do acompanhamento diante das singularidades dos casos	Manter continuidade e estabilidade diante de trajetórias marcadas por mudanças

Fonte: Elaboração da autoria a partir dos registros e da experiência da frente AP/NAP/AME.

Os desafios identificados demonstram a necessidade de conciliar **continuidade e flexibilidade**. A natureza provisória do acolhimento pode resultar em mudanças no acompanhamento em razão de reintegrações familiares, adoções, transferências ou desligamentos, enquanto as rotinas institucionais demandam compatibilização de horários, espaços e interlocução entre equipes. Soma-se a isso o desafio de preservar a singularidade e o sigilo do atendimento e, simultaneamente, compartilhar com as instituições e a rede de proteção apenas as informações necessárias à continuidade do cuidado e à garantia

de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida pela frente de **Atendimentos Psicológicos Individuais (AP)** do NAP/AME evidencia a relevância da oferta de acompanhamento psicológico a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, considerando as singularidades de suas trajetórias e as demandas que emergem nesse contexto. Ao longo de sua implementação, a frente consolidou uma organização do cuidado que articula atendimento individual, avaliação e reavaliação das demandas, registros, supervisão técnica e interlocução com as instituições de acolhimento, buscando assegurar continuidade, sustentação técnico-ética e compreensão contextualizada das experiências acompanhadas.

Os resultados alcançados demonstram que a contribuição da AP não se restringe à realização de atendimentos individuais, mas envolve a construção de condições técnicas e institucionais para a sustentação do cuidado psicológico. **A regularidade dos atendimentos, a organização em ciclos semestrais, a supervisão sistemática, a formação dos integrantes e a articulação com os serviços de acolhimento constituem elementos importantes da experiência.** O percurso desenvolvido também reafirma a necessidade de compreender as demandas apresentadas em relação às histórias de vida e aos contextos familiares, relacionais, institucionais e sociais que atravessam as crianças e adolescentes, evitando leituras individualizantes ou descontextualizadas do sofrimento psicológico.

A experiência também evidencia desafios relacionados à

dinâmica do acolhimento institucional e à continuidade dos acompanhamentos. Nesse sentido, a manutenção e o aprimoramento da frente AP demandam investimento permanente na qualificação da equipe, na supervisão técnica, na articulação com os serviços de acolhimento e a rede de proteção e na construção de estratégias que favoreçam transições e encerramentos cuidadosos. A trajetória do NAP/AME aponta, assim, para a importância de práticas psicológicas que articulem **escuta singularizada, continuidade do cuidado, compromisso ético e compreensão psicossocial**, reconhecendo crianças e adolescentes em acolhimento institucional como sujeitos de direitos e participantes de seus processos de cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; PAIVA, Ilana Lemos de. **A atuação do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 3, p. 507-517, 2015. DOI: 10.4025/psicoestud.v20i3.27288.

ROCHA, Isabela Silva; HUEB, Martha Franco Diniz; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Emprestar os ouvidos: a escuta da criança em acolhimento institucional**. Estudos de Psicologia (Natal), Natal, v. 25, n. 4, p. 424-435, 2020. DOI: 10.22491/1678-4669.20200042.

SILVA, Christie Dinon Lourenço da; DENARDI, Raquel Cristina; BECKER, Ana Paula Sesti; DELVAN, Josiane da Silva. **A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2015.

SERVIÇO TRANSITAR: Oficinas de culinária com jovens e a aquisição de habilidades para a vida adulta

Alberto Borges Valente Neto¹⁵

Edir Evaristo da Silva¹⁶

Jéssica Gomes Silvestre Filipov¹⁷

Pamela Ferreira de Lira¹⁸

1 APRESENTAÇÃO

O Serviço Transitar é um serviço socioassistencial vinculado ao Departamento de Proteção Social Especial (DPSE) da Secretaria de Assistência Social do município de Osasco. O Serviço Transitar foi instituído pela Lei Municipal nº 5.188/2022 (OSASCO, 2022) e regulamentado pela Portaria nº 06, de 03 de maio de 2023 (OSASCO, 2023). Embora sua construção histórica e execução remonte a anos

¹⁵ Supervisor Técnico do Serviço Transitar, vinculado ao Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social do município de Osasco. É psicólogo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e Mestre em psicologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: ab_valente@hotmail.com

¹⁶ Psicólogo, formado pela Universidade São Judas Tadeu, com especialização em Psicodrama pelo Instituto Sedes Sapientiae. Realiza atendimentos clínicos particulares, além de atuar no Serviço Transitar - vinculado ao Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social do município de Osasco. E-mail: edevaristo@gmail.com

¹⁷ Assistente social formada pela Universidade Cruzeiro do Sul, com especialização em Serviço Social no campo Sóciojurídico por Faculdade Doctum- CEFATEF. Atua no Serviço Transitar - vinculado ao Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social do município de Osasco, além de atuar como Perita Judicial. E-mail: jessica.silvesttre@gmail.com

¹⁸ Psicóloga de formação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização em Saúde do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Atualmente atua como gerente técnica de SAICA no município de Osasco no Departamento de Proteção Social Especial. E-mail: supervisaodpse.sas@osasco.sp.gov.br

anteriores, oficialmente, foi inaugurado no dia 26 de fevereiro de 2023.

Conforme Valente Neto; Salomon e Silva (2025) o Serviço Transitar surge da necessidade da política pública municipal em ofertar um apoio mais qualificado na transição para a vida adulta aos adolescentes e jovens que se encontram em medida de proteção judicial ou sejam dela egressos, atuando com a faixa etária dos 16 anos completos aos 21 anos incompletos.

Possuindo como objetivo principal ofertar apoio ao processo de maioridade dos adolescentes e jovens em situação de acolhimento (institucional e familiar) ou dela egressos, a atuação do Serviço Transitar é realizada de modo integrado e dialógico como as equipes dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAS), haja vista que o acompanhamento se inicia a partir dos 16 anos dos participantes.

Esse cenário caracteriza uma importante linha argumentativa, que se refere aos processos de autonomia dos adolescentes e jovens. Pode-se observar a importância dessa discussão já na própria lei que institui o Serviço Transitar (OSASCO, 2022) que estabelece em seu Art. 1º, um conjunto de onze objetivos organizados em torno da noção de autonomia, alguns desses objetivos destacam o acompanhamento e apoio aos adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento institucional para a vida autônoma e inserção na comunidade, contemplando desde o desenvolvimento de projeto profissional e de moradia até o uso planejado do dinheiro, o autocuidado e a ampliação do repertório cultural. A discussão se apresenta como muito relevante para a condução do Serviço, visto que, se ela for simplesmente compreendida de modo isolado, corre-se o risco de reduzir o conceito de autonomia a um conjunto de habilidades teórico e práticas a serem adquiridas individualmente. Essa não é uma leitura incomum, pois ainda é realizada no próprio campo de atuação socioassistencial. O Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Tempos de Covid-19, de Bernardi (2020), recorre a uma definição dicionarizada de autonomia associada à independência e à autogestão

individual, tratando a autossuficiência como consequência direta dela, o que confirma que essa concepção segue circulando no discurso socioassistencial hegemônico sobre adolescentes desacolhidos por maioria (FERREIRA, 2017).

Em contraponto a essa leitura, o Serviço Transitar busca se estabelecer na concepção de autonomia como uma coconstrução, assim como na leitura proposta por Torres e Gouveia (2013) em documento norteador da Política Nacional de Assistência Social, onde é estabelecido que a autonomia depende de um conjunto de fatores que incluem o próprio sujeito, sua história e sua rede de relações, sendo indissociável dos contextos institucional e político-social nos quais está inserido. É a partir dessa chave de leitura, com a autonomia como processo relacional, e não como conquista solitária, que se sustenta teoricamente a atuação do Serviço Transitar.

Dentro dessa perspectiva, têm-se que a atuação da equipe do Serviço Transitar visa contemplar as necessidades dos usuários de forma individualizada, respeitando as singularidades de cada caso e compreendendo uma atuação que abrange atendimentos técnicos individualizados; atendimentos em grupo; oficinas temáticas; visitas domiciliares para os usuários desacolhidos; passeios culturais; acompanhamento em atividades externas; entre outras ações pertinentes e congruentes com os objetivos do Serviço.

É a partir dessa possibilidade de atuação abrangente e que respeita a singularidade dos adolescentes e jovens, conjuntamente com a atuação próxima aos SAICAS, que pôde ser observada uma demanda importante para a construção de possibilidades para ganho de autonomia dos usuários do Serviço Transitar, que são as atividades relacionadas à manipulação de alimentos na cozinha.

É de conhecimento das equipes que compõem o trabalho com acolhidos em SAICAS a necessidade de que:

Crianças e adolescentes devem ter a oportunidade de participar da organização do cotidiano do serviço de acolhimento, por meio do

desenvolvimento de atividades como, por exemplo, a organização dos espaços de moradia, limpeza, programação das atividades recreativas, culturais e sociais (BRASIL, 2009, p. 28).

Dentro dessa perspectiva, compreende-se que é importante para os adolescentes participarem da organização da rotina da unidade, com fins de que eles possam entrar em contato com práticas essenciais que os desenvolverão para o exercício de uma vida adulta autônoma e inserida na comunidade. Entretanto, observou-se que, por mais que as equipes de SAICA busquem se organizar para ofertar espaços adequados para a concretização de determinadas tarefas, algumas ainda se apresentam como muito desafiadoras, como é o caso das atividades propostas na cozinha, visto que há diversos elementos presentes que dificultam a organização da tarefa, como manuseio de materiais perfurocortantes; utilização de materiais aquecidos; questão da organização do alimento para todos os usuários presentes na unidade; controle de qualidade dos alimentos; entre outras situações que transcorrem em uma cozinha de uma instituição que atende a diversos usuários. Embora cozinhar seja uma habilidade extremamente importante para a manutenção de uma vida autônoma, notou-se que era uma competência negligenciada pelos jovens acompanhados pelo Serviço, devido aos desafios e arranjos institucionais. A presença do Serviço Transitar no município de Osasco veio a contribuir para sua mudança. Destarte, de forma complementar ao acompanhamento psicossocial ofertado a seus usuários, o Serviço Transitar realizou oficinas de culinária em sua própria unidade, visando facilitar o acesso dos adolescentes e jovens na confecção de alimentos, respeitando a particularidade de cada caso, mas propondo a oferta da possibilidade de cozinhar.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Garantir a realização de oficinas de culinária que proporcionem um espaço adequado para que adolescentes e jovens usuários do Serviço Transitar possam manipular alimentos e confeccionar refeições.

2.2 Objetivos Específicos

- Aquisição de habilidades necessárias para a autonomia dos usuários no que se refere a cozinhar suas próprias refeições;
- Compreender as potencialidades de cada usuário, para ofertar o apoio necessário no ganho de habilidades para a manutenção de uma vida adulta autônoma;
- Vincular os usuários do Serviço Transitar com o espaço físico da unidade, gerando um pertencimento autêntico com o espaço que é voltado para a utilização dos adolescentes e jovens;
- Possibilitar aos usuários o desenvolvimento de uma atividade criativa, onde eles possam entrar em contato com produtos confeccionados por si próprios, elevando a sua autopercepção em relação à sua capacidade de criar algo;
- Trabalhar as questões vinculadas ao desenvolvimento de uma tarefa em grupo, que consiste em organização do espaço e um cuidado necessário para as interações que se sucedem entre os usuários e com os usuários e equipe;
- Fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de habilidades sociais;
- Identificar e discutir temas e situações relevantes que afetam o cotidiano dos jovens, além de oportunizar atendimento individual, discussão em equipe e atuação interdisciplinar.

3 PÚBLICO-ALVO

Usuários do Serviço Transitar, que são adolescentes de 16 e 17 anos que estejam sob medida de proteção judicial e jovens adultos de 18 anos completos aos 21 anos incompletos que sejam egressos de medida de proteção judicial.

4 METODOLOGIA

As oficinas de culinária tiveram início já no ano de 2023, quando o Transitar foi inaugurado. A partir de janeiro de 2024, passam a ocorrer duas vezes por semana, em turmas diferentes. Os horários e sua duração, são pensados de forma a garantir a participação da maioria dos usuários. Todavia, como o serviço funciona em horário limitado (de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h), alguns jovens não conseguem participar.

As oficinas de culinária ocorrem no espaço físico do Serviço Transitar, mais especificamente na cozinha da unidade, que conta com espaço amplo e adequado para a utilização de até 5 usuários por turma. A cozinha possui um fogão industrial com 6 bocas; geladeira com 2 portas; mesa redonda com 5 cadeiras; pia ampla e demais eletrodomésticos utilizados para a confecção dos alimentos.

Há duas oficinas semanais, uma realizada no período da manhã e outra no período da tarde. A oficina do período da manhã possui como foco a produção de refeição mais completa, como um almoço e a oficina do período da tarde a produção de refeições rápidas, como lanches, doces e salgados. A divisão dos participantes ocorre por diversos fatores: quantidade máxima de participantes possíveis no dia; interesse e disponibilidade dos usuários; situações de grave conflito entre usuários - impedindo participação conjunta; disponibilidade de materiais; agendas previstas pelos SAICAS; entre outras situações que possam modificar a participação de determinados usuários em cada oficina.

Os materiais disponíveis são enviados pela Secretaria de Assistência

Social, passando por controle de profissional da nutrição. Periodicamente os profissionais do Serviço Transitar informam sobre o estoque de materiais e produzem solicitações para o envio de itens que se demonstrem necessários. O espaço do Serviço Transitar também conta com uma horta hidropônica, onde os adolescentes e jovens podem realizar a coleta de materiais com o auxílio dos profissionais da unidade. Por se tratar de um serviço público, não há acesso a materiais que não estão previstos nas licitações correntes, de modo que há uma necessidade de adaptação das oficinas em utilizar os recursos que se apresentam disponíveis.

Duas profissionais do Serviço Transitar ficam como responsáveis pela mediação das oficinas: uma profissional cozinheira e uma educadora social. As oficinas são montadas de acordo com as potencialidades e os desafios de cada usuário, visto que o público apresenta níveis de habilidades diversos, com adolescentes e jovens PcDs também frequentando o espaço. As profissionais do Serviço realizam uma organização prévia, propondo a refeição que será realizada no dia da oficina, entretanto, há abertura para que os próprios usuários apresentem as refeições que queiram fazer, desde que possíveis a partir dos recursos disponíveis. Quando o usuário demonstra desejo em realizar uma refeição que não é possível a partir dos materiais e recursos disponíveis, também há a possibilidade de o próprio usuário trazê-los, inclusive custeando-os com a bolsa auxílio paga pelo Serviço Transitar (OSASCO, 2023).

A partir da escolha da refeição que será confeccionada, os usuários, com auxílio das profissionais mediadoras, se dividem em tarefas de acordo com o desejo e/ou habilidades. As profissionais do Serviço Transitar buscam apenas realizar as mediações necessárias, ofertando os modelos de como confeccionar a tarefa e auxiliando os usuários para que eles possam realizá-las de modo autônomo. Busca-se também ofertar as orientações necessárias para o desenvolvimento pessoal de cada usuário e também para o bom andamento da tarefa em grupo, as mediações de conflito acontecem a partir de combinados realizados tanto de modo individualizado quanto em grupo. A opinião e o desejo dos adolescentes e jovens é também

estimulada pelas profissionais, que buscam proporcionar espaço adequado para que os usuários possam falar sobre o que estão entendendo acerca da atividade proposta. Ao final da tarefa, os usuários consomem a refeição confeccionada em conjunto dos funcionários da unidade, proporcionando um momento de interação e vinculação entre os presentes na unidade.

A cada oficina é realizado o devido registro por escrito dos participantes, desenvolvimento da tarefa e refeição que fora confeccionada, assim como registros fotográficos como preconiza o tópico que versa sobre a organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente (BRASIL, 2009, p. 52). Periodicamente as profissionais da oficina se reúnem com os demais membros da equipe em supervisões, com a finalidade de transmitirem as situações vivenciadas nas oficinas e articularem com o acompanhamento proposto a cada um dos usuários do Serviço.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Considerando o período de janeiro de 2024 ao início de setembro de 2026, podemos considerar os seguintes dados:

Quantidade de oficinas de culinária	
Ano	Total
2024	76
2025	67
2026	43
Total:	186

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Total de presenças de usuários	
Ano	Quantidade
2024	218
2025	174
2026 (até 03/09)	90
Total	482

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os usuários participantes relatam valorizar muito o espaço ofertado pelas oficinas de culinária. Na lógica adotada pelo Serviço Transitar de construir em conjunto com os usuários as tarefas, diversas situações já puderam ser dialogadas em coletivo, como por exemplo assembleias em que os usuários realizaram combinados para a participação efetiva nas oficinas, pois algumas situações como atrasos muito longos deixam os usuários que já estão participando e confeccionando as refeições muito incomodados com a possibilidade de outros adolescentes e jovens chegarem muito atrasados e não comporem o processo de execução da tarefa, mas tão somente o de comerem a refeição. Em diálogo e combinados coletivos, os próprios usuários determinaram que outros usuários só poderão comer as refeições produzidas se chegarem atrasados, caso os usuários que estejam na oficina votem a favor dessa possibilidade em sua maioria.

As oficinas têm proporcionado diversos momentos de visualização do desenvolvimento das habilidades dos usuários em acompanhamento pelo Serviço Transitar, não apenas de habilidades voltadas para a confecção dos alimentos, mas também sobre convívio coletivo, capacidade de trabalho em grupo, respeito aos materiais e ao espaço entre outras situações que são acompanhadas tanto no âmbito do acompanhamento individual quanto no coletivo de atividades realizadas na unidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das oficinas de culinária do Serviço Transitar demonstra, na prática, a concepção de autonomia que fundamenta teoricamente a atuação do Serviço, ou seja, não como uma habilidade adquirida isoladamente, mas como um processo relacional, construído coletivamente entre os usuários, a equipe e o próprio espaço institucional. Os dados apresentados com 186 oficinas realizadas e 482 presenças registradas entre janeiro de 2024 e setembro de 2026, evidenciam a consolidação da atividade como parte estruturante da rotina do Serviço, e não como uma ação pontual ou meramente complementar.

Mais do que o desenvolvimento técnico da confecção de alimentos, as oficinas têm se mostrado um dispositivo relevante de vinculação dos adolescentes e jovens com o espaço físico da unidade e entre os próprios pares. O episódio das assembleias em que os usuários construíram coletivamente os combinados sobre atrasos ilustra bem essa dimensão: a autonomia não se restringe ao ato individual de cozinhar, mas se expressa também na capacidade de negociar, deliberar e responsabilizar-se em grupo por decisões que afetam a todos, habilidades igualmente centrais para a vida adulta autônoma que o Serviço Transitar procura construir em conjunto com os adolescentes e jovens.

Cabe destacar ainda os desafios inerentes à condução da proposta em um serviço público, sobretudo no que se refere às limitações de recursos previstos em processos licitatórios, o que demanda constante adaptação criativa por parte da equipe mediadora para garantir a continuidade e a qualidade das oficinas. Nesse sentido, iniciativas complementares, como a horta hidropônica da unidade, têm se somado como estratégias importantes para ampliar as possibilidades de trabalho, mesmo diante das restrições institucionais.

Por fim, entende-se que a sistematização dessa experiência contribui para reforçar a importância de espaços de cuidado prático e cotidiano, muitas vezes negligenciados nos processos de acolhimento institucional,

como parte fundamental da preparação de adolescentes e jovens para uma vida autônoma e inserida na comunidade. Espera-se que este relato possa inspirar a replicação de iniciativas semelhantes em outros serviços que acompanham processos de transição para a vida adulta.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, D. C. F. **Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Tempos de Covid-19: apresentação dos resultados**. Volume 1. São Paulo: NECA / Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária / Fice Brasil, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, DF: MDS, 2009.

FERREIRA, Mariana Belluzzi. **Impasses do desacolhimento institucional por maioria: psicanálise e articulação de rede territorial**. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, Mariana Belluzzi; ROSA, Miriam Debieux. **Desacolhimento institucional por maioria: entre o pertencimento, a segregação e o desamparo**. In: PEITER, Cynthia; FERREIRA, Marcia Regina Porto; GHIRARDI, Maria Luiza de Assis Moura (org.). **Desamparo, acolhimentos e adoções: escutas psicanalíticas**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 45-60.

OSASCO (SP). Lei nº 5.188, de 21 de setembro de 2022. **Institui o Serviço**

Transitar para acompanhar e apoiar o processo de transição de adolescentes, em situação de acolhimento, e jovens, para uma vida autônoma e inserção na comunidade. Imprensa Oficial do Município de Osasco, Osasco, SP, 23 set. 2022.

OSASCO (SP). Secretaria de Assistência Social. Portaria nº 06, de 03 de maio de 2023. **Dispõe sobre a regulamentação do “Serviço Transitar”, instituído pela Lei Municipal nº 5.188, de 21 de setembro de 2022.** Imprensa Oficial do Município de Osasco, Osasco, SP, 3 maio 2023.

TORRES, A. S.; GOUVEIA, M. J. A. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos.** Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

VALENTE NETO, Alberto Borges; SALOMON, Carolina Maria Pamplona Ribeiro; SILVA, Edir Evaristo da. **Serviço Transitar: ofertando acompanhamento para jovens egressos de serviços de acolhimento.** In: MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza (org.). **Minha vida fora do acolhimento: a transição dos jovens que saem dos Serviços de Cuidados Alternativos.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2025. p. 429-439.

APRENDER A MORAR, DECIDIR E CONSTRUIR A PRÓPRIA VIDA A - Moradia como experiência educativa de autonomia para jovens Pós-Acolhimento

Lucas Jose Rodrigues

1 APRESENTAÇÃO

Para muitos jovens, tornar-se adulto não acontece em um único dia. A passagem para a vida adulta é construída progressivamente, com experiências, tentativas, escolhas, responsabilidades, apoio familiar e oportunidades para aprender.

Para jovens que viveram parte significativa de suas trajetórias em serviços de acolhimento, essa passagem pode acontecer de maneira muito diferente. Ao atingir a maioridade, precisam lidar quase simultaneamente com decisões relacionadas a moradia, trabalho, renda, estudos, alimentação, saúde, vínculos, documentos, organização doméstica e planejamento do futuro.

A República de Jovens de Limeira foi criada para atuar justamente nesse período.

Há aproximadamente três anos, a experiência desenvolvida pelas Aldeias Infantis SOS Brasil no município oferece moradia temporária e acompanhamento socioeducativo para jovens pós acolhimento institucional em processo de construção da vida independente.

O serviço está organizado em duas residências, uma masculina e outra feminina, com capacidade para seis jovens em cada casa, totalizando doze vagas.

Mas a República não é apenas uma solução habitacional. Sua principal característica está na compreensão da própria moradia como espaço educativo e construtivo. Na República, aprender autonomia acontece enquanto a vida acontece diariamente.

Planejar as compras da semana, organizar o orçamento, preparar alimentos, dividir responsabilidades, cuidar dos espaços, administrar conflitos,

cumprir horários, conciliar estudo e trabalho, marcar uma consulta, utilizar serviços públicos, lidar com imprevistos e decidir o destino do próprio dinheiro deixam de ser temas ensinados apenas em oficinas e passam a fazer parte da experiência cotidiana. A vida compartilhada torna-se, assim, um campo concreto de aprendizagem.

O jovem não é preparado para uma vida que começará depois da República, ele começa a experimentar essa vida enquanto ainda dispõe de uma estrutura de apoio capaz de orientar, acompanhar, conversar sobre erros, reorganizar decisões e construir novos caminhos. Essa característica distingue a experiência.

O objetivo não é substituir uma instituição de acolhimento por outra instituição residencial. Ao contrário, a República procura realizar uma transição progressiva entre a proteção institucional e a vida autônoma.

O apoio permanece, mas muda de natureza.

O jovem passa a assumir progressivamente responsabilidades que antes eram exercidas por adultos ou pela instituição, enquanto a equipe acompanha seu processo de desenvolvimento e intervém na intensidade necessária.

Por isso, a República pode ser compreendida como uma casa de passagem entre dois momentos da vida, sem ser apenas uma passagem física.

É uma passagem de responsabilidades. De decisões. De relações. E, sobretudo, de construção e desenvolvimento da autonomia.

2 OBJETIVO

A República de Jovens de Limeira tem como objetivo apoiar jovens pós acolhimento institucional na transição para a vida adulta e independente, oferecendo moradia temporária, acompanhamento socioeducativo e oportunidades concretas para o desenvolvimento progressivo da autonomia.

A proposta busca fortalecer capacidades relacionadas a:

• moradia e organização doméstica	• trabalho e geração de renda
• educação e formação profissional	• saúde física e saúde mental
• gestão financeira	• construção de vínculos e redes de apoio
• convivência	• participação social
• tomada de decisão	• planejamento do futuro
• Projeto de Vida	

A autonomia é compreendida como processo progressivo. Isso significa que o jovem não precisa chegar à República sabendo administrar sozinho todos os aspectos da vida adulta. A República existe justamente porque determinadas competências ainda estão em desenvolvimento. O acompanhamento procura identificar habilidades que cada jovem já consegue realizar de maneira autônoma, que realiza com algum apoio ou que ainda precisa ser desenvolvida. A partir dessa leitura, são construídos objetivos individuais e experiências práticas de desenvolvimento.

3 PÚBLICO-ALVO

A República atende jovens pós acolhimento institucional que atingiram a maioridade e ainda necessitam de apoio estruturado para realizar a transição para uma vida independente.

São jovens com trajetórias diversas. Alguns chegam trabalhando; outros ainda buscam sua primeira oportunidade profissional. Alguns concluíram o ensino médio; outros precisam reconstruir sua trajetória escolar. Há jovens com redes familiares parcialmente preservadas e outros com redes muito fragilizadas ou inexistentes.

Também existem diferenças significativas nos níveis de autonomia, organização financeira, capacidade de planejamento, saúde emocional e

experiência com responsabilidades domésticas. Essa diversidade exige que o acompanhamento não seja padronizado. Embora a moradia seja compartilhada, o percurso de autonomia é individual.

A estrutura atual dispõe de duas casas, uma masculina e outra feminina, com capacidade para seis moradores cada. A pequena escala das residências favorece uma experiência mais próxima da vida comunitária e permite que responsabilidades e decisões cotidianas sejam efetivamente assumidas pelos próprios jovens.

4 METODOLOGIA

A principal característica metodológica da República de Limeira pode ser expressa de forma simples:

A autonomia é aprendida no exercício cotidiano da própria autonomia.

Isso significa que a metodologia não separa artificialmente aprendizagem e vida real. A casa é o ambiente onde parte importante das competências é exercitada. Ao mesmo tempo, cada jovem possui acompanhamento individual, planejamento de desenvolvimento e suporte da equipe.

4.1 Acolhida e construção do vínculo

A entrada na República não é tratada apenas como mudança de endereço. O período inicial busca conhecer a trajetória do jovem, para isso é iniciado o seu processo de transição ainda no acolhimento institucional para identificar suas expectativas, seus receios, suas competências, sua situação educacional e profissional, sua rede de apoio e suas condições atuais de autonomia.

O vínculo com a equipe é fundamental para que o acompanhamento não seja confundido com fiscalização. O profissional precisa ser reconhecido como referência capaz de apoiar decisões, orientar situações difíceis e estimular o desenvolvimento sem assumir aquilo que o

próprio jovem pode realizar.

4.2 Avaliação da autonomia

Durante a sua permanência na República, o acompanhamento procura conhecer diferentes dimensões da vida do jovem. São observadas questões relacionadas a organização cotidiana, educação, trabalho, renda, saúde, rede de apoio, gestão financeira, convivência, participação, responsabilidades domésticas, Projeto de Vida e Protagonismo da sua própria história. Essa leitura permite estabelecer prioridades diferentes para cada morador.

Um jovem pode apresentar boa inserção profissional e grande dificuldade financeira, outro pode organizar adequadamente sua rotina doméstica mas precisar de apoio para retomar os estudos. Outro pode possuir renda e escolaridade, porém enfrentar fragilidade emocional ou ausência de rede de apoio. A individualização permite que a República não trate todos os jovens da mesma maneira.

4.3 Projeto de Vida e planejamento individual

Cada jovem é acompanhado na construção de objetivos relacionados à sua trajetória. O Projeto de Vida funciona como referência para decisões concretas:

- | | |
|--|--|
| • Onde quero morar? | • Que trabalho pretendo desenvolver? |
| • Desejo estudar? | • Quanto preciso ganhar para viver sozinho? |
| • Quanto preciso guardar? | • Que pessoas fazem parte da minha rede? |
| • O que preciso aprender antes de sair da República? | • Quais problemas preciso resolver primeiro? |

Essas perguntas transformam desejos em planejamento. As metas são acompanhadas e revistas conforme a trajetória se modifica.

4.4 A casa como laboratório de autonomia

Na República, grande parte do aprendizado acontece por meio das responsabilidades cotidianas. Os jovens participam da organização da residência e aprendem progressivamente a administrar tarefas necessárias para uma vida independente, incluindo planejamento de compras, alimentação, limpeza, organização dos espaços, conservação dos bens, administração do tempo e divisão de responsabilidades.

Uma compra de supermercado, por exemplo, pode se tornar uma experiência de gestão: é necessário identificar o que falta, estabelecer prioridades, comparar preços, avaliar o orçamento disponível, decidir o que comprar e organizar o consumo até a próxima compra.

O mesmo acontece com as despesas. Os jovens aprendem a compreender contas de água, energia, telefone, transporte, alimentação e outras despesas que farão parte de sua vida futura. Assim, conceitos como orçamento deixam de ser abstratos e passam a estar relacionados à própria experiência.

4.4 Educação financeira na vida real

A gestão financeira constitui uma dimensão central do processo. O jovem é acompanhado para compreender sua renda, mapear despesas, diferenciar necessidades e desejos, estabelecer prioridades e desenvolver planejamento. Podem ser trabalhados:

- controle mensal de despesas
- uso responsável de conta bancária
- prevenção do endividamento
- construção de reserva financeira
- planejamento de compras
- compreensão de cartão de crédito
- organização de pagamentos
- planejamento dos custos de uma futura moradia

A intenção não é controlar o dinheiro do jovem. É ampliar sua capacidade de tomar decisões financeiras conscientes.

4.5 Trabalho, renda e formação profissional

A inserção profissional é trabalhada como parte fundamental da sustentabilidade da vida independente. A equipe pode apoiar elaboração de currículo, busca de vagas, preparação para entrevistas, organização de documentos, encaminhamento para cursos e aproximação com empresas e serviços de empregabilidade.

Quando o jovem já está trabalhando, o acompanhamento pode abordar permanência no emprego, relações profissionais, cumprimento de horários, planejamento da renda e perspectivas de crescimento. A formação profissional também integra o percurso: cursos técnicos, profissionalizantes e outras oportunidades são articulados de acordo com interesses e Projetos de Vida.

4.6 Educação

O acompanhamento educacional procura evitar que a urgência por renda leve ao abandono definitivo dos estudos. A equipe dialoga com cada jovem sobre escolarização, retomada de estudos, conclusão da educação básica, cursos técnicos e possibilidades de ingresso no ensino superior. Quando necessário, são realizados encaminhamentos, apoio para matrícula, organização da rotina e acompanhamento das dificuldades de permanência.

4.7 Saúde e saúde mental

A construção da autonomia também depende da capacidade de cuidar da própria saúde. Os jovens são estimulados a conhecer e utilizar a rede pública, agendar consultas, organizar documentos, compreender tratamentos e assumir progressivamente a responsabilidade pelo próprio cuidado. Situações que demandam acompanhamento psicológico, medicamentoso ou outros serviços especializados são encaminhados e acompanhados pela equipe.

O suporte psicológico não pretende produzir dependência do profissional. Busca oferecer condições para que o jovem compreenda suas

necessidades, reconheça sinais de sofrimento, desenvolva estratégias de autocuidado e construa referências externas à República.

4.8 Convivência e gestão de conflitos

Compartilhar uma casa implica negociar diferenças de hábitos, horários, organização, alimentação, visitas e responsabilidades podem produzir conflitos. Essas situações não são vistas apenas como problemas a eliminar: quando não envolvem risco ou violência, podem se transformar em oportunidades educativas e potencializar a autogestão e autonomia do jovem.

A equipe atua mediando diálogos e ajudando os jovens a desenvolver comunicação, negociação, capacidade de escuta, responsabilização e construção de acordos. A convivência prepara para outras relações que continuarão existindo fora da República, em moradias compartilhadas, relações afetivas, trabalho, estudo, família e comunidade.

4.9 Construção de rede de apoio

Um dos desafios mais importantes da saída do acolhimento é não confundir autonomia com isolamento. Por isso, o acompanhamento procura identificar e fortalecer pessoas e instituições que possam continuar fazendo parte da vida do jovem — familiares, amigos, antigos educadores, serviços públicos, profissionais, grupos comunitários, instituições de ensino e outras referências.

A meta não é que o jovem saia da República sem precisar de ninguém. É que saia sabendo com quem pode contar e como acessar apoio quando necessário.

4.10 Participação dos jovens

Os jovens participam das decisões relacionadas à própria vida e também da organização cotidiana das residências. Reuniões, conversas coletivas e espaços de pactuação permitem discutir funcionamento da casa, responsabilidades, convivência, coletividade, necessidades e propostas.

A experiência procura substituir uma lógica em que adultos (outros

profissionais) decidem tudo, por outra em que o jovem aprende progressivamente a participar das decisões que interferem em sua vida.

4.11 Preparação para a saída

O desligamento da República não deve acontecer de maneira abrupta. Ao longo do acompanhamento, são trabalhadas as condições necessárias para uma moradia independente e sustentável. Antes da saída, devem ser observadas questões como:

- fonte de renda
- alternativa de moradia
- organização doméstica
- documentação
- planejamento financeiro
- capacidade de organizar despesas
- continuidade dos estudos ou trabalho
- saúde
- rede de apoio
- Projeto de Vida

A saída deixa de ser apenas a data em que o jovem entrega uma chave. Passa a ser resultado de um percurso.

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao longo de aproximadamente três anos de funcionamento, a República de Limeira vem acumulando experiências relacionadas à transição de jovens pós acolhimento para a vida independente. Para demonstrar como esses resultados poderão ser apresentados quando os dados oficiais forem consolidados, utiliza-se provisoriamente o seguinte cenário:

Indicador	Resultado (hipotético)
Jovens que passaram pelas duas residências (3 anos)	16
Desligamento planejado para moradia independente, compartilhada ou com rede de apoio	4
Experiências de inserção profissional durante o acompanhamento	16
Permanência em emprego formal/renda regular por mais de 6 meses	6
Retomaram, permaneceram ou concluíram etapas da escolarização	2
Participaram de cursos de qualificação ou formação profissional	6
Encaminhados ou acompanhados em serviços de saúde	7 - entender melhor
Acesso a acompanhamento psicológico ou saúde mental	8
Participaram de atividades de educação financeira	16
Evolução na capacidade de administrar compras e responsabilidades domésticas	16
Construíram planejamento financeiro para a futura saída	2
Fortaleceram/ampliaram ao menos uma referência de apoio externa	9

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Esses números são apenas uma simulação de apresentação e não constituem resultados oficiais.

5.1 Resultados que ultrapassam os números

A experiência da República permite observar mudanças que nem sempre aparecem adequadamente em indicadores quantitativos:

- Um jovem que passa a preparar sua própria alimentação.
- Um jovem que aprende a marcar sozinho uma consulta.
- Uma jovem que começa a planejar quanto custará o aluguel antes de decidir sair.
- Outro que começa a guardar parte do salário.
- Outro que consegue permanecer em um trabalho depois de experiências anteriores de ruptura.
- Um morador que, depois de um conflito, consegue conversar com o colega e construir um acordo.

Essas mudanças aparentemente cotidianas são centrais para a proposta. Autonomia é formada por inúmeras pequenas competências que, combinadas, tornam possível administrar uma vida.

6 O DIFERENCIAL DA EXPERIÊNCIA

A principal contribuição da República de Limeira está em não separar moradia e desenvolvimento. Em muitos programas, a habitação é tratada como recurso material e o acompanhamento socioeducativo como atividade paralela. Na República, essas duas dimensões se encontram fortalecendo sua autonomia:

- A conta de energia pode ensinar planejamento.
- Uma refeição pode ensinar organização, alimentação e corresponsabilidade.
- A compra da semana pode ensinar gestão financeira.
- Um conflito entre moradores pode ensinar negociação e gestão de conflito.

- Uma primeira contratação pode ensinar responsabilidade profissional e senso de urgência.
- Uma consulta médica pode ensinar prevenção, saúde e autocuidado.
- A busca por um apartamento pode ensinar a estabelecer metas e planejamento de futuro.

O cotidiano deixa de ser apenas cenário da intervenção. Ele se torna parte da metodologia.

7 APRENDIZADOS PRODUZIDOS PELA EXPERIÊNCIA

Autonomia não é ausência de apoio

Um jovem pode pagar suas próprias contas e ainda precisar de orientação para lidar com uma situação emocional ou profissional. Outro pode cozinhar e organizar perfeitamente uma casa, mas ainda não possuir renda estável. Por isso, autonomia não é considerada uma condição única que o jovem possui ou não possui: ela é construída em diferentes dimensões e ritmos.

Errar também faz parte do aprendizado

Aprender autonomia exige espaço para experimentar. Um orçamento que não funcionou, uma compra mal planejada ou uma dificuldade de organização podem ser utilizados pedagogicamente. A função da equipe não é impedir todo erro — é evitar riscos graves e ajudar o jovem a compreender consequências, responsabilização e reorganizar escolhas e aprender com a experiência.

A equipe precisa saber apoiar sem substituir

Esse talvez seja um dos maiores desafios profissionais da República. É mais rápido fazer pelo jovem; é mais educativo construir condições para que ele faça. A qualidade do acompanhamento depende da capacidade da equipe de reconhecer quando intervir, quando orientar, quando fazer junto e quando permitir que o próprio jovem assuma a

decisão.

A convivência é uma experiência educativa

Morar com outras pessoas exige competências que serão utilizadas por toda a vida. Negociar regras, comunicar incômodos, respeitar diferenças, assumir responsabilidades e reparar conflitos são aprendizagens de autonomia.

A saída precisa ser construída desde a entrada

A República existe para que o jovem possa sair dela. Isso significa que a preparação para o desligamento não deve começar apenas nos últimos meses: desde o início, a experiência cotidiana precisa contribuir para que o jovem construa condições concretas e seguras para morar fora do serviço.

8 QUALIFICAÇÃO METODOLÓGICA DA EXPERIÊNCIA

Ao longo de seu desenvolvimento, a República de Limeira também vem participando de um processo de sistematização e qualificação metodológica. A experiência acumulada contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos voltados à avaliação da autonomia, Gestão de Caso, planejamento individual, Projeto de Vida, acompanhamento, participação e preparação para o desligamento.

A equipe de Limeira também participou diretamente da construção do Manual de Apoio à Autonomia das Aldeias Infantis SOS Brasil, contribuindo com profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia.

Mais recentemente, foram realizadas formações técnicas, reuniões individuais e coletivas com a equipe e momentos específicos de escuta dos jovens sobre expectativas, sonhos, funcionamento da República e compreensão de seus próprios processos de autonomia.

Esse movimento procura transformar experiência prática em conhecimento sistematizado. A intenção é que aquilo que funciona não permaneça apenas como conhecimento individual de determinados profissionais: precisa ser documentado, discutido, aperfeiçoado e

transformado em metodologia capaz de orientar outras equipes.

9 POTENCIAL DE REAPLICAÇÃO

A experiência de Limeira apresenta componentes que podem contribuir para outros territórios interessados em estruturar serviços de República ou outras modalidades de moradia de transição. Entre os principais componentes estão:

• moradias de pequena escala	• acompanhamento individualizado
• avaliação multidimensional da autonomia	• Projeto de Vida
• participação dos jovens na gestão cotidiana	• educação financeira aplicada à vida real
• responsabilidade progressiva pela organização doméstica	• articulação entre moradia, trabalho, renda e educação
• acompanhamento de saúde e saúde mental	• fortalecimento de redes de apoio
• gestão educativa dos conflitos	• preparação progressiva para a saída
• continuidade de acompanhamento quando necessária após o desligamento	

A reaplicação, entretanto, não significa copiar a rotina de uma casa. O elemento essencial está na lógica metodológica.

Boa prática

A moradia precisa deixar de ser apenas aquilo que se oferece ao jovem e passar a ser aquilo por meio do qual ele aprende a construir sua própria vida.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República de Jovens de Limeira responde a uma questão que acompanha todo o debate sobre o pós-acolhimento:

Como transformar proteção em autonomia sem transformar autonomia em abandono?

A experiência construída ao longo de aproximadamente três anos sugere que essa passagem precisa ser gradual. O jovem precisa ter espaço para assumir responsabilidades antes de estar completamente sozinho diante delas.

- Precisa administrar dinheiro antes de depender exclusivamente dele para sobreviver.
- Precisa experimentar organização doméstica antes de ser responsável integralmente por uma casa.
- Precisa construir relações de apoio antes que as referências institucionais desapareçam.

Nesse sentido, talvez a principal inovação da República não esteja em possuir duas casas. Está no modo como essas casas são compreendidas: não são o destino final, são espaços onde a vida independente começa a ser ensaiada em condições reais.

A cada compra planejada, conta organizada, conflito resolvido, oportunidade profissional conquistada, curso iniciado, consulta marcada, refeição preparada ou decisão assumida, o jovem amplia sua capacidade de conduzir a própria trajetória.

O trabalho da equipe é progressivamente deixar de ocupar o centro. O objetivo é que, ao final do percurso, as decisões, responsabilidades, relações e projetos pertençam cada vez mais ao próprio jovem. Por isso, a República de Limeira pode ser compreendida não apenas como uma política de moradia. Ela é uma experiência educativa de transição para a vida adulta.

Síntese

A casa é temporária. Porém as competências, vínculos e possibilidades construídos nela precisam permanecer.

DEPOIS DOS 18: A permanência do vínculo como dispositivo de transição para a vida adulta após o Acolhimento Institucional

Aline Poliana Antônia Dufan

1 APRESENTAÇÃO

Completar dezoito anos possui um significado particular para adolescentes que cresceram ou permaneceram parte importante de sua trajetória em serviços de acolhimento institucional. Se, para muitos jovens, a chegada à maioridade civil ocorre em meio à permanência das referências familiares, materiais e afetivas, para o adolescente acolhido esse marco pode representar também o encerramento de uma medida protetiva e a necessidade de assumir, em um espaço muito curto de tempo, responsabilidades relacionadas à moradia, trabalho, renda, documentação, circulação pela cidade, organização da vida cotidiana e construção de novos vínculos.

O presente relato nasce da experiência do Projeto Ebenézer na gestão do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes no município de Santa Luzia/MG, especialmente a partir das situações de desligamento por maioridade acompanhadas desde 2023.

Nesse período, três jovens chegaram aos dezoito anos durante sua permanência no serviço e vivenciaram o processo de desligamento institucional. Entre essas experiências, duas trajetórias mobilizaram de maneira particularmente significativa a equipe e produziram uma reflexão que ultrapassou os limites formais do acolhimento.

Após o desligamento, percebeu-se que o encerramento da medida protetiva não correspondia, necessariamente, ao encerramento das necessidades de referência, orientação, escuta e apoio construídas durante o acolhimento.

As jovens continuaram, em diferentes momentos e por diferentes razões, recorrendo às pessoas que haviam ocupado lugares significativos

em suas trajetórias institucionais.

Não havia, naquele momento, um programa formal de acompanhamento de jovens pós acolhimento sendo executado pela organização. O que existia era algo menos estruturado institucionalmente, mas profundamente significativo do ponto de vista relacional: um vínculo que sobrevivia ao desligamento.

Telefonemas, mensagens, pedidos de orientação, conversas diante de decisões importantes e a procura espontânea pelas antigas referências do serviço passaram a demonstrar que a transição para a vida adulta não se encerrava na data em que a adolescente completava dezoito anos.

A experiência produziu uma pergunta que passou a orientar nossa reflexão:

O que acontece com o vínculo quando termina o acolhimento?

A maioria civil estabelece uma fronteira jurídica e administrativa. Entretanto, a constituição da autonomia não obedece ao calendário com a mesma precisão. Aos dezoito anos, o jovem pode tornar-se legalmente responsável por si, mas isso não significa que, subjetivamente, socialmente e materialmente, esteja preparado para enfrentar sozinho todas as exigências da vida adulta.

Essa constatação levou a equipe a compreender que o processo de desligamento precisava ser pensado não como um acontecimento pontual, mas como uma travessia. E toda travessia pressupõe um ponto de partida, um percurso e a possibilidade de construir referências para seguir adiante.

Foi a partir dessa experiência que começamos a compreender a permanência do vínculo não como dependência institucional, mas como uma possível tecnologia de cuidado na transição para a vida adulta.

Posteriormente, essa experiência contribuiu para a elaboração do projeto “*Adolescências, Convivência e Participação Cidadã: Construindo uma transição segura para a vida adulta*”, destinado a adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses.

A proposta passou a estruturar aquilo que a experiência com as jovens pós acolhimento havia nos ensinado: *é preciso começar a trabalhar*

a saída antes que ela aconteça.

2 OBJETIVO

O objetivo desta boa prática é sistematizar a experiência de acompanhamento e manutenção de referências relacionais com jovens pós acolhimento institucional após o desligamento por maioridade, compreendendo o vínculo construído durante o acolhimento como possível elemento de sustentação da transição para a vida adulta.

Busca-se ainda demonstrar como a experiência concreta com jovens que completaram dezoito anos produziu aprendizado institucional e contribuiu para a elaboração de estratégias preventivas voltadas aos adolescentes que ainda se encontram próximos da maioridade. Mais do que preparar adolescentes para “sair do acolhimento”, pretende-se contribuir para que construam recursos subjetivos, sociais e concretos para habitar a própria vida, reconhecendo-se como sujeitos de direitos, desejos, escolhas e responsabilidades.

3 PÚBLICO-ALVO

A experiência relatada teve como protagonistas jovens desligadas do Serviço de Acolhimento Institucional em razão da maioridade. A partir das necessidades identificadas nesse acompanhamento, entretanto, o olhar institucional foi ampliado para adolescentes que se aproximam dos dezoito anos, especialmente aqueles cuja perspectiva de reintegração familiar ou colocação em família substituta se apresenta reduzida.

Essa mudança é importante.

Se determinadas dificuldades se apresentam repetidamente depois dos dezoito anos, parte delas pode começar a ser trabalhada antes do desligamento.

Por isso, o projeto posteriormente elaborado pelo Projeto Ebenézer definiu como público adolescentes entre 15 e 17 anos e 11 meses, em

situação de vulnerabilidade social e/ou risco.

A experiência com os jovens pós acolhimento, portanto, deixou de produzir somente respostas posteriores ao desligamento e passou a subsidiar uma perspectiva preventiva.

4 METODOLOGIA

O vínculo que permanece

A metodologia desta experiência não nasceu inicialmente como protocolo.

Ela nasceu do encontro.

Após o desligamento das jovens, algumas das referências construídas durante o acolhimento permaneceram acessíveis. Quando surgiam dificuldades, dúvidas ou decisões importantes, havia a possibilidade de procurar alguém que conhecesse parte de sua história e pudesse oferecer escuta e orientação.

Progressivamente, compreendemos que aquela disponibilidade possuía uma função importante. Não se tratava de prolongar o acolhimento. Também não se pretendia substituir a família, decidir pela jovem ou produzir uma relação permanente de dependência em relação à instituição.

O desafio era justamente o contrário: permanecer como referência enquanto fosse necessário, sem impedir que novas referências fossem construídas.

Uma leitura a partir da psicanálise

A experiência passou a ser refletida também a partir da psicanálise. O sujeito não deixa sua história na porta da instituição quando recebe o documento de desligamento. As experiências de abandono, separação, pertencimento, rejeição, proteção e vínculo continuam produzindo efeitos para além da medida protetiva.

Nesse sentido, o desligamento institucional precisa considerar não somente a saída física do jovem, mas aquilo que essa separação representa

subjetivamente. A autonomia não pode ser confundida com ausência de vínculos. Pelo contrário. A possibilidade de separar-se pressupõe, muitas vezes, a existência anterior de algum vínculo suficientemente estável para que a separação possa acontecer sem ser experimentada como mais um abandono.

Por isso, nossa experiência passou a trabalhar com uma ideia aparentemente simples: *desligar-se não precisa significar desaparecer*. A instituição pode deixar de ocupar o lugar de responsável pela proteção cotidiana daquele jovem sem que todas as pessoas significativas constituídas durante sua trajetória precisem desaparecer simultaneamente de sua vida.

Aproximações com o acompanhamento terapêutico

A posterior reflexão sobre essa experiência também encontrou importantes aproximações com alguns fundamentos do acompanhamento terapêutico. Não estamos afirmando que foi instituído formalmente um serviço de acompanhamento terapêutico para as jovens pós acolhimento.

Trata-se de reconhecer que alguns elementos presentes naquela prática se aproximavam desse campo: a presença, a escuta, a circulação, o acompanhamento do sujeito em situações concretas da vida e a construção de possibilidades no território.

A vida adulta não acontece apenas dentro de uma sala de atendimento. Ela acontece na rua, no trabalho, na escola, no banco, no transporte público, na procura e regularização de documentos, na administração do primeiro salário, na escolha de um curso, na busca por atendimento nas políticas públicas, nas relações amorosas, nos conflitos, na organização de uma casa e, também, na solidão de determinadas decisões. É nesses espaços cotidianos que o jovem experimenta concretamente sua autonomia, confronta-se com escolhas, limites, direitos e deveres e, progressivamente, constrói recursos para conduzir a própria vida. E é justamente nesses espaços que o jovem precisa aprender a circular.

Por isso, a função daquele que acompanha não é fazer pelo jovem,

mas estar ao lado enquanto ele aprende a fazer por si.

A escuta como dispositivo de construção da autonomia

Por isso, a função daquele que acompanha não é fazer pelo jovem, mas estar ao lado enquanto ele aprende a fazer por si. Esse “estar ao lado”, contudo, não significa uma presença que antecipa respostas, resolve dificuldades ou determina previamente qual caminho deverá ser seguido. Pela via da escuta orientada pela psicanálise, acompanhar implica sustentar um espaço no qual o jovem possa falar, formular suas próprias perguntas, reconhecer seus desejos, elaborar suas angústias e, progressivamente, responsabilizar-se pelas escolhas que realiza. Há uma diferença importante entre dar uma resposta ao jovem e ajudá-lo a construir uma resposta própria. Em trajetórias marcadas por acolhimento, rupturas, afastamentos e sucessivas intervenções institucionais, é possível que muitas decisões fundamentais tenham sido tomadas por adultos, instituições ou pelo próprio Sistema de Garantia de Direitos. Ainda que muitas dessas decisões tenham sido necessárias à proteção, a preparação para a vida adulta exige um deslocamento: gradativamente, o adolescente precisa deixar de ocupar somente o lugar daquele sobre quem se decide para experimentar o lugar daquele que participa das decisões sobre sua própria vida.

A escuta, nesse sentido, não é passividade. Escutar não significa concordar com tudo, tampouco retirar limites ou responsabilidades. Ao contrário: significa reconhecer que existe um sujeito naquela trajetória e que ele precisa ser convocado a falar sobre aquilo que deseja, sobre as consequências de suas escolhas e sobre aquilo que está disposto a fazer para construir seu projeto de vida. Diante de uma dificuldade, portanto, a primeira intervenção não precisa ser necessariamente apresentar uma solução. Algumas vezes, será mais importante perguntar: “O que você pensa sobre isso?”; “O que você deseja fazer?”; “Quais possibilidades você consegue perceber?”; “O que pode acontecer se você fizer essa escolha?”; “De que ajuda você precisa?”; “O que você consegue fazer sozinho e em que ainda precisa ser acompanhado?” São perguntas aparentemente

simples, mas que produzem uma mudança fundamental: devolvem ao jovem uma posição ativa diante da própria existência.

Vínculo não é dependência

Nessa perspectiva, o vínculo construído durante o acolhimento também adquire outra função. Um vínculo suficientemente seguro não deveria produzir dependência, mas oferecer condições para que o jovem possa experimentar o mundo sabendo que existe uma referência à qual poderá recorrer enquanto constrói outras referências. Assim, permanecer disponível depois do desligamento não significa perpetuar a institucionalização. O objetivo não é manter o jovem ligado indefinidamente ao serviço, mas possibilitar que a relação construída possa servir como ponte entre a proteção institucional e a vida no território.

A pergunta deixa de ser apenas “como desligar esse jovem?” e passa a ser também: “de que maneira podemos ajudá-lo a construir novos lugares de pertencimento para que o desligamento não seja vivido como mais uma experiência abrupta de abandono?” A separação, nessa perspectiva, pode acontecer gradualmente. O jovem passa a procurar menos porque consegue resolver mais; deixa de necessitar de determinadas mediações porque construiu novos recursos; encontra outras pessoas, serviços e espaços de pertencimento. A diminuição da necessidade daquela referência anterior pode, inclusive, ser compreendida como um resultado positivo do acompanhamento.

Da escuta ao acesso a direitos

Essa concepção também modifica a forma de trabalhar o acesso a direitos. Garantir direitos não significa apenas informar ao jovem que determinado serviço existe ou encaminhá-lo formalmente para uma política pública. É necessário favorecer condições para que ele aprenda a reconhecer suas necessidades, identificar onde buscar atendimento, compreender os caminhos institucionais e, progressivamente, acessar esses espaços com maior autonomia. Em determinados momentos, acompanhar poderá significar ir junto. Em outros, ajudá-lo a descobrir onde precisa ir. Posteriormente, poderá significar apenas perguntar como foi. Até que,

progressivamente, aquele jovem consiga realizar sozinho aquilo que anteriormente exigia a presença de um adulto de referência. É uma passagem do “eu faço por você”, para o “vamos fazer juntos”, depois para o “você faz e, se precisar, estou aqui”.

Essa progressividade é fundamental.

O acesso a direitos pode ser trabalhado concretamente na emissão e organização de documentos; na inserção e permanência na escola; na busca por qualificação profissional e trabalho; no acesso à saúde; na utilização do transporte público; na procura pelos serviços socioassistenciais; no conhecimento sobre benefícios; na abertura e utilização de conta bancária; na compreensão de contratos; na organização de despesas e no reconhecimento dos equipamentos existentes no território.

O próprio projeto posteriormente elaborado pela instituição incorporou essa perspectiva ao prever ações que ampliem o acesso à informação e aos serviços de educação, saúde, transporte, cultura, esporte e lazer, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sua metodologia também contempla visitas a equipamentos institucionais, públicos e privados, e ações no território.

Direitos, deveres e responsabilização

Entretanto, preparar para a vida adulta exige trabalhar não apenas a dimensão dos direitos, mas também a dos deveres e da responsabilização. Reconhecer o adolescente como sujeito de direitos não significa colocá-lo em uma posição na qual nenhuma responsabilidade possa lhe ser atribuída. Ao contrário, tornar-se sujeito de sua própria história implica reconhecer progressivamente que escolhas produzem consequências e que viver em sociedade envolve direitos, limites, compromissos e responsabilidades.

A escuta psicanalítica pode contribuir justamente para que a responsabilização não seja confundida com punição. Diante de uma escolha que produziu consequências negativas, o acompanhamento pode evitar tanto o extremo da condenação — “você fez tudo errado” — quanto o extremo da desresponsabilização — “não há nada que você possa fazer”. Entre esses dois lugares, abre-se uma terceira possibilidade: “isso

aconteceu; qual foi sua participação nisso e o que você pode fazer a partir de agora?” Essa posição é particularmente importante na preparação para a vida adulta.

Cumprir horários, cuidar dos próprios documentos, administrar recursos, respeitar regras de convivência, assumir compromissos escolares e profissionais, cuidar do espaço onde vive, compreender limites nas relações, comparecer aos atendimentos necessários e aprender a responder pelas próprias decisões também fazem parte da construção da autonomia. Não se trata de produzir obediência, mas responsabilidade.

Da tutela ao protagonismo

O objetivo final do acompanhamento, portanto, contém um aparente paradoxo: acompanhar para que, progressivamente, nossa presença deixe de ser necessária. O êxito não está em fazer com que o jovem continue procurando a instituição para resolver todas as suas dificuldades. Está em perceber que aquilo que antes precisava ser feito por ele passou a ser feito com ele e, posteriormente, pôde ser realizado por ele próprio. É nesse movimento que vínculo, escuta, direitos e deveres se encontram.

A instituição deixa progressivamente de ocupar o lugar daquele que sabe o que é melhor para o jovem e passa a favorecer condições para que ele possa formular seus próprios projetos, fazer escolhas, suportar algumas frustrações, reconhecer limites, buscar direitos e responsabilizar-se por seus atos. Nesse sentido, autonomia não é solidão e proteção não precisa significar tutela.

Talvez uma das funções mais importantes daquele que acompanha seja exatamente sustentar essa passagem: do fazer pelo jovem ao fazer com o jovem; do fazer com o jovem ao permitir que ele faça; e, finalmente, do estar permanentemente presente ao tornar-se uma referência que ele sabe que existe, mas da qual já não precisa depender para conduzir a própria vida. É nesse ponto que o acompanhamento alcança uma de suas finalidades mais importantes: não produzir um jovem que “não precise de ninguém”, mas favorecer a emergência de um sujeito capaz de reconhecer quando precisa do outro, escolher a quem recorrer, acessar seus

direitos, cumprir seus deveres, estabelecer vínculos e assumir, progressivamente, a autoria possível de sua própria história.

Da resposta espontânea à construção de uma metodologia preventiva

As experiências das jovens produziram um deslocamento importante na instituição. Passamos a perguntar: *Por que esperar os dezoito anos para trabalhar questões que sabemos que aparecerão depois deles?*

Foi dessa pergunta que se fortaleceu a construção de uma metodologia anterior ao desligamento. O plano posteriormente elaborado propõe um “traçado metodológico” composto por processos de apreensão, expressão, reflexão, debate, decisão e ação, incluindo pesquisas, estudos, experimentações, visitas a equipamentos públicos e privados e ações na comunidade.

A proposta contempla dois grandes campos: *Convivência Social e Participação Cidadã e Mundo do Trabalho, associados a temas transversais.*

O eixo Mundo do Trabalho, por exemplo, prevê atividades teóricas e práticas, comunicação em diferentes linguagens, utilização de recursos digitais e desenvolvimento de capacidades e habilidades necessárias à circulação escolar e profissional. Há, portanto, uma mudança de paradigma: *do preparo para o desligamento para a construção progressiva da autonomia.*

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados desta experiência precisam ser compreendidos em duas dimensões: os efeitos produzidos no acompanhamento das jovens e o aprendizado produzido dentro da própria instituição. O primeiro resultado foi a preservação de referências após o desligamento. As jovens puderam continuar recorrendo, quando necessário, a pessoas que conheciam sua história e que haviam participado de momentos importantes de sua

trajetória.

O segundo resultado foi a percepção institucional de que autonomia não significa rompimento de todos os vínculos anteriores. Ao contrário, a existência de referências pode oferecer segurança para que o jovem experimente progressivamente decisões próprias. Outro resultado importante foi a transformação da experiência individual em aprendizado institucional.

Aquilo que inicialmente acontecia como resposta às demandas das jovens passou a produzir questionamentos sobre a própria metodologia de preparação para o desligamento.

Percebemos que não bastava perguntar, próximo aos dezoito anos, *“Para onde esse jovem irá?”*. Era necessário começar muito antes, interrogando: quem são suas referências, como ele circula pela cidade, se sabe procurar ajuda, se conhece os serviços públicos que poderá acessar, se consegue organizar minimamente seus recursos financeiros, quais são seus projetos, como lida com as frustrações, se consegue pedir ajuda sem transferir ao outro a responsabilidade por sua própria vida, se reconhece suas potencialidades e, sobretudo, o que significa, para ele, sair do acolhimento. Essas perguntas deslocaram o olhar institucional, fazendo-nos compreender que a preparação para a vida adulta não pode se restringir à definição de moradia, trabalho ou renda, mas precisa considerar a dimensão subjetiva da autonomia, os vínculos construídos, a capacidade de fazer escolhas, de acessar direitos, assumir responsabilidades e reconhecer quando e onde buscar apoio.

A preparação para a maioria deixou de ser compreendida apenas como organização documental, inserção profissional ou definição de moradia e passou a incluir também pertencimento, participação, capacidade de decisão, circulação social e construção de projetos de vida. O plano posteriormente estruturado prevê, inclusive, a formação de coletivos de adolescentes, fortalecendo pertencimento, participação e identidade juvenil. Prevê também que os jovens sejam reconhecidos como sujeitos do processo socioeducativo, participando da decisão, organização, execução

e avaliação das ações.

A experiência, portanto, produziu um movimento que consideramos fundamental: *o caso ensinou à instituição; a instituição transformou o aprendizado em proposta; e a proposta busca alcançar outros adolescentes antes que o desligamento aconteça.*

6 DA EXPERIÊNCIA À PREVENÇÃO: CONSTRUINDO A SAÍDA ANTES DOS 18

Talvez o maior resultado dessa experiência tenha sido compreender que uma política de transição para a vida adulta não pode começar na véspera do aniversário de dezoito anos.

Preparar para a autonomia exige tempo, experiências e oportunidades concretas de aprendizagem. Exige experimentar, errar e recomeçar; aprender a utilizar e administrar o próprio dinheiro; fazer escolhas e responsabilizar-se progressivamente por suas decisões; conhecer e circular pela cidade; experimentar o mundo do trabalho; aprender a acessar os serviços públicos e compreender o funcionamento da rede de proteção; construir relações comunitárias e novas referências de pertencimento; reconhecer seus direitos e também seus deveres; compreender e sustentar limites; e desenvolver a capacidade de pedir ajuda quando necessário, sem que isso signifique transferir ao outro a responsabilidade pela condução da própria vida.

E, sobretudo, construir uma narrativa de futuro na qual o jovem consiga imaginar-se para além da condição de “acolhido”. Foi nesse contexto que a experiência prática subsidiou a elaboração de uma proposta estruturada de trabalho preventivo. O projeto prevê ações coletivas, rodas de conversa, orientação social, ações comunitárias e visitas monitoradas. Também estabelece articulação com a rede socioassistencial, incluindo CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, escolas e outros parceiros.

Dessa maneira, aquilo que começou como uma experiência de manutenção de referência depois do desligamento passou a apontar para

uma possibilidade de atuação antes, durante e depois da transição. Não se pretende criar jovens independentes de qualquer pessoa. Pretende-se favorecer jovens capazes de construir relações nas quais possam existir como sujeitos.

Pois bem,

A experiência relatada nasceu de uma ausência.

Diante do desligamento por maioria, percebemos que havia um intervalo entre o término formal da proteção institucional e a efetiva construção de condições para a vida adulta. Nesse intervalo, o vínculo falou. As jovens retornaram. Perguntaram. Buscaram referências. E, ao fazerem isso, ensinaram à instituição algo fundamental: *o aniversário de dezoito anos encerra uma etapa administrativa, mas não encerra automaticamente uma trajetória de cuidado.*

O desafio ético está em não transformar a continuidade do vínculo em tutela permanente. A referência precisa existir para favorecer a separação, não para impedi-la. Nesse sentido, encontramos na ética da psicanálise uma importante possibilidade de leitura: separar-se não é simplesmente romper. É poder construir uma distância possível de um vínculo sem precisar destruí-lo.

Da mesma maneira, encontramos no acompanhamento terapêutico uma inspiração para pensar uma prática que ultrapasse os muros institucionais e acompanhe o sujeito em sua circulação pelo território e pelas experiências concretas da vida. Talvez seja justamente essa uma das maiores necessidades dos adolescentes que se aproximam da maioria no acolhimento: não alguém que lhes diga permanentemente para onde ir, mas alguém que possa, durante determinado percurso, caminhar ao lado enquanto eles descobrem para onde desejam ir. Nossa experiência começou depois dos dezoito anos.

As jovens que continuaram nos procurando mostraram aquilo que ainda precisávamos construir. Por isso, o principal aprendizado produzido pela prática pode ser sintetizado em uma frase:

A experiência começou depois dos 18 anos e nos ensinou que

precisava começar antes deles.

Foi a partir desse aprendizado que se estruturou uma proposta preventiva de preparação para a vida adulta, buscando transformar uma experiência inicialmente sustentada pelas relações construídas no acolhimento em metodologia capaz de alcançar outros adolescentes. O desafio que permanece é avançar da experiência institucional para uma resposta cada vez mais articulada, sistemática e integrada à rede de proteção. Porque preparar para o desligamento não significa ensinar o adolescente a viver sem ninguém.

Significa ajudá-lo a construir condições para escolher seus caminhos, reconhecer seus recursos, criar novos vínculos e saber onde procurar apoio quando precisar. Autonomia não é viver sem vínculos. Autonomia é poder construir uma vida própria sem que, para isso, seja necessário estar completamente só.

PRISMA – Histórias que se encontram e se propagam

Eliacir Pedrosa da Silva

Denise Pereira de Araújo Campos

A Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção – AMPARA é constituída como um Grupo de Apoio à Adoção e Fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária, desde 2009, com sede em Cuiabá – Mato Grosso. Ao longo dos anos tem trabalhado para contribuir que crianças e adolescentes possam exercer seu direito em viver em família, uma família desempenhe o papel de cuidado integral.

Já realizou alguns projetos voltados para meninos e meninas em serviço de acolhimento, como “Minha Identidade”, “Ampara Jovem” e “Construindo Autonomia”, sendo os dois últimos voltados a adolescentes que precisam se preparar para a saída do acolhimento institucional. Dentre outros trabalhos e projetos importantes que buscam o bem-estar, segurança e proteção de crianças, adolescentes e famílias, a AMPARA atua em articulação ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA para promover o direito à convivência familiar e comunitária.

Durante o 1º Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento, realizado em 2024, a técnica representante da AMPARA que participava do evento, engajou-se ao Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, viu fortalecer o Movimento Além do Acolhimento formado por jovens institucionalizados e desinstitucionalizados de serviços de acolhimento (do Sistema Único de Assistência Social – SUAS) e assumiu a responsabilidade de fazer a articulação estadual desse grupo.

A iniciativa surgiu a partir do desafio de localizar, aproximar e mobilizar adolescentes e jovens que passaram por serviços de acolhimento institucional em diferentes momentos de suas vidas. Um trabalho que muitas vezes se assemelha a “procurar uma agulha no palheiro”: jovens espalhados pelo território, com histórias diversas, vínculos fragilizados e, em muitos casos, pouca oportunidade de falar sobre suas experiências e participar das decisões que dizem respeito às políticas e aos serviços que

atravessaram suas vidas.

O grupo foi se constituindo gradualmente. Primeiro, pela aproximação e pelo encontro de histórias semelhantes; depois, pela criação de vínculos de confiança e pertencimento. Aos poucos, o espaço tem se tornado uma rede de apoio, escuta e ajuda mútua entre jovens que compartilham experiências de acolhimento, entre si e em eventos organizados pela Associação.

A articulação em Mato Grosso vem buscando criar condições para que esses jovens deixem de ser compreendidos apenas como destinatários das políticas públicas e passem a ocupar o lugar de sujeitos de direitos, produtores de conhecimento e protagonistas na construção de propostas para qualificar o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de acolhimento.

Em 2025, essa mobilização possibilitou que dois jovens com trajetórias marcadas por longos períodos em instituições de acolhimento representassem Mato Grosso no 2º Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento.

Em 2026, o movimento segue fortalecido e contará novamente com representação de Mato Grosso no 3º Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento, desta vez com a participação de uma jovem, ampliando sua presença e sua voz nos espaços nacionais de debate.

Mais do que garantir presença em seminários, a experiência vem se consolidando como um processo de formação, participação cidadã, fortalecimento de vínculos e construção coletiva de incidência social e política.

Essa mobilização e participação coletiva visam fortalecer o protagonismo e a participação social de adolescentes e jovens que passaram um período em serviços de acolhimento em Mato Grosso, criando espaços permanentes de escuta, apoio mútuo, formação e construção coletiva de propostas para o aprimoramento de ações e políticas de convivência familiar e comunitária.

Essa construção tem acontecido por meio da identificação e

aproximação com adolescentes e jovens com vivência em serviços de acolhimento no estado, construção de vínculos de confiança e pertencimento, promoção de espaços e momentos seguros de escuta e compartilhamento de experiências, valorização das vivências dos jovens como fonte legítima de conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e a capacidade de organização coletiva, sensibilização de profissionais da rede de proteção para as necessidades, demandas e potencialidades de adolescentes, jovens acolhidos e jovens pós acolhimento, do diálogo com pretendentes à adoção e famílias adotivas sobre as experiências, necessidades, dores e expectativas de crianças e adolescentes que fora afastados de suas famílias e aguardam o retorno à convivência familiar.

Nessa jornada de identificação, fraternidade e comprometimento coletivo, foi se reconhecendo o grupo como um Prisma: cada jovem chega com sua história, marcada por experiências, afetos, perdas, aprendizagens, violações, privações, alegrias... Quando essas histórias encontram espaço de escuta e reconhecimento, elas se refratam em diferentes vozes, perspectivas e possibilidade. O movimento transforma essas diferentes vivências em construção coletiva, participação social e propostas de mudanças. Assim, tem se consolidada a metodologia PRISMA:

- P – Pertencimento
- R – Reconhecimento
- I – Identidade
- S – Solidariedade e participação
- M – Mobilização e protagonismo
- A – Ação e incidência

Tendo como referências metodológicas: participação, horizontalidade, diálogo e o protagonismo juvenil.

Mais do que reunir jovens, foi necessário construir confiança. O grupo foi se constituindo respeitando o tempo e os limites de cada participante, reconhecendo que falar sobre a própria trajetória de

acolhimento pode mobilizar lembranças, sentimentos e experiências difíceis. O vínculo tornou-se, portanto, uma ferramenta metodológica fundamental.

Em 2026, iniciou-se uma nova etapa da experiência: a descentralização progressiva das tarefas. A articuladora passou a ocupar cada vez mais o lugar de facilitadora, deixando de concentrar a organização das ações.

Os próprios jovens passaram a ser estimulados a: procurar outros jovens; convidar novos participantes; apresentar o movimento em diferentes espaços; compartilhar suas histórias quando se sentirem seguros para fazê-lo; participar da organização do Pré-Seminário Estadual; e, representar o movimento em espaços de discussão;

Essa mudança é fundamental: não se trata de adultos organizando atividades para jovens, mas de jovens construindo coletivamente um movimento com apoio de adultos. Os jovens também vêm ampliando sua participação em espaços nos quais suas experiências podem contribuir para transformar a compreensão de outros adultos. Entre essas ações está a participação em atividades com Grupos de Apoio à Adoção, dialogando com pretendentes e famílias adotivas sobre:

- a realidade de crianças e adolescentes que aguardam uma família;
- as experiências e marcas deixadas pelo acolhimento;
- necessidades emocionais e afetivas;
- expectativas em relação à família;
- formas de demonstrar afeto e construir vínculos;
- a importância de compreender a criança e o adolescente para além processo de adoção.

Essa participação promove uma inversão importante de perspectiva: quem um dia foi objeto de intervenção passa a ocupar o lugar de quem também ensina, orienta e contribui para qualificar a atuação dos adultos. Como um prisma, que ao receber a luz, propaga mais luzes em sua diversidade de espectros.

A experiência apresenta resultados quantitativos e, sobretudo,

qualitativos, relacionados à transformação da participação dos jovens e à construção de uma rede de apoio e incidência. Está sendo possível constituir progressivamente um grupo de adolescentes e jovens com passagens pelo acolhimento, que se reconhece como parte de uma construção coletiva.

O grupo, inicialmente marcado pela dificuldade de localização e aproximação dos jovens, passou a apresentar maior identificação, participação, confiança e disponibilidade para colaborar. Assim, a participação social também se converteu em uma estratégia de fortalecimento de vínculos.

Em 2025, dois jovens com vivência prolongada em instituições de acolhimento participaram do 2º Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento, levando suas experiências e as vozes de Mato Grosso para o debate nacional. Em 2026, o grupo contará novamente com uma jovem egressa do acolhimento, fortalecendo a representatividade territorial.

Os jovens passaram progressivamente de participantes convidados para colaboradores na organização do próprio grupo. Esse processo representa uma mudança concreta na relação entre adultos e jovens: o jovem deixa de ser apenas beneficiário e passa a ser sujeito ativo.

As experiências dos jovens passaram a ocupar espaços de sensibilização e formação junto a profissionais que trabalham cotidianamente com crianças e adolescentes em acolhimento. Isso contribui para que profissionais possam compreender as consequências, necessidades e desafios que permanecem antes, durante e depois do acolhimento, ampliando a perspectiva sobre o cuidado, a proteção e forma de intervenção profissional.

A participação dos jovens no encontro do Grupo de Apoio à Adoção da AMPARA possibilitou aproximar a realidade de quem viveu o acolhimento daqueles que estão se preparando para adotar ou já constituíram uma família por meio da adoção. Esse diálogo contribui para uma adoção mais consciente, sensível às necessidades emocionais e relacionais de crianças e adolescentes.

Construir um movimento de adolescentes e jovens que estão ou estiveram em serviço de acolhimento no extenso território de Mato Grosso exige tempo, persistência e, principalmente, disposição para escutar sem querer conduzir tudo.

A experiência tem demonstrado que o protagonismo juvenil não acontece simplesmente porque os adultos oferecem um espaço de fala. É necessário criar condições para que os jovens se reconheçam como parte daquele espaço, construam vínculos, sintam-se seguros para participar e, gradualmente, assumam responsabilidades e decisões.

A trajetória do que hoje está se nomeando de Grupo Prisma evidencia que, quando adolescentes e jovens que viveram no acolhimento encontram outros com experiências semelhantes, pode surgir algo que vai além da participação em uma atividade: surge pertencimento. E quando esse pertencimento se transforma em organização coletiva, suas histórias deixam de ser apenas relatos individuais de situações vividas e passam a constituir uma importante e necessária fonte de conhecimento para pensar políticas públicas, ações e campanhas.

A prática também ensina que protagonismo não significa deixar os jovens sozinhos para fazerem tudo. Significa construir uma relação em que os adultos ofereçam suporte, proteção, oportunidades e recursos, mas reconheçam que o lugar de decisão, expressão e construção precisa ser compartilhado.

O Grupo Prisma ainda está em construção e constante aprendizado. Há desafios importantes: ampliar a participação para outras regiões do estado, localizar mais jovens, garantir a permanência dos participantes, fortalecer a autonomia do grupo e transformar suas propostas em ações concretas e políticas públicas.

Mas há uma certeza construída ao longo dessa caminhada: não é possível pensar políticas para adolescentes e jovens que passaram pelo acolhimento sem garantir que suas próprias vozes estejam presentes na construção dessas políticas.

Assim como o prisma não cria a luz, mas revela aquilo que nela já

existe, o movimento não cria as histórias dos jovens: cria espaço para que suas experiências, suas vozes e seus saberes sejam reconhecidos e revelem novos caminhos para quem ainda está no acolhimento e perspectivas para suas vidas fora dali.

QUANDO A PRÁTICA PRODUZ NOVAS PERGUNTAS: Do programa Candeia à escuta de jovens Pós Acolhimento Institucional

Luana Luiza Galoni

Isadora Teresa Paulo de Souza

1 APRESENTAÇÃO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) representa avanços em relação às práticas históricas segregacionistas, controladoras e desiguais voltadas às crianças e adolescentes. Desde o período colonial, a institucionalização se apresenta como um caminho para lidar com demandas infanto-juvenis. Com a promulgação do código de menores de 1927, a formalização jurídica dessa lógica confere respaldo para intervenções estatais, sobretudo às crianças e aos adolescentes pobres (Rizzini; Rizzini, 2004). Nesse contexto, a institucionalização tinha caráter correcional e disciplinar, voltada ao controle da pobreza e de condutas, não à garantia de direitos. A partir de 1990, com a promulgação do ECA, crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Enquanto indivíduos em condição peculiar do desenvolvimento, a população infanto-juvenil é amparada pela perspectiva da proteção integral (Brasil, 1990). Então, o afastamento do convívio familiar através da institucionalização deixa de ser resposta prioritária e o acolhimento institucional é concebido como medida excepcional e provisória. De acordo com o texto da lei (Brasil, 1990), em seu artigo 19, a permanência da criança e do adolescente em instituições de acolhimento institucional não deve se prolongar para além de dezoito meses. No entanto, a aplicação da lei enfrenta desafios no que tange à garantia do caráter provisório da medida. Conforme Siqueira e Dell'Aglia (2006), em muitos casos, a institucionalização não é temporária e comumente a permanência em instituições pode se estender por muitos anos.

Ainda que tenham vivido a institucionalização de forma prolongada, o limite para a permanência nos serviços de acolhimento é a maioridade. Ao completarem dezoito anos, diante da não reintegração familiar ou colocação em famílias substitutas, os adolescentes precisam deixar as instituições a partir do desligamento por maioridade. O processo de transição entre a vida em acolhimento e a vida fora dele pode ser desafiador, tendo em vista a necessidade de assumir responsabilidades e demandas da vida adulta de forma abrupta (Silva, 2010). A partir desse cenário, encontra-se um impasse entre a tutela característica da vivência institucional (Galoni, 2020) e a expectativa de autonomia que recai sobre os jovens após o desligamento.

O Programa Candeia tem sua estrutura pensada para responder a essa problemática, tendo em vista o objetivo de promoção de autonomia de adolescentes em situação de acolhimento. Os encontros do Programa foram baseados em eixos temáticos, sendo estes o de história de vida, relações interpessoais e rede social, planejamento financeiro e profissional, noções de raça e territorialidade, sexualidade e diversidade sexual, além de noções básicas de direitos de crianças e adolescentes (Antunes, Galoni, Ribas, Peixoto 2022). No presente trabalho, a experiência relatada diz respeito à uma aplicação do Programa Candeia, que contou com a participação de uma das autoras como doutoranda e idealizadora da intervenção e da outra como estagiária de graduação, integrando a equipe responsável pela preparação e condução dos encontros com os adolescentes. A participação no estudo piloto suscitou reflexões e questionamentos acerca dos limites e possibilidades da promoção da autonomia no contexto do acolhimento institucional, que contribuíram para novos caminhos de investigação sobre desligamento por maioridade e transição para a vida adulta.

A partir dos resultados da intervenção realizada com o Programa Candeia, evidencia-se a complexidade do processo de desenvolvimento de autonomia, o qual não se restringe à aquisição de habilidades ou conhecimentos específicos em intervenções pontuais. Tal inquietação faz emergir novas questões acerca das condições que perpassam o

desenvolvimento da autonomia durante o acolhimento institucional e, sobretudo, de como essa autonomia é vivenciada quando os jovens deixam a instituição. Nesse sentido, a experiência de aplicação do Programa Candeia é um ponto de partida para uma pesquisa de mestrado atualmente em desenvolvimento, em que o olhar se desloca da preparação para o desligamento para a experiência dos jovens pós acolhimento, buscando compreender, a partir de suas narrativas, sobre a transição para a vida adulta após a saída do acolhimento.

Imagem 1 - Logotipo Programa Candeia



Elaboração: Barbara Dias (2022).

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Relatar a experiência da aplicação do estudo piloto do Programa Candeia com um grupo de adolescentes acolhidos em processo de desligamento institucional por maioria.

2.2 Objetivos Específicos

2.2.1 Apresentar o Programa Candeia e seus objetivos;

2.2.2 Difundir os resultados obtidos através da intervenção com os adolescentes.

2.2.3 Apresentar como as questões produzidas pela experiência deram origem à uma investigação atual com jovens pós

acolhimento.

3 PÚBLICO-ALVO

Os eixos do programa foram desenvolvidos em 6 encontros presenciais com um grupo de 5 adolescentes, meninos cisgênero, com idades entre 16 e 17 anos. O **Quadro 1** indica dados relevantes sobre os participantes inseridos na aplicação do Programa Candeia relatada neste trabalho. Tais dados foram preenchidos a partir das informações disponibilizadas por uma técnica da casa de acolhimento, localizada em um município da Baixada Fluminense e responsável por acolher apenas meninos.

Quadro 1 – Dados dos adolescentes participantes da aplicação do Programa Candeia

Nome (fictício)	Idade	Raça	Motivo do acolhimento	Tempo de acolhimento
Diego	17	Negro	Violência física, psicológica e emocional	12 anos
Miguel	17	Negro	Negligência	Não informado
Cláudio	16	Negro	Situação de rua	8 anos
Kaio	17	Negro	Negligência	8 anos
Nícolas	17	Negro	Negligência	8 anos

Fonte: Elaboração própria (2023)

Concomitantemente à participação dos adolescentes, a equipe de profissionais da instituição de acolhimento acompanharam os encontros, como parte do processo de capacitação. Então, também constituíram um público alcançado pela aplicação do estudo piloto. A participação possibilitou o acompanhamento, pelos

profissionais, das temáticas e estratégias desenvolvidas com os adolescentes, caracterizando-se como uma oportunidade de aprendizado para o trabalho de preparação para o desligamento por maioridade.

Como desdobramento das reflexões provocadas pela experiência do Programa, a investigação atualmente desenvolvida amplia o olhar sobre a temática da autonomia direciona a escuta aos jovens que já vivenciaram o desligamento por maioridade. A pesquisa de mestrado em andamento tem como público-alvo jovens pós acolhimento institucional, com permanência superior a seis meses na instituição. A continuidade que se propõe através da pesquisa atual privilegia as narrativas dos próprios jovens que já vivenciaram a saída do acolhimento sobre autonomia, os desafios encontrados após o desligamento e os recursos e suportes disponíveis nesse processo.

4 METODOLOGIA

A estrutura do Programa Candeia, dividida em eixos temáticos, serviu de base para a elaboração de todos os encontros com o grupo de adolescentes. O programa foi pensado com objetivo de promover autonomia em adolescentes antes do desligamento por maioridade e para isso, as sessões são baseadas em diferentes eixos temáticos, como a história de vida do adolescente, suas relações interpessoais e rede social, noções de raça, territorialidade, além de trabalhar planejamento financeiro e profissional, sexualidade e diversidade sexual e noções básicas de direitos de crianças e adolescentes (Antunes, et.al. 2022).

A idealização do programa era de que ele fosse desenvolvido em 12 encontros presenciais, com duração de 2 horas, através de oficinas e rodas de conversas grupais, podendo ser realizado com um grupo de até 10 adolescentes. No caso da aplicação descrita neste trabalho, os eixos temáticos foram desenvolvidos em 6 encontros presenciais, ocorridos entre os meses de junho e julho de 2022, pois a casa de acolhimento onde os

adolescentes residiam não teria condições de transportá-los até a ONG para que fossem realizados os 12 encontros. O primeiro, quarto e sexto encontro tiveram duração de 3 horas, de 14 às 17h, enquanto os encontros 2, 3 e 5 aconteceram no horário de 9 às 17h, aos sábados, com pausas para almoço e lanche. Essa distribuição encontra-se melhor apresentada no **Quadro 2**.

Quadro 2 – Datas, temáticas trabalhadas e duração dos encontros presenciais

Data do encontro	Temática	Duração
7 de junho de 2022	Assinatura e preenchimento de documento e início do processo de construção de vínculo	14h–17h
11 de junho de 2022	História de vida e relações interpessoais	9h–17h
25 de junho de 2022	Noções de raça	9h–17h
14 de julho de 2022	Planejamento financeiro e profissional	14h–17h
16 de julho de 2022	Territorialidade	9h–17h
21 de julho de 2022	Noções básicas de direito e sexualidade	14h–17h

Fonte: Elaboração própria (2023).

5 RESULTADOS ALCANÇADOS

A aplicação do Programa Candeia junto a adolescentes em processo de desligamento por maioria permitiu produzir resultados importantes para a compreensão dos desafios envolvidos na transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta. Os encontros possibilitaram identificar que, embora os adolescentes estivessem próximos da saída da instituição, apresentavam pouco acesso a informações fundamentais para a construção de projetos de vida, especialmente no que se refere ao

ingresso no ensino superior, acesso a cursos profissionalizantes, planejamento financeiro, políticas públicas destinadas à juventude e direitos sociais. Tal resultado evidencia um distanciamento entre as orientações previstas nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (Brasil, 2009) e a realidade vivenciada pelos participantes.

As atividades voltadas para a reconstrução das histórias de vida permitiram observar que os adolescentes possuíam trajetórias marcadas por múltiplas violações de direitos, incluindo negligência, violência física, violência psicológica, situação de rua, experiências malsucedidas de adoção e rompimentos familiares sucessivos. Nesse contexto, emergiram sentimentos de insegurança, medo e ansiedade diante da aproximação da maioridade, corroborando os achados de Silva (2010), sobre os sentimentos de desamparo e apreensão que antecedem o desligamento institucional. Além disso, foi recorrente entre os participantes a atribuição de culpa a si mesmos pelas devoluções ocorridas em processos de adoção, aspecto também identificado por Carnáuba e Ferret (2018), ao discutirem os impactos subjetivos das rupturas em famílias substitutas.

Outro resultado relevante refere-se à fragilidade das redes de apoio dos adolescentes. A construção dos mapas de rede social revelou a ausência ou o enfraquecimento dos vínculos familiares para a maior parte dos participantes, ao mesmo tempo em que evidenciou a relevância dos profissionais da casa de acolhimento como referências afetivas significativas. Ainda que esses profissionais não fossem percebidos pelos adolescentes como integrantes da família, apareciam como figuras de amizade, confiança e suporte emocional. Esse dado dialoga com os resultados de Romeiro e Melchiori (2017) e reforça a importância dos vínculos construídos no contexto institucional como fatores protetivos para adolescentes em processo de desligamento.

A discussão sobre raça revelou-se particularmente importante, considerando que todos os participantes eram adolescentes negros. Os encontros permitiram identificar experiências de racismo relacionadas principalmente à aparência física e aos cabelos, além da presença de

concepções estereotipadas sobre ocupação de determinados espaços sociais por pessoas negras. Ao mesmo tempo, observou-se que a problematização dessas experiências favoreceu reflexões sobre identidade racial, representatividade e autoestima. Os resultados reforçam os apontamentos de Lino e Souza (2022) e Mesquita et al. (2022) acerca da permanência das desigualdades raciais na experiência de crianças e adolescentes negros e da necessidade de criar espaços de letramento racial nos serviços de acolhimento institucional.

No eixo relacionado à organização financeira e ao planejamento profissional, verificou-se que os adolescentes possuíam poucas referências concretas sobre gestão de renda e possibilidades de inserção profissional. As atividades desenvolvidas permitiram ampliar o conhecimento sobre cursos técnicos, programas de jovem aprendiz, ensino superior e políticas públicas voltadas para juventudes em situação de vulnerabilidade. Também foi possível observar mudanças nas perspectivas apresentadas pelos participantes, que passaram a discutir metas futuras, estratégias de geração de renda e possibilidades de qualificação profissional. Tais resultados estão em consonância com as reflexões de Silva (2010), que defende a preparação gradual para a vida adulta como elemento central do processo de desligamento.

Os encontros voltados para sexualidade e direitos evidenciaram lacunas significativas no acesso a informações sobre saúde sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, violência sexual, orientação sexual e identidade de gênero. Em diversos momentos, os participantes apresentaram concepções naturalizadas sobre situações de risco e demonstraram desconhecimento acerca de direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente e pelo Estatuto da Juventude. Os resultados reforçam a importância de ações educativas contínuas acerca de sexualidade e direitos sexuais nos serviços de acolhimento.

O acompanhamento realizado um ano após a aplicação do Programa Candeia permitiu observar elementos importantes acerca do pós-

acolhimento. Embora os adolescentes enfrentassem desafios relacionados à inserção profissional, administração financeira e adaptação à vida independente, verificou-se a manutenção de vínculos entre eles próprios e com a equipe técnica da instituição. Os profissionais relataram que os participantes continuavam buscando apoio junto à casa de acolhimento e destacaram que a rede de suporte construída entre os adolescentes se manteve após o desligamento. Além disso, a participação dos técnicos nos encontros contribuiu para a qualificação das práticas institucionais relacionadas à preparação para a saída da instituição, especialmente diante da escassez de referenciais teóricos e metodológicos voltados para essa temática.

A manutenção dos vínculos entre os jovens recém desligados e os profissionais da casa de acolhimento pesquisada permitiu o aparecimento de reflexões sobre a própria compreensão de autonomia adotada para pensar o processo de transição para a vida adulta. As relações continuadas mesmo após a saída da instituição indica que a autonomia não necessariamente pressupõe ruptura dos vínculos ou autossuficiência, podendo ser desenvolvida de maneira articulada com relações significativas e redes de apoio (Kagıtcıbası, 2005). Dessa maneira, a experiência contribuiu para o surgimento de um olhar para a preparação dos adolescentes para a saída do acolhimento não direcionado apenas para a vida independente, mas incorporando a dimensão relacional como elemento importante para a compreensão de trajetórias autônomas pós-acolhimento.

A constatação em volta da importância da relacionalidade para o desenvolvimento da autonomia ampliou os questionamentos. A proposta de intervenção, inicialmente, esteve direcionada à preparação dos adolescentes para as demandas práticas que encontrariam após o desligamento, mas a experiência tornou evidente a importância de compreender a autonomia como um processo que não se encerra na transmissão de aprendizados para a vida independente. Nesse sentido, uma intervenção de curta duração se mostra insuficiente para promover o

desenvolvimento da autonomia e este limite se constituiu como um resultado da experiência, tendo em vista que permitiu a ampliação da compreensão do fenômeno e a produção de novos caminhos de investigação.

A partir dessas inquietações diante dos limites expostos, a temática tem sua continuidade direcionada na pesquisa de mestrado atualmente desenvolvida por uma das autoras, que redireciona a atenção para a experiência daqueles que já viveram o desligamento

e, podem contribuir com suas narrativas para a compreensão sobre como a autonomia foi construída ao longo da experiência de acolhimento e como é vivenciada na transição para a vida adulta após a saída da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os resultados alcançados demonstraram que o Programa Candeia constitui uma ferramenta relevante para ampliar o acesso dos adolescentes acolhidos a informações, reflexões e recursos importantes para a vida após o acolhimento. Entretanto, a experiência também evidenciou que a autonomia não pode ser compreendida como uma habilidade desenvolvida por meio de intervenções pontuais. Conforme apontam Barbosa e Wagner (2013), a autonomia é um processo complexo, construído ao longo da vida a partir de vínculos seguros, oportunidades de participação social e condições concretas de desenvolvimento. Nesse sentido, os resultados da aplicação do programa indicam tanto o potencial de intervenções estruturadas para a preparação do desligamento quanto os limites impostos pelas desigualdades sociais, raciais e institucionais que atravessam as trajetórias desses adolescentes, justificando a continuidade das investigações propostas nesta pesquisa.

Outro aspecto relevante refere-se à participação dos profissionais da instituição nos encontros. Os técnicos relataram a ausência de recursos teóricos, metodológicos e orientações específicas para conduzir processos

de desligamento por maioria, de modo que a experiência também assumiu um caráter formativo para a equipe. A inserção desses profissionais nas atividades permitiu a ampliação de conhecimentos e a identificação de temas fundamentais para serem trabalhados com futuros adolescentes em processo de saída da instituição, contribuindo para qualificar as práticas desenvolvidas no acolhimento.

Além disso, destacou-se a importância dos vínculos estabelecidos entre os profissionais da equipe técnica e os adolescentes acolhidos. A proximidade afetiva observada durante a pesquisa demonstrou que a manutenção de referências relacionais significativas pode representar um importante fator de proteção após o desligamento institucional. A possibilidade de recorrer a pessoas de confiança diante das dificuldades da vida adulta constitui um diferencial relevante para a construção de trajetórias mais seguras e menos marcadas pelo isolamento social.

Dessa forma, embora o Programa Candeia não tenha se mostrado suficiente para promover, isoladamente, o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes, a experiência evidenciou a importância de estruturar estratégias contínuas que facilitem a transição entre a

casa de acolhimento e a vida adulta, por meio de espaços de discussão, acolhimento, formação e fortalecimento de vínculos.

As reflexões produzidas ao longo desse percurso reforçaram a necessidade de aprofundar o debate sobre o desligamento por maioria e de produzir conhecimentos que contribuam para a construção de práticas mais qualificadas de acompanhamento dos adolescentes acolhidos. O programa revelou-se um instrumento promissor para apoiar esse processo e suscitou importantes questionamentos que orientam atualmente a pesquisa de mestrado intitulada “„Liberdade, liberdade?”: Autonomia na transição para a vida adulta de adolescentes institucionalizados”. Entre as questões provocadas pela experiência, destacam-se a necessidade de compreender de que maneira a vivência institucional favorece ou restringe oportunidades de escolha, participação e responsabilização, aspectos relevantes para o desenvolvimento da autonomia; a importância dos

vínculos e das redes de apoio para a construção de trajetórias autônomas; e as condições concretas encontradas pelos jovens para exercer a autonomia após o desligamento por maioria.

As relações entre os profissionais e os adolescentes da casa de acolhimento estudada constituíram um dos principais pontos de partida para as inquietações produzidas pela experiência. A relevância desses vínculos evidenciou a necessidade de questionar a associação entre autonomia, independência e autossuficiência, indicando a necessidade de compreender a dimensão relacional como parte do próprio processo de desenvolvimento da autonomia. Os vínculos mantidos, nesse caso, mostraram o quanto as relações de confiança mantidas durante o acolhimento podem se tornar um importante recurso no enfrentamento das demandas que surgem após o desligamento. De acordo com essa perspectiva, recorrer a vínculos significativos não significa limitação da autonomia. Em contrapartida, pode se apresentar como um recurso para o seu exercício, oferecendo suporte para o enfrentamento de desafios, tomada de decisões e construção progressiva de sua trajetória fora da instituição.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. K. C.; GALONI, L. L.; RIBAS, G.; PEIXOTO, A. C. A. **Relato de experiência extensionista sobre aplicação do Programa Candeia: promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional.** *Raízes e Rumos*, v. 10, n. 2, p. 52-61, jul./dez.2022.

BARBOSA, P. V.; WAGNER, A. **A autonomia na adolescência: revisando conceitos, modelos e variáveis.** *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 18, n. 4, p. 639-648, 2013.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.* Brasília, DF, 1990.

BRASIL. ***Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.*** Brasília, DF, 2009.

CARNAÚBA, G. S.; FERRET, J. C. F. **Devolução de crianças adotadas: consequências psicológicas causadas na criança que é devolvida durante o estágio de convivência.** *Revista Uningá*, v. 55, n. 3, p. 119-129, 2018. Disponível em: [Revista Uningá](#). Acesso em: 27 ago.2026.

GALONI, Luana Luiza. **A inserção ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: analisando o processo de desligamento institucional por maioria.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

KAĞITÇIBAŞI, Ç. **Autonomy and relatedness in cultural context: implications for self and family.** *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 36, n. 4, p. 403-422, 2005. DOI: [10.1177/0022022105275959](https://doi.org/10.1177/0022022105275959).

LINO, M. V.; SOUZA, L. A. S. **Proteção tem cor: problematizando o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros.** *Serviço Social em Debate*, v. 5, n. 1, p. 100-116, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/6236>. DOI: <https://doi.org/10.36704/ssd.v5i1.6236>.

MESQUITA, A. P. et al. **Infâncias colonizadas: determinantes da desproteção da infância negra no Brasil.** *Anais Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP)*, v. 4, n. 4, 2022.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed.

PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROMEIRO, J. B.; MELCHIORI, L. E. **Os vínculos afetivos de adolescentes em acolhimento institucional: permanências, expansão e rupturas.** *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, v. 37, n. 93, p. 186-205, 2017.

SILVA, Maria Enidene Soares da. **Acolhimento institucional: a maioridade e o desligamento.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.

CASA DE OPORTUNIDADES SEMEAR – Aldeias Infantis Sos Brasil

Mariana Mendes Horacy

1 ABERTURA – QUANDO O ACOLHIMENTO TERMINA, A TRAJETÓRIA CONTINUA

Sair de um serviço de acolhimento representa o encerramento de uma medida de proteção, mas não significa que todas as necessidades do jovem desapareçam.

Ao deixar o acolhimento e iniciar a vida adulta, o jovem passa a enfrentar uma série de decisões e responsabilidades: trabalho, renda, moradia, estudos, documentos, relacionamentos, saúde, organização financeira e construção de seus próprios projetos de futuro.

Para muitos jovens, esse processo acontece com o apoio contínuo da família e de outras referências adultas. Para aqueles que passaram pelo acolhimento, entretanto, essas redes podem estar fragilizadas, reduzidas ou até mesmo inexistentes.

É justamente nesse momento que surge a importância de uma rede de apoio que acompanhe o jovem na construção de sua autonomia.

A Casa de Oportunidades Semear, desenvolvida pelas Aldeias Infantis SOS Brasil em Campinas, nasce com essa proposta: estar presente no período de transição entre a saída do acolhimento e a construção de uma vida adulta com mais autonomia, proteção, oportunidades e pertencimento.

2 O QUE É A CASA DE OPORTUNIDADES SEMEAR?

A Casa de Oportunidades Semear é um espaço voltado especificamente para jovens que já vivenciaram o acolhimento e estão construindo suas trajetórias fora dele.

Seu objetivo é apoiar jovens pós acolhimento dos serviços de acolhimento de Campinas na construção de trajetórias autônomas, protegidas e sustentáveis.

- Projeto de Vida;
- educação;
- trabalho e inclusão produtiva;
- desenvolvimento de competências para a vida;
- ampliação das redes de apoio;
- participação comunitária;
- acesso a oportunidades;
- articulação com políticas públicas;
- experiências culturais e apropriação da cidade;
- acompanhamento individual quando necessário.

A proposta parte de uma compreensão fundamental: autonomia não significa ausência de apoio. O objetivo não é fazer pelo jovem aquilo que ele pode aprender a fazer sozinho, mas oferecer apoio suficiente para que, progressivamente, ele desenvolva recursos, tome decisões, busque oportunidades e construa sua própria rede.

3 PARA QUEM É ESSA INICIATIVA?

A Casa de Oportunidades Semear é direcionada a jovens pós acolhimento de 18 a 24 anos dos serviços de acolhimento de Campinas.

Na edição Semear II, realizada entre outubro de 2023 e março de 2025, foram acompanhados 43 jovens.

As trajetórias desses jovens eram diversas. Havia jovens vivendo sozinhos, com companheiros, com familiares, em repúblicas e em residências inclusivas. Parte estava trabalhando, parte procurava inserção profissional e parte enfrentava descontinuidade escolar.

Essa diversidade mostrou que não existe uma única maneira de viver o pós-acolhimento. Cada jovem chega com uma história, necessidades, experiências, vínculos, recursos e níveis de autonomia diferentes. Por isso,

a Casa combina atividades coletivas com acompanhamento individual.

4 O DESAFIO: CONSTRUIR AUTONOMIA SEM CAMINHAR SOZINHO

Quando falamos em autonomia, muitas vezes pensamos em independência completa. Mas a experiência da Casa de Oportunidades Semear apresenta uma perspectiva diferente.

Ser autônomo não significa estar sozinho.

Significa ter condições para fazer escolhas, assumir responsabilidades, buscar ajuda quando necessário e utilizar os recursos disponíveis para construir a própria trajetória.

No início, alguns jovens podem precisar de maior orientação e acompanhamento. Com o tempo, à medida que desenvolvem novas habilidades e ampliam suas redes, o apoio pode ser transformado. A equipe deixa de fazer junto aquilo que o jovem já consegue realizar por conta própria.

Assim, o acompanhamento não tem como objetivo criar dependência, mas contribuir para o desenvolvimento progressivo da autonomia.

5 A METODOLOGIA: UMA JORNADA DE CONSTRUÇÃO

A metodologia da Casa de Oportunidades Semear pode ser compreendida como uma jornada. Essa jornada passa por diferentes momentos:

5.1 Chegar e pertencer

O primeiro passo é acolher. O jovem conhece a Casa, a equipe, a proposta e os demais participantes. Mais do que realizar um cadastro, o objetivo é construir vínculo e possibilitar que o jovem perceba aquele espaço como um lugar ao qual também pertence.

5.2 Conhecer-se

O percurso trabalha identidade, história, interesses, habilidades, valores, recursos pessoais e relações significativas. A proposta não olha somente para aquilo que falta. Também procura reconhecer aquilo que o jovem já sabe, já construiu e deseja desenvolver.

5.3 Projetar

O Projeto de Vida funciona como um fio condutor. Não é simplesmente um formulário preenchido uma única vez. Ele é construído, acompanhado e revisado durante o percurso. A partir dele, desejos podem se transformar em prioridades, metas, estratégias e próximos passos.

5.4 Aprender fazendo

Uma das características importantes do Semear é a aprendizagem pela experiência. A autonomia não é desenvolvida apenas por meio de orientações.

Os jovens participam de oficinas, laboratórios, vivências culturais, experiências na cidade e atividades práticas.

- organização da rotina;
- alimentação;
- dinheiro;
- transporte;
- documentos;
- tecnologia;
- comunicação;
- trabalho;
- educação;
- convivência;
- resolução de problemas.

São conhecimentos relacionados diretamente às decisões e responsabilidades da vida adulta.

5.5 O poder do coletivo

A construção da autonomia também acontece por meio das relações.

Os Ciclos de Partilha são espaços coletivos de conversa, apoio entre pares, pertencimento e elaboração das experiências vividas no pós-acolhimento.

Eles não funcionam como aulas tradicionais. São encontros mediados a partir das questões reais apresentadas pelos próprios jovens.

Isso permite que experiências individuais sejam compartilhadas e que o jovem perceba que determinadas dificuldades não são vividas somente por ele. O apoio entre pares pode transformar uma experiência individual em uma experiência de pertencimento.

5.6 Conectar o jovem ao mundo

A Casa não pretende produzir internamente todas as oportunidades de que o jovem necessita. Uma de suas funções fundamentais é conectar.

- oportunidades de trabalho;
- educação;
- qualificação;
- cultura;
- serviços públicos;
- direitos;
- benefícios;
- participação comunitária.

Na edição Semear II, a inclusão produtiva teve especial importância. Foram realizadas oficinas de preparação para o mundo do trabalho, orientações, simulações de processos seletivos e articulações diretas com empresas.

5.7 O acompanhamento individual

Embora as atividades coletivas sejam fundamentais, cada jovem possui necessidades próprias.

- atendimentos;
- visitas;
- orientações;
- encaminhamentos;
- acompanhamento de situações específicas.

Essas situações podem estar relacionadas a moradia, trabalho, educação, documentação, saúde, proteção e outras necessidades específicas.

O acompanhamento individual permite que a Casa esteja próxima do jovem sem retirar dele o protagonismo sobre sua própria vida.

5.8 Resultados: o que a experiência mostrou?

Entre outubro de 2023 e março de 2025, 43 jovens participaram das atividades do projeto.

- 29 jovens foram inseridos no mercado de trabalho, correspondendo a 67,4% dos participantes.
- 43 jovens construíram seus Projetos de Vida.
- 42 oficinas de inclusão produtiva foram realizadas.
- 30 oficinas de expressão artística integraram o percurso.
- 32 jovens relataram usufruir do direito à cidade e ampliar seu repertório cultural e social, correspondendo a 78% dos participantes considerados nesse indicador.
- 9 parcerias com empresas foram estabelecidas para ampliar oportunidades de trabalho.
- 43 participantes alcançaram o nível classificado como “Bom” na avaliação de competências utilizada pelo projeto ao final do acompanhamento.

5.9 Resultados que vão além dos números

Os números são importantes, mas não contam toda a história.

Os registros da experiência também apontaram mudanças

percebidas pelos próprios participantes.

Cerca de 68% passaram a expressar confiança em sua capacidade de planejar e executar seus Projetos de Vida. Além disso, 64% relataram ter aprendido a administrar melhor o próprio dinheiro.

A equipe também identificou jovens que passaram a tomar decisões com maior segurança, procurar apoio de maneira mais ativa e reconhecer capacidades que anteriormente não percebiam em si mesmos.

É importante destacar que o próprio documento ressalta que esses resultados não constituem, isoladamente, uma avaliação causal de impacto. Eles devem ser compreendidos dentro dos instrumentos de acompanhamento utilizados pelo projeto.

5.10 Quando o vínculo permanece

Um dos aprendizados mais significativos da experiência foi perceber que alguns jovens continuaram frequentando a Casa mesmo depois do encerramento dos ciclos.

Alguns retornaram para compartilhar conquistas relacionadas a ingresso no ensino superior, trabalho, habilitação, aquisição de bens e organização da própria moradia.

A Casa tornou-se uma referência de pertencimento.

O vínculo construído com educadores e outros jovens apareceu como um elemento importante para o desenvolvimento da confiança e da autonomia.

5.11 Comunidade Semear: o vínculo que continua

A experiência também levou à criação e ao fortalecimento da Comunidade Semear.

Ela é formada por jovens que já participaram da Casa e continuam conectados ao espaço e entre si.

Na nova fase do projeto, aproximadamente 43 ex-participantes constituem esse público indireto.

- participar de Ciclos de Partilha;

- acessar novas oportunidades;
- utilizar recursos da Casa;
- compartilhar experiências;
- contribuir com os novos participantes.

Essa proposta transforma a relação com o jovem. Ele deixa de ser apenas alguém que recebeu apoio e pode, posteriormente, tornar-se alguém que compartilha experiências e ajuda a construir uma rede para outros jovens.

6 O QUE CAMPINAS APRENDEU?

6.1 Autonomia não começa quando o apoio termina

O apoio precisa ser transformado progressivamente, e não simplesmente retirado.

6.2 O vínculo também é metodologia

Escutar, reconhecer e acompanhar são elementos importantes do processo.

6.3 O coletivo combate o isolamento

Compartilhar experiências permite que o jovem perceba que não está sozinho em suas dificuldades.

6.4 A cidade também educa

Conhecer espaços, serviços, equipamentos culturais e possibilidades da cidade também faz parte da aprendizagem para a autonomia.

6.5 Trabalho é fundamental, mas não é toda a autonomia

Emprego e renda são importantes, mas autonomia também envolve educação, saúde emocional, vínculos, moradia, capacidade de decisão e pertencimento.

7 MINHA VIDA FORA DO ACOLHIMENTO: O QUE QUEREMOS CONSTRUIR?

Falar sobre a vida fora do acolhimento é falar sobre futuro.

- É falar sobre o direito de cada jovem construir sua própria história.
- É poder escolher onde morar.
- É buscar um trabalho.
- É continuar estudando.
- É aprender a administrar o próprio dinheiro.
- É conhecer a cidade.
- É construir relacionamentos.
- É aprender a pedir ajuda.
- É enfrentar dificuldades.
- É errar, tentar novamente e continuar caminhando.

E, principalmente, é saber que autonomia não significa ausência de pessoas. Significa construir condições para seguir a própria trajetória, sabendo que existem redes, oportunidades e referências às quais se pode recorrer quando necessário.

8 UMA NOVA FORMA DE OLHAR PARA O JOVEM

A experiência da Casa de Oportunidades Semear propõe que o jovem não seja visto somente pelas vulnerabilidades que enfrentou.

Ele também deve ser reconhecido por suas capacidades, conhecimentos, interesses, experiências, relações, sonhos, projetos e possibilidades.

O jovem não é apenas alguém que saiu de um serviço de acolhimento. É alguém que está construindo uma vida.

Essa mudança de olhar é fundamental para pensar políticas, projetos e práticas de pós-acolhimento.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa de Oportunidades Semear nasceu de uma pergunta simples, mas extremamente importante:

O que acontece com o jovem depois que ele deixa o acolhimento?

A experiência de Campinas mostra que a resposta não pode ser apenas um encaminhamento para um emprego, uma oficina ou uma orientação pontual.

A transição para a vida adulta exige tempo. Exige oportunidades. Exige experiências. Exige espaço para errar e tentar novamente. Exige apoio. Exige vínculos. E exige uma rede que não desapareça justamente quando o jovem começa a precisar dela de uma maneira diferente.

A Casa de Oportunidades Semear procura organizar essas dimensões em um percurso: o jovem chega, pertence, conhece a si mesmo, projeta, experimenta, relaciona-se, conecta-se ao mundo e continua sua trajetória.

Os resultados mostram avanços em inserção profissional, Projeto de Vida, competências, participação cultural e confiança.

A autonomia se fortalece quando oportunidades concretas encontram vínculos significativos.

10 ENCERRAMENTO – A TRAJETÓRIA CONTINUA

O acolhimento terminou. Mas a história não terminou.

A vida fora do acolhimento não deve ser entendida apenas como o momento de saída de um serviço. É um processo de construção.

- Construção de escolhas.
- Construção de oportunidades.
- Construção de vínculos.
- Construção de autonomia.
- Construção de pertencimento.
- Construção de um futuro que possa ser escolhido e vivido pelo próprio jovem.

“O acolhimento terminou. A trajetória do jovem, não.”

Mensagem final para o seminário

Minha Vida Fora do Acolhimento

Sair do acolhimento não significa caminhar sozinho. Significa começar uma nova etapa, com desafios, escolhas, sonhos e possibilidades.

Quando existem oportunidades, vínculos e uma rede de apoio, o jovem pode construir sua autonomia sem perder o direito de pertencer.

Porque o acolhimento termina. A trajetória continua.

SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O **Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)** é uma rede nacional de Organizações da Sociedade Civil atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária, com foco no fortalecimento das incidências técnica e política e no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes e tem como objetivo fomentar a implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e sua interface com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O MNPCFC articula-se com as Universidades, Associações, Institutos e Redes que desenvolvem ações nos eixos da promoção, proteção, defesa e controle dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Tem um caráter abrangente nos níveis municipal, estadual, regional, nacional e internacional, atuando de forma integrada com outras redes e iniciativas que tratam de temas relacionados a Convivência Familiar e Comunitária.

Missão: Fortalecer as incidências técnicas e políticas das organizações, no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes, com foco na convivência familiar e comunitária.

FALE COM O MNPCFC:

Site: convivencia.org.br

E-mail: movimento.pcfc@gmail.com

Boas práticas precisam ser conhecidas, compartilhadas e multiplicadas.

Este Caderno nasceu de uma grata surpresa: experiências potentes, desenvolvidas em diferentes territórios do Brasil, que revelam caminhos possíveis para fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária e construir novas perspectivas para adolescentes e jovens que vivenciam ou vivenciaram o acolhimento.

Em um momento tão importante para o país, marcado pela atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e pelo reconhecimento dos desafios da transição para a vida adulta e do pós-acolhimento, reunir estas práticas é também afirmar um compromisso coletivo.

Aqui, experiências se transformam em inspiração. Saberes construídos no cotidiano encontram outros saberes. E iniciativas que já fazem diferença em seus territórios podem alcançar novos lugares, provocar reflexões e contribuir para transformar outras histórias.

Que estas boas práticas circulem, inspirem e se multipliquem. Porque todo jovem tem direito não apenas a deixar o acolhimento, mas a construir uma vida com dignidade, pertencimento, autonomia e sonhos.

Não podemos esquecer que essa publicação nasce de forma especial nos **80 anos do Departamento de Serviço Social da PUC Minas**, então convidamos a todos para celebrar!

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC), Professora do Departamento de Serviço Social da PUC Minas e Diretora-geral da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Prof. Waldeir Eustáquio dos Santos

Chefe do Departamento de Serviço Social da PUC Minas

PRODUÇÃO



APOIO



PARCEIRO INVESTIDOR

